



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária – Participação e Desenvolvimento:

dois casos de estudo

Flávia Alexandra Rosa Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:

Doutora Maria Rita Duarte Raposo, Professora Auxiliar,
Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa

Setembro de 2012

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação, nomeadamente:

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria Rita Duarte Raposo, pelas opiniões, esclarecimentos e apoio dado na construção do trabalho;

À Inês Clemente, da Horta do Monte, e ao Hugo Almeida, ao Hugo Sousa e ao Luís Chambel, da Horta Quinta Musas da Fontinha, pelo acolhimento e disponibilidade na prestação de todas as informações necessárias;

A todos os participantes das duas hortas, cujos testemunhos pessoais reforçaram a minha convicção na importância deste estudo;

À Tatiana Cristino e ao Luís Gonçalves, pelos contributos directos na realização deste trabalho e pela amizade que nos une;

Aos meus amigos, colegas de mestrado e colegas de trabalho, por todo o apoio que me deram ao longo deste percurso;

Aos meus pais, por me apoiarem naquilo que faço.

RESUMO

As hortas urbanas de iniciativa comunitária inserem-se, teoricamente, no campo de estudos da agricultura urbana. A produção de alimentos nas áreas urbanas é um fenómeno em crescente expansão neste início de século, um pouco por todo o mundo. Através desta actividade, os habitantes da cidade procuram não só responder às suas necessidades alimentares, mas também a um diversificado conjunto de problemas sociais, económicos e ambientais.

Neste contexto, as hortas urbanas de iniciativa comunitária distinguem-se de outras formas de agricultura urbana por serem criadas e posteriormente geridas por colectivos autónomos de indivíduos. Deste modo, os participantes são os responsáveis por mobilizar os recursos necessários para a criação da horta e estabelecer os mecanismos que permitem o seu funcionamento.

O presente estudo debruça-se assim sobre dois casos específicos de hortas urbanas de iniciativa comunitária: a Horta do Monte em Lisboa e a Horta Quinta Musas da Fontinha, no Porto. São focados os vários aspectos da sua constituição e as percepções dos seus intervenientes, com o objectivo de perceber como se manifesta a participação nestas iniciativas.

Conclui-se que, embora o grau de envolvimento dos vários participantes na gestão das iniciativas seja variável, a participação é um factor central em ambos os projectos. Desta forma, a participação numa horta comunitária, para além da satisfação das necessidades pessoais dos intervenientes, proporciona a criação de contributos visíveis para o desenvolvimento destes colectivos e das comunidades em que se encontram inseridos.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Participação, Agricultura Urbana, Iniciativa Comunitária

ABSTRACT

The study of the community-driven urban gardens is inserted in the field of studies of urban agriculture. Food production in urban areas is becoming an increasingly widespread phenomenon in this new century, all over the world. Through this activity, the urban dwellers seek not only to meet their food needs but also address a set of social, economic and environmental problems in urban centers.

In this context, community-driven urban gardens are distinguished from other forms of urban agriculture because they are created and subsequently managed by autonomous collectives of individuals. Thus, participants are responsible for mobilizing the resources needed to create the garden and establishing the mechanisms for its operation.

This study therefore looks at two specific cases of community-driven urban garden: the Horta do Monte in Lisbon and the Horta Quinta Musas da Fontinha, in Porto; exploring several aspects of its constitution and the perceptions of its stakeholders, with the aim of understanding how participation is manifested in these initiatives.

We conclude that, although the degree of involvement of various stakeholders in the management of the initiatives is variable, participation is a key factor in both projects. Thus, participation in a community garden, in addition to meeting the personal needs of stakeholders, creates visible contributions to their development and the development of the communities in which they are embedded.

Keywords: Development, Participation, Urban Agriculture, Community Initiative

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – Enquadramento Teórico	3
1. Agricultura Urbana.....	3
1.1 Discussão do Conceito	3
1.2 A Agricultura Urbana Hoje.....	5
1.3 Agricultura Urbana e Comunidade	8
1.4 Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária	10
1.5 Potencialidades e Problemas da Agricultura Urbana	11
2. Movimentos Sociais e Agricultura Urbana	13
2.1 Definição de Movimento Social	13
2.2 Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária como Movimento Social	15
3. Participação, Desenvolvimento e Agricultura Urbana	17
3.1 Agricultura Urbana como Estratégia de Desenvolvimento	17
3.2 Participação e Desenvolvimento Participativo	17
3.3 Participação no contexto das iniciativas comunitárias	19
CAPÍTULO 2 – Metodologia.....	21
CAPÍTULO 3 – Caso de Estudo I: Horta do Monte	23
1. Localização.....	23
2. Criação e Evolução da Iniciativa.....	24
3. Propriedade do terreno	25
4. Estrutura e utilização do terreno.....	26
5. Infra-estruturas e Recursos	27
6. Caracterização Institucional	29
8. Motivos para o Envolvimento	35
9. Caracterização da Participação na Horta.....	37
10. Gestão da Horta	41

CAPÍTULO 4 – Caso de Estudo II: Horta Quinta Musas da Fontinha	47
1. Localização e Contextualização	47
2. Criação da Iniciativa.....	49
3. Propriedade dos terrenos.....	50
4. Estrutura e Utilização do Terreno	52
5. Infra-estruturas e Recursos	54
6. Caracterização Institucional	56
7. Caracterização dos Participantes da Horta.....	60
8. Motivos para o envolvimento.....	62
9. Caracterização da Participação na Horta	65
10. Gestão da Horta	68
 CAPÍTULO 5 – Síntese Comparativa dos Casos de Estudo	 75
 CONCLUSÃO.....	 81
 BIBLIOGRAFIA.....	 83
 ANEXOS	 87

ÍNDICES DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Índice de Figuras

Figura 3.1: Mapa da Localização da Horta do Monte na cidade de Lisboa.....	23
Figura 3.2: Mapa do Terreno da Horta do Monte	23
Figura 3.3: Mapa da Estrutura de Utilização do Terreno na Horta do Monte.....	26
Figura 3.4: Mapa da distribuição de infra-estruturas e recursos na Horta do Monte	27
Figura 4.1: Mapa da Localização da Horta Q.M.F. na cidade do Porto	47
Figura 4.2: Mapa do Terreno da Horta Q.M.F.....	47
Figura 4.3: Mapa de Regimes de propriedade do terreno da Horta Q.M.F.....	51
Figura 4.4: Mapa da Estrutura de Utilização do Terreno na Horta Q.M.F.....	52
Figura 4.5: Mapa da distribuição de infra-estruturas e recursos na Horta Q.M.F.....	54

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1: Motivos para a participação na Horta do Monte.....	35
Gráfico 3.2: Frequência da participação na Horta do Monte	37
Gráfico 4.1: Motivos para a participação na Horta Q.M.F.	63
Gráfico 4.2: Frequência da participação na Horta do Q.M.F.....	66

Índice de Tabelas

Tabela 3.1: Ano de adesão dos participantes à Horta do Monte	37
--	----

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

C.M.L. - Câmara Municipal de Lisboa

C.M.P. - Câmara Municipal do Porto

Q.M.F. - Quinta Musas da Fontinha

INTRODUÇÃO

Enquadramento do tema e objectivos do estudo

O presente trabalho constitui a dissertação da mestranda Flávia Santos, como requisito para a conclusão do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-IUL). O estudo aborda as dinâmicas participativas em hortas urbanas de iniciativa comunitária, analisando-as à luz do conceito de Desenvolvimento Participativo.

O Desenvolvimento Participativo tem vindo a afirmar-se, nas últimas décadas, como um novo paradigma na reflexão e prática sobre o desenvolvimento (Jennings, 2000). O conceito parte da participação como valor central na promoção de um desenvolvimento que implique os próprios sujeitos que se pretende beneficiar. Segundo Fragoso, “o desenvolvimento tem que partir da acção e das dinâmicas espontâneas das populações interessadas” (Fragoso, 2005: 39). Desta forma, o processo participativo, no qual são os próprios sujeitos que decidem quais as suas necessidades e as formas de lhes responder, é visto como um fim em si, pois proporciona o envolvimento activo das pessoas e o desenvolvimento de capacidades de intervenção no contexto em que vivem.

No conjunto das práticas participativas – que incluem a participação das populações-alvo na concepção e implementação de projectos de desenvolvimento ou a participação política através de formas de democracia directa – é importante destacar-se as iniciativas autónomas de grupos de cidadãos que, através de uma mobilização conjunta, criam projectos que visam responder às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento e o das suas comunidades.

As hortas urbanas de iniciativa comunitária constituem um exemplo deste tipo de iniciativas autónomas que partem da sociedade civil. Inserem-se, teoricamente, no campo da agricultura urbana, um termo que surgiu para designar a produção de plantas e animais nas áreas urbanas e peri-urbanas, para alimentação própria e outros propósitos, bem como outras actividades associadas a essa produção (Zeeuw, 2004). Trata-se de um termo muito abrangente que inclui desde a produção de ervas aromáticas em vasos em parapeitos de janela até indústrias agrícolas especializadas dentro das áreas urbanas. Assim, as hortas urbanas de iniciativa comunitária, tal como o nome indica, são hortas criadas nas cidades por um colectivo de cidadãos – e não por outros agentes públicos ou privados. Neste tipo de horta, os objectivos não são apenas a produção agrícola mas também, e sobretudo, contribuir para a construção e fortalecimento da comunidade em que se inserem (Smit e Bailkey, 2006).

Este tipo de hortas suscita uma série de questões analíticas, que não se colocam em face de outros projectos de agricultura urbana, graças ao seu movimento de criação e às suas formas de gestão.

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

Numa horta comunitária, os participantes, para além de se ocuparem dos trabalhos de cultivo, são normalmente os responsáveis pela mobilização dos recursos (que inclui terreno, água para irrigação, ferramentas, sementes e outros recursos materiais, recursos humanos, etc.) pela organização do terreno e dos trabalhos, pela definição de regras e procedimentos comuns e pela gestão de todo o projecto.

A presente dissertação explora estes aspectos e relaciona-os com a participação no desenvolvimento, partindo da seguinte questão principal: “de que forma as hortas urbanas de iniciativa comunitária contribuem para a participação dos seus membros no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades?”. Formulada esta interrogação, apresentamos os seguintes objectivos de pesquisa:

1. Caracterizar os movimentos de criação de hortas urbanas de iniciativa comunitária.
2. Analisar as diferentes formas de organização do terreno e de gestão das hortas.
3. Caracterizar os actores e as principais razões do seu envolvimento.
4. Compreender os factores que favorecem ou inibem a participação nas hortas urbanas de iniciativa comunitária.

Empiricamente, esta pesquisa recorre ao estudo de dois casos de hortas urbanas de iniciativa comunitária: a ‘Horta do Monte’ (Lisboa) e a ‘Horta Quinta Musas da Fontinha’ (Porto).

Estrutura da dissertação

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos a base teórica da nossa pesquisa. Nomeadamente, discutimos, relacionando, os conceitos de agricultura urbana, de hortas urbanas de iniciativa comunitária, de movimento social, de participação em projectos de iniciativa comunitária, e de desenvolvimento participativo, à luz da bibliografia relevante.

No segundo capítulo introduzimos a metodologia utilizada na investigação e uma descrição breve do trabalho de campo efectuado. Os terceiro e quarto capítulos são dedicados à apresentação dos dois casos de estudo já identificados. Nestes capítulos são descritos e analisados diversos aspectos relativos à criação e funcionamento das hortas correspondentes, a saber: localização; criação e evolução das iniciativas; propriedade do terreno; estrutura e utilização do terreno; infra-estruturas e recursos; caracterização institucional; caracterização dos participantes da horta; motivos do envolvimento e concepções dos participantes e caracterização da participação na gestão da horta.

Por fim, o último capítulo é dedicado às conclusões do estudo dos dois casos, à luz dos elementos teóricos constantes dos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1 – Enquadramento Teórico

1. Agricultura Urbana

“A agricultura urbana continua a ser vista por muitos como um oxímoro por excelência. No entanto, é parte de um conjunto de tendências mais alargado, que está a transformar o espaço urbano (e rural) onde habitamos, a uma escala massiva e imparável. No início do séc. XXI, cada vez mais pessoas com vivências incrivelmente diferentes estão a praticar formas de agricultura urbana, quer por terapia, recreação, auto-aprovisionamento ou geração de rendimento – ou uma combinação destes factores” (Mougeot, 2005: 25).

1.1 Discussão do Conceito

De forma simplificada, pode definir-se a agricultura urbana como “qualquer actividade associada com o cultivo de plantas e criação de algumas espécies animais dentro ou nas proximidades das cidades, para consumo local (...)” (Rees, 1997). Este conceito surgiu como forma de distinguir as práticas agrícolas realizadas em zonas urbanas do conceito geral de agricultura, implicitamente associada às áreas rurais.

O termo em si remete para a distinção deste tipo de agricultura através da sua localização – no interior ou em torno das cidades. A primeira dificuldade encontra-se logo na definição do que pode ser considerado “urbano” neste tipo de agricultura. Para Smit, o termo urbano “é utilizado, em sentido lato, para abranger toda a área na qual a esfera de influência de uma cidade (social, ecológica e económica) se faz sentir, de forma directa e quotidiana, na sua população” (Smit et al., 2001: cap.1: 7).

Desta forma, a agricultura urbana não toma necessariamente como limites as fronteiras político-administrativas de uma cidade. Segundo Mougeot, “não é a localização que distingue a agricultura urbana da rural, mas o facto de estar embutida e em interacção com o ecossistema urbano” (Mougeot, 2000a: 7). Neste sentido, a agricultura urbana surge no contexto de outros sistemas urbanos, como o sistema ecológico, a gestão urbana, a economia urbana local, a política de utilização de solos urbanos e outros (Smit et al., 2001).

Mougeot (2000a) explica o conceito de agricultura urbana por intermédio de seis dimensões essenciais, que mostram de que forma ela se relaciona com o ambiente urbano:

- **Localização** – na literatura sobre o tema é normalmente feita uma distinção entre agricultura intra-urbana (dentro da cidade) e peri-urbana (nos seus limites), sendo a primeira uma área onde

predominam as estruturas construídas e a segunda a zona em que a estrutura construída é intercalada com áreas de floresta ou agricultura (Smit et al., 2001). De facto, o processo de crescimento das cidades leva à progressiva absorção das áreas rurais circundantes, o que obriga os sistemas agrícolas dessas áreas a uma reconfiguração face à nova realidade peri-urbana. Esta distinção entre agricultura intra e peri-urbana permite assim distinguir as diferentes lógicas agrícolas que se encontram com maior frequência em cada tipo de espaço.

- **Actividades Económicas** – para além da produção de plantas e/ou animais, o termo agricultura urbana remete para um leque mais vasto de actividades a ela associadas, nomeadamente: produção de composto orgânico, comércio de sementes, armazenamento e distribuição dos produtos, marketing dos produtos, entre outros. Segundo Mougeot (2000a), a proximidade geográfica e a rapidez dos fluxos e recursos possibilitam que estas diferentes actividades se encontrem muito mais interligadas na agricultura urbana, justificando a sua integração no conceito.

- **Áreas** – as tipologias de terrenos utilizados para a agricultura urbana são muito mais variadas que no meio rural. Desta forma, podemos distingui-las através do seu estatuto de propriedade (público ou privado, etc.); da modalidade de usufruto do terreno (concessão, empréstimo, arrendamento, autorização através de acordo pessoal, ocupação ilegal, lei consuetudinária, etc.), do seu uso funcional (residencial, industrial, institucional, etc.); entre outras (Mougeot, 2000a: 7-8). A agricultura urbana pode mesmo ser feita sem a utilização de solo, como é o caso da agricultura praticada em vasos ou de sistemas de cultivo verticais em terraços, telhados ou no interior das habitações. O tempo de utilização destas áreas é também variável, podendo ter um carácter permanente em terrenos inadequados para outras utilizações ou temporário em terrenos provisoriamente desocupados e expectantes, como é o caso dos que aguardam futuro investimento imobiliário.

- **Escala** – a maioria da agricultura urbana é praticada em pequena escala, a nível individual ou familiar, em poucos metros quadrados de terreno, dentro ou na área contígua à habitação. No entanto, existem também outras modalidades, como a agricultura em hortas urbanas públicas ou de pequenas empresas (nalguns casos, de empresas de grande escala) que operam neste sector. A definição de agricultura urbana deve por isso ser suficientemente abrangente para incluir estas diversas escalas.

- **Produtos** – a agricultura urbana não se restringe à produção de alimentos. De facto, engloba tanto produtos alimentares (plantas e/ou animais) como não alimentares (ervas medicinais, flores e plantas ornamentais, madeira, etc.) A horticultura é assim apenas um dos sectores da agricultura urbana. A criação de animais, produção de lacticínios, aquacultura ou silvicultura são outros exemplos de actividades que podem estar relacionadas com o conceito (FAO em Jacobi et al., 2000).

- **Destino da produção** – a produção da agricultura urbana é na sua grande maioria destinada a auto-consumo, muitas vezes como forma de subsistência ou de complemento do orçamento familiar. No entanto, é frequente a produção para venda, sobretudo nos mercados urbanos locais, tanto pelo próprio

produtor como por intermédio de terceiros.

Segundo Zeeuw (2004), estes vários factores podem conjugar-se das mais diversas formas, criando a enorme diversidade de sistemas agrícolas que encontramos nas cidades. A agricultura urbana consiste assim num conjunto complexo de vários tipos de práticas, adaptadas à multiplicidade de contextos e com características que a distinguem da agricultura praticada em meio rural.

Em síntese, pode ser citada a definição de Mougeot que, apesar de complexa, é a que detem maior consenso, sendo adoptada pelos organismos internacionais¹:

“Agricultura urbana é uma indústria localizada dentro (intra-urbana) ou na franja (peri-urbana) de uma vila, cidade ou metrópole, que cultiva ou produz, processa e distribui uma variedade de produtos alimentares e não-alimentares (re-)utilizando principalmente produtos, serviços e recursos humanos e materiais que se encontram dentro e à volta dessa área urbana, e por sua vez fornece produtos, serviços e recursos humanos e materiais principalmente para essa área urbana.” (Mougeot, 2000b: 10)

1.2 A Agricultura Urbana Hoje

Apesar da ideia de agricultura se encontrar simbolicamente associada às áreas rurais, a literatura sobre este tema aponta que, ao longo da história, sempre existiu produção de alimentos no interior e em redor das cidades. Ao percorrer a história da agricultura urbana desde as antigas civilizações até aos nossos dias², verifica-se que, em praticamente todas as épocas históricas, a produção urbana de alimentos foi vital para assegurar as necessidades alimentares dos habitantes das cidades.

No entanto, nos países ocidentais, a agricultura “divorciou-se” das cidades na era industrial (Mougeot, 1994). A revolução industrial do séc. XVIII trouxe, por um lado, inovações tecnológicas (e.g. químicos de síntese e máquinas agrícolas) que permitiram intensificar a produção agrícola nas áreas rurais e, por outro, uma visão das cidades como lugares de civilização, limpos, ordenados e higienizados, sem espaço para actividades como a agricultura (Marshall em Mougeot, 1994). Contudo, a agricultura nunca abandonou por completo as cidades europeias. Em tempos de crise, como guerras ou recessões económicas, esta actividade foi promovida como forma de garantir a segurança alimentar das populações (Deelstra e Girardet, 2001). Os *Victory Gardens* nos Estados Unidos e as campanhas *Dig for Victory* no Reino Unido, durante a II Guerra Mundial, são os exemplos mais conhecidos neste âmbito.

Actualmente, a agricultura urbana está em ressurgimento um pouco por todo o mundo, devido a

1 É a definição que vem sido utilizada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e pelo Programa Especial para a Segurança Alimentar da FAO (Mougeot, 2005: 2)

2 Ver capítulo 2 do livro “*Urban Agriculture: foods, jobs and sustainable cities*” (Smit et al., 2001)

um conjunto de diversos factores e em resposta a vários desafios que se colocam às sociedades urbanas contemporâneas. Segundo Smit, nos últimos 35 anos, a “agricultura urbana está a expandir-se mais rapidamente que a agricultura rural ou a agricultura total”. Para o autor, este facto não é surpreendente, dado que estamos a viver num mundo cada vez mais urbanizado³ e a agricultura está “a reinventar-se para se adaptar à nova realidade dos assentamentos humanos” (Smit, 2002).

Estando profundamente ligada ao crescimento das cidades, não surpreende que a agricultura urbana esteja em expansão sobretudo nos países em desenvolvimento, pois é nestes que se observam maiores taxas de urbanização⁴. Sendo que estes países já se encontram em posições vulneráveis em relação à satisfação das necessidades alimentares (Mougeot, 1994: 5), o crescimento acelerado da população urbana traz problemas adicionais nesta área. As necessidades alimentares urbanas aumentam ao mesmo tempo que a produção agrícola nas áreas rurais diminui – devido às migrações dos camponeses para as cidades. Ainda, na generalidade dos países em desenvolvimento, o Estado não tem capacidade de criar as infra-estruturas económicas e sociais para a integração destes novos habitantes. Isto traduz-se em problemas de desemprego e insuficiência de serviços básicos (habitação, cuidados de saúde, educação, fornecimento de água e electricidade, transportes, saneamento, etc.), o que agudiza a pobreza nos meios urbanos.

Em resposta a estas situações, cada vez mais indivíduos começam a cultivar alimentos nas cidades, de forma a suprir as necessidades alimentares do seu agregado familiar e a obter algum rendimento através da venda destes produtos. Assim, nos países em desenvolvimento, a agricultura urbana começa também a ser promovida e apoiada por organizações não-governamentais e por alguns municípios e estados, principalmente como política de aumento da segurança alimentar.

Nos países considerados desenvolvidos a agricultura urbana está também em expansão (Smit, 2001), se bem que por motivos distintos. Segundo Henning, “nos países do norte a agricultura urbana não é tanto uma questão de sobrevivência do indivíduo e da sua família, mas sobretudo para responder a necessidades que a agricultura industrializada não consegue satisfazer” (em Boulianne, 1999: 2). Estas necessidades estão relacionadas com o consumo de produtos frescos cultivados localmente e livres de produtos químicos, bem como com uma maior aproximação entre o produtor e o consumidor, e são uma expressão da procura de estilos de vida mais saudáveis e sustentáveis. Para além disto, existem ainda outras tendências nas cidades dos países industrializados, associadas à criação de espaços verdes que possibilitem momentos de lazer e convívio, à aproximação dos habitantes urbanos à terra ou ao

3 Segundo a Divisão de População das Nações Unidas 1995 a 2030 a população urbana irá duplicar – de 2.6 para 5.1 biliões, sendo que três quintos da população total global será urbana. (Smit et al., 2001)

4 Segundo o UN-HABITAT (em Mougeot, 2006), ao passo que nos países desenvolvidos a taxa de crescimento da urbanização baixou para os 0.4%/ano, nos países em desenvolvimento subiu para os 2.3%/ano, o que mostra que as áreas urbanas dos países em desenvolvimento estão a ter um crescimento muito mais acelerado.

fortalecimento de laços de vizinhança e comunitários.

Para Firth e Pearson (2010), o ressurgimento da agricultura urbana neste tipo de contextos, está associada com a procura do contacto com a natureza e a criação de um sentido de comunidade. Nestes países, a agricultura urbana é promovida essencialmente por alguns movimentos sociais que espelham novos estilos de vida urbanos⁵. Nos últimos anos, esta área tem chamado também a atenção das autoridades municipais, sobretudo para responder aos objectivos de criação de cidades mais sustentáveis e de gestão eficaz dos espaços verdes. Ainda assim, dada a crise económica global dos últimos anos, começa também a assistir-se nos países desenvolvidos a muitas iniciativas de promoção da agricultura urbana como estratégias de alívio da pobreza, como é o caso das hortas sociais⁶.

Tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, cada vez mais municípios têm criado políticas de apoio à agricultura urbana, vendo-a como uma forma de responder aos múltiplos desafios que a cidade, o seu ambiente, a sua economia e a sua população enfrentam. Esta promoção foi encorajada, na última década, por alguns protocolos de cooperação internacionais, dos quais se destacam a Declaração de Quito⁷ e as estratégias definidas pela Agenda Local 21⁸ para a sustentabilidade das cidades.

Além disso, é de salientar o papel que têm tido algumas organizações internacionais, em especial o International Development Research Centre, na investigação, financiamento e apoio técnico na área da agricultura urbana, ao longo das últimas três décadas. Ao nível das Nações Unidas, a agricultura urbana é promovida e apoiada especialmente pela FAO (Food and Agriculture Organization) e o UN-HABITAT

5 Smit et al. (2001), referem alguns movimentos como o Green Movement em Itália, os movimentos por uma agricultura sustentável na França e Alemanha e o movimento das Ecovillas e da Permacultura, difundido desde os anos de 1990 na Europa e Estados Unidos.

6 Em Portugal, “hortas sociais” são hortas cedidas pelo município a famílias carenciadas para o cultivo de alimentos para auto-consumo ou venda. Pode ser referido o caso das hortas do Bairro do Ingote, em Coimbra. (*vide* Referências Electrónicas)

7 Uma declaração feita em 2000, em Quito, que conta actualmente com mais de 50 assinaturas de municípios de países da América Latina e das Caraíbas. Neste documento, as várias cidades declararam que “Afirmamos a nossa promessa de promover a agricultura urbana nas nossas cidades, com o objectivo de criar e melhorar as políticas municipais e acções de agricultura urbana, a fortalecer a segurança alimentar, erradicar a pobreza e melhorar o ambiente e a saúde humana, e desenvolver uma governância participativa” (Declaração de Quito em Veenhuizen, 2006: 5).

8 Segundo Jacobi et al., a Agenda Local 21 é um roteiro para o desenvolvimento sustentável das cidades, que resultou da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 2002, onde foi reconhecido que “muitos dos problemas e soluções sobre o desenvolvimento urbano sustentável têm as suas raízes nas actividades locais”, prevendo assim que cada município, através de um processo consultivo à população, criasse a sua própria Agenda 21 Local, com um conjunto de medidas que levassem a garantir o desenvolvimento sustentável nas suas cidades (Jacobi et al., 2000).

(Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), que a reconhecem como uma ferramenta eficaz para responder aos desafios actuais das suas áreas de intervenção – a segurança alimentar e a sustentabilidade urbana, respectivamente (Mougeot, 2005: 13).

Em Portugal, é difícil fazer um balanço da expressão do fenómeno da agricultura urbana, pois esta tem sido pouco estudada. No entanto, os casos mais comuns são a prática de uma agricultura familiar como forma de subsistência, por parte de imigrantes ou migrantes de áreas rurais. É interessante notar, contudo, o apoio que nos últimos quatro anos vários municípios por todo o país têm dado à criação de hortas urbanas, seja com fins sociais, educacionais ou recreativos⁹.

Ao nível mundial, pelo facto da agricultura urbana se desenvolver em grande parte no sector informal da economia, não existem números exactos do total de indivíduos envolvidos na actividade ou do volume total de produção. Tendo em conta a sua presença nos mercados urbanos, Margaret Armar-Klemesu (em Veenhuizen, 2006) estima que 200 milhões de agricultores urbanos produzem para a venda nestes mercados, o que representa 15% a 20% dos bens alimentares mundiais. Contudo, tendo em conta também o sector informal e a produção para auto-consumo, o número total de indivíduos que praticam este tipo de agricultura é substancialmente maior. Com dados de 1993, Smit et al. (2001) estimaram que 800 milhões de pessoas em todo o mundo estejam envolvidas na agricultura urbana¹⁰

Assim, actualmente a agricultura urbana configura-se como uma actividade em expansão, praticada em todo o mundo, tanto por indivíduos de forma independente como por projectos apoiados por organismos internacionais, em resposta a vários dos desafios enfrentados pelas populações das cidades.

1.3 Agricultura Urbana e Comunidade

Nas cidades surgem frequentemente iniciativas de agricultura urbana que têm como objectivo contribuir para e fortalecer as comunidades onde são implantadas. Desta forma, autores como Smit e Bailkey (2006) utilizam o termo “agricultura urbana comunitária”¹¹ para definir um tipo de agricultura que tem por base uma “actividade partilhada, intencionalmente focada em construir comunidades”, por contraste com outras três categorias de agricultura urbana, segundo os seus fins: a agricultura de subsistência individual ou familiar; os empreendimentos de agricultura urbana com vista ao lucro; a agricultura urbana recreativa (Smit e Bailkey, 2006: 147).

9 Actualmente já vários municípios dispõem de hortas urbanas que alugam ou cedem aos cidadãos. Alguns exemplos incluem: Lisboa, Coimbra, Cascais, Funchal, Gaia, Beja, Famalicão, Maia, Ponte de Lima, entre outros.

10 Utilizando para isto dados baseados em observações e extrapolações a partir de vários estudos profissionais e censos oficiais (Smit et al., 2001)

11 Que aparece na literatura internacional como “community gardening” ou “community-based urban agriculture”

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

Os contributos para a comunidade não se limitam à obtenção de alimentos, abrangendo várias outras áreas, como por exemplo:

- **Educacional** – a agricultura urbana fornece oportunidades de demonstração e formação sobre a origem dos alimentos, práticas e técnicas agrícolas, formação ambiental, entre outras. Este é o aspecto central, por exemplo, das hortas educativas criadas nas escolas;

- **Regeneração e dinamização de espaços urbanos** – através da agricultura é possível regenerar espaços degradados e criar novos espaços verdes públicos de lazer, convívio e dinamização de actividades. Existem vários projectos com estes objectivos instalados em zonas ou bairros degradados;

- **Integração de populações marginalizadas** – através da promoção da prática agrícola entre a população idosa, como forma de recreação e exercício; entre os jovens desempregados, como forma de ocupação; ou entre pessoas com deficiência física ou mental, como forma de integração;

- **Acesso à alimentação** – a agricultura dentro de uma comunidade permite aumentar a segurança alimentar do bairro, como é o caso das hortas que apoiam cozinhas comunitárias;

- **Diminuição da pobreza** – através do fortalecimento da economia doméstica e local, como é o caso das hortas sociais ou de cooperativas agrícolas urbanas;

- **Sustentabilidade** – pode tornar um bairro mais sustentável através da produção local de alimentos, da promoção da adopção de estilos de vida mais saudáveis, e da preservação de espécies autóctones, entre outras;

Com o estudo de projectos de agricultura urbana percebe-se que se podem adoptar variadas formas e ter diversos objectivos. Como afirma Lawson, “não há um credo unificador ou um único objectivo das hortas comunitárias, cada um tem a sua própria finalidade e serve as necessidades particulares da sua comunidade, que é única” (Lawson em Wang, 2006: 4).

Quando falamos de contributos para a comunidade, é necessário clarificar o que é entendido por “comunidade”. Este conceito encontra-se normalmente associado à noção de local; segundo Shuttles, a comunidade é “uma estrutura parcial da sociedade mais global, caracterizada por aglutinar grupos de pessoas que partilham o território no qual se desenrola o seu quotidiano e partilham igualmente representações colectivas sobre esse território que, assim, adquirem valor comunicativo” (em Henriques, 1990: 25-26). Aquela pode também ser definida simplesmente como uma entidade “socialmente construída por pessoas que partilham e interagem com um propósito comum” (Meseley em Firth e Pearson, 2010: 140). Assim, pode ser feita a distinção entre “comunidade de lugar” e “comunidade de interesse”: no primeiro caso, as relações sociais são construídas com base no facto de os membros habitarem ou trabalharem num mesmo espaço, enquanto no outro, são os interesses em comum que levam à criação de laços sociais entre os indivíduos (Henriques, 1990; Firth e Pearson, 2010). Segundo Henriques (1990), nos contextos urbanos contemporâneos, devido à maior mobilidade dos indivíduos, as

relações sociais são construídas principalmente dentro de comunidades de interesses, sendo que numa mesma comunidade local podem coexistir diferentes comunidades de interesses. Desta forma, pode-se considerar que a agricultura urbana comunitária funciona em primeiro lugar dentro de comunidades de interesses, seja colectivos de pessoas que partilham o interesse em cultivar, e que podem não coincidir com a comunidade de lugar do bairro onde estão inseridas (Wang, 2006). No entanto, a generalidade dos projectos de agricultura comunitária, dependendo dos seus objectivos, pretendem atrair e criar ligações com outras entidades e com a população local. Assim, podem tornar-se um elemento importante na dinamização da “comunidade de lugar” que corresponde ao bairro em que se encontram.

1.4 Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária

As hortas urbanas são a forma mais comum de agricultura urbana ao nível comunitário (Smit et al., 2001). Para Somersent *et al.*, as hortas urbanas são espaços que “fornecem um ambiente agrícola dentro dos limites da cidade, onde são produzidas frutas e vegetais, e em alguns casos onde são criados animais...” (em Pearson e Hodgkin, 2010: 103). Lawson acrescenta que a dimensão comunitária é baseada num “modelo de horta que combina a experiência agrícola com um elemento social integral que enfatiza as interacções entre os participantes.” (em Wang, 2006: 4).

Segundo Hassel, o conceito de horta urbana comunitária surgiu nos anos de 1970, com o movimento de hortas urbanas comunitárias e servia para se referir às iniciativas da população por contraponto às hortas públicas criadas anteriormente, com financiamento do governo local ou federal (Hassell em Wang, 2006: 5). Desta forma, nas definições apresentadas, uma horta urbana comunitária pode ser considerada como tal se cumprir um dos seguintes requisitos: 1) ser de iniciativa e/ou gestão comunitária, ou seja, ter sido criada e ser mantida por um colectivo de indivíduos sem a intervenção municipal ou de outras entidades externas à comunidade; 2) o terreno ser cultivado de forma comunitária, ou seja, não existir a divisão por lotes. No entanto, na aplicação corrente do conceito por criadores de projectos ou pelos meios de comunicação social, nem sempre são tidos em conta estes parâmetros¹², esvaziando-se assim o termo do seu conteúdo.

Para o desenvolvimento desta dissertação, adoptámos o primeiro dos critérios acima referidos. Utilizaremos assim o termo “hortas urbanas de iniciativa comunitária”¹³, ou seja: hortas criadas por um grupo de cidadãos, integrados ou não numa organização sediada na comunidade e que sejam geridas

12 A título de exemplo, pode-se referir o projecto de hortas urbanas de Câmara Municipal de Cascais, que considera as Hortas Comunitárias hortas divididas em talhões, localizadas em terrenos da autarquia, cedidos ao hortelão por um ano, para a prática hortícola (*Vide Referências Electrónicas*)

13 Uma designação encontrada na literatura em inglês – “community-driven” agriculture (Smit e Bailkey, 2006).

directamente pelos participantes da horta.

1.5 Potencialidades e Problemas da Agricultura Urbana

A agricultura urbana, “quando concebida como intervenção num contexto específico, é “multi-funcional”, porque toca em diversos sectores urbanos na sua prática e resultados” (Bailkey et al., 2007: 1), sendo que, para Veenhuizen (2006), esta multi-funcionalidade é a chave da sua sustentabilidade e permanência nos ambientes urbanos. Na literatura sobre agricultura urbana abundam as referências aos múltiplos benefícios que a actividade pode trazer para a cidade e para os seus habitantes. Encontram-se listagens bastante extensas em Smit (2001, 2002), Veenhuizen (2006), Zeeuw (2004), Mougeot (2005) ou Deelstra e Girardet (2001) de todos os contributos positivos da agricultura urbana para as áreas de: nutrição e segurança alimentar, ambiente, economia (especialmente familiar e/ou local), saúde e bem-estar, coesão social e planeamento urbano.

Ao nível da comunidade, vários autores sublinham que o efeito mais imediato de um projecto de agricultura urbana é o aumento das interacções sociais dentro de um bairro, o que constitui “um atributo essencial para uma comunidade próspera” (Smit e Bailkey, 2006, 147). Através da agricultura urbana, juntam-se pessoas com um propósito comum (produzir comida), num local físico de encontro (uma horta comunitária) e realizam-se actividades relacionadas com a comida, criam-se pontes com outras iniciativas e bairros e também se criam ligações com instituições e fundos (Firth e Pearson, 2010). De forma mais extensa, Smit e Bailkey (2006), partindo do conceito de “capital comunitário”, referem sete tipos de capital para os quais a agricultura urbana comunitária pode contribuir:

- Capital Humano – criam-se comunidades mais fortes e saudáveis, através do consumo dos produtos frescos cultivados pelos membros das hortas e as suas famílias. As hortas trazem ainda oportunidades de educação e desenvolvimento de capacidades práticas;
- Capital Social – a interacção e participação social num projecto baseado numa visão comum contribui para aproximar os membros da comunidade, fortalecendo a coesão social. A organização dos cidadãos à volta da criação e gestão de projectos contribui para a criação de laços e redes sociais que fortalecem a comunidade;
- Capital Político – a gestão e organização destes projectos comunitários e, por outro lado, a sua representação junto das autoridades municipais, levam também ao desenvolvimento de capacidades de liderança dentro da comunidade;
- Capital Cultural – as hortas urbanas permitem explorar e apreciar a cozinha tradicional de cada comunidade, dentro de um conjunto mais alargado de manifestações culturais. Criam também a oportunidade para a dinamização de eventos culturais à volta do tema da agricultura;
- Capital Económico – os produtos alimentares e/ou rendimentos obtidos através da agricultura

comunitária são geralmente aplicados na comunidade, fortalecendo assim os sectores formal e informal da economia local;

- Capital Construído – a utilização de espaços urbanos, muitas vezes encontrados em estado de abandono e negligência, para o benefício da comunidade contribui para o aumento deste tipo de capital;
- Capital Natural – através da utilização de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos como recursos para a agricultura torna a gestão urbana mais sustentável e criam-se comunidades com menor impacto ambiental (adaptado de Smit e Bailkey, 2006, 151-155).

Em suma, a agricultura comunitária “muda a atmosfera de um bairro; os participantes nestes projectos de agricultura urbana sentem-se frequentemente enriquecidos pela possibilidade de trabalhar juntos de forma construtiva, fortalecendo a sua comunidade e, adicionalmente, produzindo comida e melhores condições de vida.” (Zeeuw, 2004: 8)

Por fim, é importante salientar alguns benefícios específicos que podem advir da iniciativa e gestão comunitárias numa horta urbana, que se encontram sobretudo ao nível do capital político referido anteriormente. Firth e Pearson (2010) concluíram que as hortas urbanas de iniciativa comunitária têm maior sucesso em construir comunidades do que aquelas que são promovidas por entidades externas¹⁴. Segundo os autores, neste tipo de hortas os próprios participantes são os responsáveis por mobilizar os recursos necessários para o cultivo, por organizar os trabalhos de cultivo e por encontrar as formas mais apropriadas de gerir a horta. Eis aspectos que podem contribuir para a criação de comunidades mais autónomas¹⁵.

Ao nível dos problemas e dificuldades que a Agricultura Urbana pode enfrentar, os autores desta área sublinham, em primeiro lugar, alguns riscos que aquela pode trazer para a saúde e para o ambiente, especialmente se: 1) forem utilizados produtos químicos de síntese, 2) for feita irrigação com águas residuais não tratadas; 3) existir a criação de animais sem cuidados de segurança e higiene. Todos estes problemas ocorrem também na agricultura em meio rural; no entanto, podem ter um maior potencial de risco no ambiente urbano devido à maior densidade populacional das cidades (Smit, 2001). Segundo Smit (2001), a forma de os ultrapassar passa especialmente pela formação dos agricultores urbanos, nomeadamente ao nível da adopção de métodos de produção biológicos e de normas de higiene e segurança na criação de animais.

Em segundo lugar, são frequentemente apontadas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos em aceder aos recursos necessários para o cultivo (terreno, água, sementes, apoio técnico,

14 No original: “externally driven”

15 No original: “self-reliant communities”, que Mougeot (2006: 81) define como “uma comunidade ou cidade autónoma [que] explora ao máximo os seus próprios recursos, bens e capacidades locais para satisfazer as suas próprias necessidades, reduzindo o mais possível a sua dependência das importações”, ou, podemos acrescentar, a sua dependência de intervenções externas no seu próprio processo de desenvolvimento.

entre outras). Segundo Mougeot (2000b), sendo que o problema reside sobretudo no acesso a e não na disponibilidade dos recursos. A obtenção do terreno é o aspecto mais crítico, pois a agricultura urbana tem de competir com outros usos de terreno frequentemente mais rentáveis (urbanização, indústria, construção de infra-estruturas públicas, etc.). Aquela é muitas vezes considerada uma actividade marginal por possuir poucos retornos económicos e por não serem tidos em conta os seus benefícios sociais e ambientais (Deelstra et al., 2001). E contudo, quando as hortas urbanas são criadas em terrenos degradados, o próprio processo de limpeza e cultivo contribui para o aumento do valor imobiliário das propriedades. Assim, o aumento do interesse dos proprietários coloca estas hortas em perigo de extinção, sobretudo se realizadas em terrenos ocupados ilegalmente (Wang, 2006).

É ainda de destacar a falta de financiamento para projectos de agricultura urbana, especialmente comunitários, tanto por parte dos municípios como de outras entidades. O apoio municipal ou, por outro lado, a destruição da iniciativa, depende largamente das políticas de cada município e da natureza da ocupação do terreno (legal ou ilegal). Pearson e Hodgkin (2010) realçam ainda os constrangimentos individuais, como o dilema de arranjar disponibilidade individual para participar na produção de comida numa horta comunitária, quando o retorno económico da actividade é geralmente baixo ou inexistente.

Por último, encontram-se algumas dificuldades na promoção da agricultura urbana relacionadas sobretudo com as percepções da população em relação a esta actividade. A agricultura é geralmente vista como algo arcaico, pertencente às áreas rurais ou considerada “um passo atrás” na evolução (Smit et al., 2001). No contexto de um bairro podem existir opiniões adversas dos habitantes quanto à instalação de uma horta urbana comunitária, pela aparente sujidade, desordenamento, cheiros estranhos, entre outros factores. (Huijber em Pearson and Hodgkin, 2010)

Segundo Bourque, estes problemas e constrangimentos são suplantados pelos benefícios da agricultura urbana, que “está a cumprir os objectivos dos seus praticantes, ou eles não a estariam a praticar”. Para o autor, esta é considerada “uma das actividades mais fortes e mais positivas que os residentes urbanos estão a levar a cabo num esforço de tomar o controlo da segurança alimentar, mal-estar social e degradação ambiental das suas comunidades” (Bourque, 2001: 120).

2. Movimentos Sociais e Agricultura Urbana

2.1 Definição de Movimento Social

O termo movimento social começou a ser utilizado nos finais do século XVIII para se referir “a revoltas, manifestações e diferentes formas de acções colectivas que representassem a expressão das profundas mudanças económicas e políticas desse período, relacionadas com a expansão do capitalismo e à organização da classe trabalhadora” (Icaza, 2009: 262). Assim, se historicamente “os movimentos

sociais foram concebidos sob uma perspectiva de acção política, visualizados principalmente em seu confronto com o aparelho estatal...” (ibidem), ao longo do século XX alargaram os seus objectivos e formas de contestação. O surgimento de movimentos pelos direitos civis, feministas, estudantis, de descolonização, pacifistas, ecologistas, entre outros, trouxe novos valores e novas preocupações para a contestação social. Ao mesmo tempo proliferaram também os movimentos sociais locais, apesar de terem menor notoriedade, nomeadamente nos meios de comunicação social (Snow et al., 2004). Para o autor, o carácter local destes movimentos deve-se sobretudo ao âmbito e alvos das suas contestações, uma vez que os objectivos e ideologias frequentemente exprimem preocupações globais (ibidem).

Desta forma, pode considerar-se que actualmente os movimentos sociais estão presentes em todos os aspectos da sociedade, tanto ao nível local como internacional, e constituem-se como um dos principais veículos para articular e pressionar os interesses e reivindicações de uma colectividade de indivíduos. (Snow et al., 2004).

Um movimento social pode ser genericamente definido como uma forma de acção colectiva que visa gerar mudanças numa determinada sociedade a nível político, social ou cultural. No entanto, sendo a acção colectiva uma “actividade orientada por objectivos que é levada a cabo por dois ou mais indivíduos” (McAdam e Snow, 1997: XXIV), pode abarcar um grande espectro de comportamentos colectivos, como multidões, motins, rebeliões, grupos de interesse, *gangs* e outros. Assim, para melhor definir o conceito e permitir a sua distinção de outras formas de acção colectiva, Snow et al. (2004) apontam alguns dos seus eixos centrais:

- **Orientação para a mudança social** – a acção dos movimentos sociais é sempre vista como uma acção de protesto em relação a condições particulares do sistema político, económico, social ou cultural. Herbert Blumer salienta este aspecto, definindo movimento social como “empreendimentos colectivos para estabelecer uma nova ordem de vida”, sendo que são motivados, por um lado, por uma insatisfação em relação à forma de vida corrente e, por outro, pelos desejos e esperanças num novo sistema de vida. (Blumer, 1995: 60). Segundo Icaza (2009), pelo facto implicar sempre um questionamento do sistema social vigente, ou de certas normas desse sistema, é considerado um motor para a mudança social.

- **Acção colectiva organizada** - Segundo McAdam e Snow (1997: XXI), os movimentos sociais têm a particularidade de ter como unidade de referência a “colectividade, ou seja, um conjunto de pessoas inter-relacionadas que levam a cabo uma acção conjunta”. Desta forma, mesmo podendo parecer fenómenos espontâneos e desorganizados, os movimentos sociais possuem sempre uma forma de organização, mais ou menos visível – por exemplo, pode ser formal ou informal, pode ser baseada numa grande organização que represente todo o movimento ou em redes de pequenas organizações. Segundo Blumer, a organização está relacionada com o estágio de desenvolvimento de um movimento

social: “à medida que o movimento social se desenvolve, adquire o carácter de uma sociedade. Adquire uma organização e forma, um conjunto de costumes e tradições, estabelece lideranças e uma divisão do trabalho, regras e valores sociais duráveis” (Blumer, 195: 60).

• **Acção Não Institucional** – esta acção diz sobretudo respeito a formas de actuação dos movimentos sociais (manifestações, protestos, boicotes, etc.). Vários autores consideram que se localizam fora dos canais institucionais de comunicação entre os cidadãos e o seu governo (Snow et al., 2004), que é realizada nas democracias representativas através da eleição de representantes nos órgãos de poder e da participação em partidos políticos. No entanto, para alguns autores como Diani, esta não é uma especificação essencial na definição do conceito de movimento social, pois “enquanto o recurso ao protesto público é sem dúvida um elemento que qualifica os movimentos políticos, desempenha apenas um papel marginal nos movimentos orientados para a mudança pessoal e cultural”. (Diani, 1992: 12). Ao nível da acção, estes movimentos utilizam tácticas diversas, como a produção e difusão de informação, a incorporação dos princípios do movimento nas vidas quotidianas dos seus membros ou a criação de alternativas práticas, entre outras.

• **Continuidade Temporal** – os movimentos sociais não são simples agregados de acções de protesto. Mesmo em alturas de menor cobertura mediática, continuam activos na esfera da produção cultural (Melucci em Diani, 1992: 6). Segundo Snow, apesar de existirem períodos em que o movimento está mais activo e outros períodos de dormência, é o carácter persistente, “quase maçador”, deste tipo de acção colectiva que possibilita atingir as mudanças que o movimento pretende (Snow et al. 2004: 11).

A estes quatro eixos centrais, Diani (1992) propõe ainda acrescentar a ideia de identidade. Para o autor, uma colectividade apenas pode ser considerada um movimento social se partilhar um sistema de crenças e um sentido de pertença a esse movimento – o que não implica que as ideias e orientações no seio do movimento social sejam homogéneas. Neste sentido, “mesmo iniciativas aparentemente muito específicas, podem assim ser consideradas parte de um movimento social se são interpretadas à luz de um sistema de crenças mais lato.” (Diani, 1992: 16).

2.2 Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária como Movimento Social

Como já foi mencionado anteriormente, a agricultura comunitária é uma forma de responder a vários objectivos das comunidades. Desta forma, nas hortas urbanas de iniciativa comunitária podem ser encontradas as características que atribuímos aos movimentos sociais. Neste tipo de iniciativa existe uma acção colectiva (cultivar em conjunto um espaço), orientada por objectivos (ambientais, sociais, económicos, políticos, etc.), para responder a problemas ou necessidades sentidas pelos participantes no contexto em que vivem.

Apesar de no contexto português se tratar de um fenómeno recente e pouco estruturado, pode ser feito um paralelismo com o movimento de hortas comunitárias nos Estados Unidos e no Canadá, que

surgiram como parte dos movimentos sociais urbanos dos anos de 1960 e 1970¹⁶ (Warner em Smit e Bailkey, 2006). Um dos maiores exemplos é a cidade de Nova Iorque onde, durante a crise financeira dos anos de 1970, muitos dos terrenos públicos vagos e degradados existentes na cidade começaram a ser alvo de intervenções comunitárias de cultivo, segundo o *website* NYC Parks (*vide* Referências Electrónicas). Este movimento foi iniciado por uma organização não-governamental, a Green Guerrillas¹⁷, e ganhou força institucional com a criação da American Community Garden Association, que pretende “construir comunidades através do aumento e da melhoria das hortas comunitárias nos EUA e Canadá.” (*vide* Referências Electrónicas). Este movimento replicou-se em outros países, especialmente do continente europeu, e tem ligações a outros movimentos e iniciativas similares, como a Permacultura, as Ecovilas¹⁸, a agricultura apoiada pela comunidade (especialmente no Canadá e Japão) ou o movimento das Cozinhas Comunitárias no Chile, para citar alguns exemplos apontados por Smit et al. (2001). Todos estes movimentos têm como objectivos principais a promoção segurança alimentar, produção local, criação e usufruto de espaços verdes, fortalecimento de laços comunitários, entre outros. No entanto, é legítimo termos em conta o questionamento de Smit e Bailkey (2006) se o conjunto destas variadas formas de agricultura comunitária, que proliferam desde o início deste século, é simplesmente a agregação de muitos exemplos desconectados entre si ou se representam um verdadeiro movimento.

De qualquer forma, a teoria dos movimentos sociais permite enquadrar e entender vários fenómenos relacionados com as hortas urbanas de iniciativa comunitária, sendo particularmente útil para entender as formas de mobilização utilizadas, as diferentes razões subjacentes à participação e o percurso destes projectos.

16 Movimento social urbano é um conceito criado por Castells nos anos de 1970, para analisar as mobilizações populares que aconteciam na altura para responder aos problemas urbanos. Este termo define assim os movimentos “através dos quais os cidadãos tentam obter algum controlo sobre o seu ambiente urbano” (Pruijt, 2007: 1). Este ambiente compreende o ambiente construído, o tecido social da cidade e o processo político local (*ibidem*). Os movimentos sociais urbanos desempenharam um importante no final do último século na reivindicação de bens de “consumo colectivo” (habitação, serviços de saúde e educação, saneamento, etc.), na defesa do ambiente e dos espaços públicos e na reivindicação de uma maior participação dos cidadãos no planeamento das cidades (Pruijt, 1997 e Fainstein e Hirst, 1995).

17 Que iniciaram o movimento de “guerilla gardening”, que consiste no cultivo clandestino de plantas comestíveis ou ornamentais em terrenos urbanos vazios ou degradados, normalmente de pequena dimensão, como junto a estradas e passeios, caldeiras de árvores, entre outros.

18 Segundo Smit, o movimento de Ecovilas “é um movimento mundial, que inclui a utilização de terra comunitária, águas recicladas, fontes renováveis de energia e calor, resíduos orgânicos e trabalho comunitário para produzir, processar e distribuir a comida.” (Smit et al., 2001: cap. 1: 23). A Permacultura pode ser considerada a filosofia por detrás destes movimentos, que pretende, sobretudo, a construção de assentamentos urbanos sustentáveis, quer do ponto de vista ecológico como social e económico.

3. Participação, Desenvolvimento e Agricultura Urbana

3.1 Agricultura Urbana como Estratégia de Desenvolvimento

A agricultura urbana tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento das cidades. Segundo Mougeot, esta actividade está ligada directa ou indirectamente a pelo menos quatro Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: erradicar a pobreza extrema e a fome, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e assegurar a sustentabilidade ambiental (Mougeot, 2006). A agricultura urbana representa por isso uma ferramenta promissora para lidar com vários dos desafios actuais do desenvolvimento, nomeadamente: a sustentabilidade, o alívio da pobreza, a segurança alimentar, a gestão de recursos naturais e ambientais e a dinamização e autonomia das comunidades locais. No entanto, Bourque (2001) alerta para o facto da agricultura urbana poder funcionar como uma “panaceia” para muitos destes problemas mas não ser a solução real para as causas profundas da fome nem, podemos acrescentar, da degradação ambiental. Desta forma, a agricultura urbana deve ser promovida não como um fim em si, mas como um meio para atingir estes objectivos (Jacobi et al., 2000).

Em contrapartida, quando falamos em agricultura urbana de iniciativa comunitária, não importam apenas os objectivos que se pretende atingir (contribuir para o fortalecimento da comunidade), mas também o próprio processo de criação e gestão dos projectos. Isto significa que o potencial para o desenvolvimento das pessoas e comunidades se encontra no interior das iniciativas, através de todo o processo que os actores atravessam na criação do projecto, na mobilização de recursos e na sua posterior gestão autónoma. É este processo, independentemente dos resultados produtivos da agricultura praticada, que pode contribuir para a criação de uma comunidade mais forte, mais capacitada e com maior poder de intervenção na melhoria das suas condições de vida, ou seja, no seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, dos vários conceitos de desenvolvimento que encontrámos na literatura desta área, foi escolhido o Desenvolvimento Participativo como quadro de referência para a presente discussão.

3.2 Participação e Desenvolvimento Participativo

O conceito de Desenvolvimento Participativo surgiu nos anos de 1970, associado à crise das abordagens tradicionais do Desenvolvimento (Amaro, 2003). De facto, as políticas e os programas aplicados nos países em desenvolvimento nas duas décadas anteriores, baseados na crença de que o crescimento económico traria progressos a outros níveis, não estavam a mostrar os resultados

pretendidos (Sachs, 1992). Simultaneamente, várias manifestações sociais começaram a chamar a atenção para as desigualdades económicas e a exclusão social de parte da população, que ocorriam igualmente nos países considerados desenvolvidos. Assim, torna-se visível que o progresso económico de um país não se traduz necessariamente na melhoria das condições de vida da sua população e que é necessário promover igualmente outros aspectos (educação, saúde, acesso à cultura, ambiente saudável, pertença a uma comunidade, entre outros) como bases para a construção de uma sociedade que permita a cada indivíduo realizar todo o seu potencial, ou seja, desenvolver-se.

Desta forma, ao longo da década de 1970 assistiu-se a um debate, tanto ao nível internacional como na acção no terreno, que resulta em novas teorizações sobre o desenvolvimento, incorporando novos objectivos e um novo conjunto de práticas. Isto traduz-se na criação de uma série de conceitos de desenvolvimento que, nas décadas seguintes, se foram aglutinando em torno de alguns conceitos centrais que se mostram fulcrais para reger as práticas de desenvolvimento na actualidade.

O Desenvolvimento Participativo é um destes conceitos, que surgiu a partir do questionamento da imposição externa de modelos de desenvolvimento por parte das instituições e financiadores internacionais, sem se ter em conta o contexto do país onde eram aplicados nem as reais necessidades e aspirações específicas de cada população. Gerou-se assim a ideia de que os projectos de desenvolvimento não atingiam os resultados pretendidos pois os grupos-alvo eram deixados de fora da sua concepção e implementação (Rahnema, 1992) e começaram a procurar-se abordagens mais participativas na construção dos projectos de desenvolvimento. O conceito ganhou fundamentação através da sua utilização por ONG's (principalmente nórdicas) e por organismos internacionais como o Banco Mundial e alguns departamentos das Nações Unidas (Amaro, 2003).

Desenvolvimento Participativo, na sua essência, remete para a participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento. Segundo Amaro, o “desenvolvimento participativo põe o acento tónico na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres” (Amaro, 2003: 57). Assim, está sempre associada a este conceito uma noção de “empowerment” ou reforço das capacidades, competências ou poder, que são simultaneamente uma pré-condição e um resultado da participação dos cidadãos (ibidem). Para o autor, no desenvolvimento participativo o exercício da cidadania é o principal objectivo, sendo que a satisfação das necessidades dos indivíduos é apenas uma consequência do projecto e não a sua vertente principal (Amaro, 2003). Para Fragoso, existe uma grande confusão conceptual¹⁹, mas da multiplicidade de conceitos existentes, o desenvolvimento participativo

19 A definição de desenvolvimento participativo tem pontos em comum com a de outros conceitos, nomeadamente “desenvolvimento comunitário”, “desenvolvimento local”, “organização comunitária”, “acção comunitária” ou “desenvolvimento económico comunitário” (Fragoso, 2005)

deve ser preferido por remeter para o que é essencial no desenvolvimento dos nossos dias – a participação (Fragoso, 2005).

No entanto, a participação é um conceito genérico, cujo significado depende do contexto e da disciplina das ciências sociais na qual esteja a ser utilizado, ou seja, da cultura organizacional em que esteja a ser defendido (Jennings, 2000). Na área dos estudos sobre o desenvolvimento, podemos distinguir dois conceitos de participação que aparecem de forma mais frequente: participação popular e participação política. Para Nunes, "enquanto que a participação política está ligada às formas tradicionais de democracia representativa (...), a participação popular, ligada à democracia local, consagra-se essencialmente às questões da vida quotidiana" (Nunes, 2006: 411). No entanto, mesmo a participação popular pode ter diferentes configurações. Por um lado, define a participação dos grupos-alvo nos projectos de desenvolvimento, desde a simples consulta a estes grupos até à sua efectiva tomada de decisão em todas as fases do projecto (Gaventa e Valderrama, 1999). Por outro lado, pode remeter para uma participação autónoma da sociedade civil, através de movimentos ou grupos comunitários, para avançar determinadas reivindicações ou auto-satisfazer certas necessidades. Neste trabalho, ao falar de participação, estamos a remeter essencialmente para esta última acepção da palavra.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) define a participação popular como "os esforços organizados para aumentar o controlo sobre recursos e movimentos daqueles excluídos, até à altura, desse controlo", mostrando assim que o objectivo da participação é adquirir poder (em Rahnema, 1992: 120). Para Fals-Borda, procura-se adquirir "um tipo especial de poder – o poder do povo – que pertence às classes e grupos oprimidos e explorados e às suas organizações, e a defesa dos seus justos interesses para os permitir avançar em direcção a objectivos partilhados de mudança social dentro de um sistema participativo" (em Rahnema, 1992: 120). No entanto, a participação dos indivíduos não pode ser simplesmente vista como uma falha na equidade do sistema socioeconómico. Como aponta Guerra, "argumenta-se que a participação em torno de objectivos comuns é uma das mais antigas necessidades humanas e que sedimenta uma parte significativa da vida colectiva" (Guerra, 2006. 89). Desta forma, a participação pode ser entendida como uma expressão de uma sociedade democrática onde os cidadãos tomam nas suas mãos a responsabilidade de construir projectos colectivos para benefício dos próprios e das suas comunidades.

3.3 Participação no contexto das iniciativas comunitárias

No contexto dos projectos de desenvolvimento, o principal desafio da participação consiste em assegurar que se promove uma verdadeira participação da população-alvo e não uma participação vazia e manipulada, como forma de fazer avançar os interesses externos, revestidos de um discurso

participativo que os legitime (Rahnema, 1992). Num projecto criado por um colectivo autónomo de indivíduos, à partida estes detêm o poder de decisão sobre todos os aspectos da iniciativa. No entanto, existem outros desafios neste tipo de participação.

Segundo Isabel Guerra, “a participação não é sinal de consenso e não tem significado per se, se não se atender aos actores em presença, aos conteúdos em discussão e às suas relações com o contexto sistémico em que se inserem.” (Guerra, 2006: 52). De facto, ao analisar um processo participativo é necessário olhar para as dinâmicas sociais existentes, de forma a perceber os interesses e conflitos presentes e de que forma são tomadas as decisões para alcançar os objectivos da iniciativa.

Em primeiro lugar é preciso ter em conta que “hoje em dia as sociedades são caracterizadas por uma pluralidade de valores e cada indivíduo ou organização se apoia numa pluralidade de visões do mundo para sustentar a sua acção” (Guerra, 2006: 3), ou seja, dentro de um mesmo projecto podem conviver diferentes valores, interesses e objectivos, que estão em permanente negociação entre os actores. É importante identificar estas dinâmicas para perceber de que forma estes diferentes interesses se integram na construção do próprio projecto.

Em segundo lugar, importa analisar os processos de negociação e tomada de decisões que, para Guerra, representam elementos muito importantes no desenvolvimento de um processo participativo (Guerra, 2006). As dinâmicas de cooperação e negociação em projectos colectivos têm assim uma tripla finalidade: servem para construir regras e normas entre as partes, para realizar acordos e, por último, também se constituem como uma forma contínua de interacção entre as partes que permite a criação de identidades (Thuderoz em Guerra, 2006). Estes são os processos que permitem aos indivíduos dialogar de forma constante para dar continuidade à sua acção colectiva.

Ainda segundo Guerra, a participação tem duas faces: “a presença formal nas estruturas e a capacidade de decisão (a capacidade política de representação) e a inscrição nesse espaço público das exigências e expectativas dos actores” (Guerra, 2006: 48). Assim, ao analisar um processo participativo é necessário perceber, por um lado, se as estruturas organizativas montadas possuem efectivamente um carácter democrático e se todos os membros têm acesso às decisões; e por outro, se a forma de organização e gestão da iniciativa consegue corresponder aos interesses individuais de cada membro e simultaneamente levar a cabo os objectivos traçados.

CAPÍTULO 2 – Metodologia

A metodologia utilizada no presente estudo consistiu essencialmente em: 1) a exploração do tema – através da revisão bibliográfica; 2) a identificação das iniciativas existentes e a investigação dos dois casos de estudo.

Na primeira fase, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da agricultura urbana, para perceber as suas diferentes tipologias. À medida que o estudo bibliográfico foi prosseguindo, foram também explorados os outros dois conceitos centrais da dissertação, movimentos sociais e desenvolvimento participativo, bem como as suas relações com o tipo de projectos em estudo.

Simultaneamente, foram realizadas visitas a várias hortas urbanas que cumprissem o requisito da iniciativa comunitária e que fossem geridas pelos próprios participantes. Realizou-se assim um pequeno levantamento das iniciativas deste género, especialmente na área metropolitana de Lisboa, mas também no Porto. Foram recolhidos dados como a dimensão do terreno, o número de participantes, a data de criação e o historial da iniciativa, e a forma de organização e funcionamento. A partir deste levantamento foram seleccionados os dois casos de estudo presentes nesta dissertação, essencialmente por dois motivos: antiguidade (especialmente no caso da Horta do Monte) e dimensão (principalmente no caso da Horta Quinta Musas da Fontinha). De todas as hortas identificadas, estas duas apresentam as estruturas mais complexas do ponto de vista social e organizacional, ao contrário do carácter embrionário da maior parte dos outros projectos analisados, sendo por isso muito mais interessantes do ponto de vista das questões colocadas nesta dissertação.

A segunda fase correspondeu à investigação dos dois casos de estudo, incluindo o trabalho de campo e a posterior análise dos dados recolhidos. No trabalho de campo foram utilizados três métodos de recolha de informação: questionários, entrevistas e observação directa. Inicialmente foram realizadas várias entrevistas exploratórias a alguns informadores privilegiados, de forma a conhecer o funcionamento das iniciativas e alguns aspectos da sua história e constituição. A observação foi realizada ao longo de todo o estudo, através de várias visitas ao terreno – mais frequentes na Horta do Monte, devido à proximidade com a iniciativa – e da participação em algumas actividades, eventos e reuniões (nomeadamente uma assembleia da Horta Quinta Musas da Fontinha).

Em seguida, foi aplicado um questionário aos participantes das hortas, de modo a fazer a sua caracterização pessoal e a caracterização da participação na horta. Os questionários foram difundidos por e-mail, pois foi identificada em ambos os casos, pelos informadores-chave, como a forma mais eficaz de os fazer chegar a todos os participantes na horta.

A última etapa consistiu na realização de entrevistas semi-directivas (cinco na Horta do Monte e seis na Horta Quinta Musas da Fontinha) a vários participantes das duas hortas. A escolha dos

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

entrevistados não tem representatividade estatística, no entanto, procurou-se escolher casos de pessoas com perfis distintos (em termos de idades, origem geográfica, frequência da participação na horta, entre outros factores) de forma a perceber as diferentes percepções e as diferentes formas de participação. É de salientar que a generalidade dos entrevistados são pessoas que actualmente têm uma actividade regular nas hortas, devido à dificuldade em contactar participantes antigos ou outros que estejam mais afastados da iniciativa. Para a realização das entrevistas foram criados dois guiões, um para cada horta, atendendo às especificidades de cada caso. Além disso, foram também realizadas outras entrevistas, no caso da Horta do Monte a três participantes de parcelas individuais (tendo sido para este caso construído um guião específico) que se localizam no mesmo terreno que o projecto comunitário, mas que não fazem parte deste. Na Horta Quinta Musas da Fontinha, foi também entrevistada uma vizinha do projecto cujo terreno se localiza no meio do terreno da Horta e um dos principais impulsionadores da iniciativa, entretanto afastado. Estas entrevistas, que possuíram guiões específicos, foram consideradas importantes pois as relações entre os participantes das hortas e estes intervenientes também influenciam as dinâmicas presentes.

Após a realização do trabalho de campo, procedeu-se à análise quantitativa e qualitativa de todos os dados recolhidos. Nesta dissertação apenas referimos no corpo do texto e/ou apensamos nos anexos os elementos que resultaram significativos em termos analíticos.

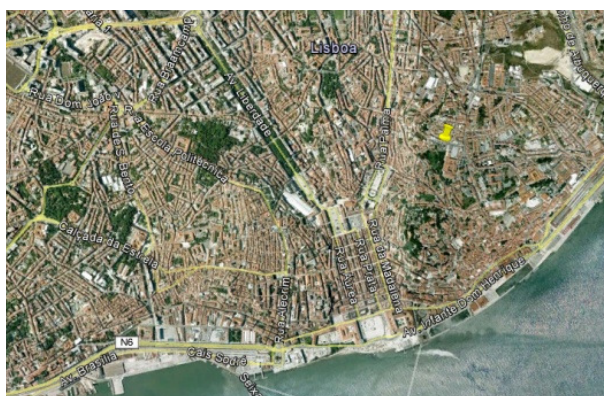
A investigação realizada, apesar de limitada pelo tempo de estudo e a disponibilidade para realizar visitas, entre outros aspectos, permitiu obter as informações necessárias para responder à pergunta inicialmente colocada e cumprir os objectivos da presente dissertação.

CAPÍTULO 3 – Caso de Estudo I: Horta do Monte

1. Localização

A Horta do Monte localiza-se na intersecção da Calçada do Monte com a Rua Damasceno Monteiro, entre os bairros da Graça e da Mouraria, no centro de Lisboa. O terreno tem 1.257 m^2 ²⁰, sendo delimitado pelas duas vias de circulação mencionadas.

Figura 3.1: Mapa da Localização da Horta do Monte na cidade de Lisboa



Fonte: GoogleMaps

Figura 3.2: Mapa do Terreno da Horta do Monte



Fonte: GoogleMaps

²⁰ Medições feitas no site Google Planimeter (*vide* Referências Electrónicas) a partir de mapas disponíveis no GoogleMaps

O terreno da horta pertencia aos jardins do antigo Convento de Nossa Senhora da Graça (actualmente o Quartel da Graça), tendo sido separado destes pela construção da Calçada do Monte, para diminuir o declive da antiga rua que fazia a ligação com a Damasceno Monteiro. Segundo os participantes mais antigos da horta, este terreno foi depósito de entulho proveniente dessas obras e os moradores utilizavam-no principalmente como depósito de lixo e WC canino. Os participantes residentes próximo do local também afirmam que era uma zona perigosa, de consumo de drogas e de assaltos frequentes a viaturas estacionadas na rua.

Administrativamente, a zona da horta faz parte da freguesia da Graça, que conta com uma área de 0.34 km² e 5.786 habitantes²¹, tendo assim uma densidade populacional de 17.017hab/km². A freguesia da Graça pode ser considerada como uma zona degradada e envelhecida²².

2. Criação e Evolução da Iniciativa

O terreno onde se situa a Horta do Monte começou a ser cultivado no final de 2007, por um grupo de cerca de seis pessoas. Dado o seu estado de abandono, o grupo começou por fazer limpezas (arranque de ervas daninhas e remoção de entulho do local) e cultivo de alguns canteiros na parte central da horta. Denominaram o projecto de “Horta Popular (da Graça e Mouraria)”, que tinha como objectivos a reabilitação de um espaço urbano degradado, para o transformar num local: 1) de cultivo, de experimentação de técnicas agrícolas e de permacultura; 2) de convívio e lazer para os habitantes do bairro; 3) para a sensibilização ambiental e a promoção do contacto com a natureza. Associada a estes objectivos encontrava-se uma ideia de promoção da agricultura biológica e do desenvolvimento sustentável das cidades (*vide* Blogue Horta do Monte).

A partir de 2008 estes jovens, mantendo-se como um grupo informal²³, começaram a estruturar o projecto. Foi definido um dia por semana (segundas-feiras à tarde) para encontros de trabalho e cultivo

21 Segundo dados dos censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística, obtidos junto da Junta de Freguesia da Graça

22 Segundo dados de 2001 do Instituto Nacional de Estatística (*vide* Rederências Electrónicas), a idade média dos habitantes é de 47.76 anos – superior à idade média nacional, que é de 39 anos – e a percentagem de edifícios muito degradados é de 8% - também superior à média do país que se situa nos 2.9%.

23 Existe alguma polémica em relação ao projecto ter sido criado por um grupo informal de jovens ou pela associação Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (associação GAIA). Os principais criadores do projecto encontravam-se ligados a esta organização ou a outras que partilhavam a sua sede. O Grupo Desportivo da Mouraria e as reuniões da horta realizavam-se também nesse espaço. No entanto, uma das organizadoras afirma que, apesar destas ligações, o grupo da Horta Popular quis manter o projecto autónomo de forma a poder também envolver a população do bairro que não se sentisse identificada com a organização GAIA. (*vide* Blogue GAIA)

na horta. Procurou-se também envolver a população local na iniciativa, através da distribuição de panfletos pelo bairro e do contacto com as pessoas que passavam quando o grupo se encontrava reunido na horta. Numa fase inicial, incentivava-se que as pessoas do bairro a ocupar uma parte do terreno. Assim, alguns moradores começaram a criar lotes próprios, tendo para isso que reabilitar o terreno, libertando-o de pedras e preparando-o para o cultivo.

No entanto, vários participantes mencionaram que no final de 2009 a horta comunitária perdeu algum do seu fôlego, entrando num período de menor actividade, uma vez que os membros mais activos, por motivos de mudança de residência ou emprego, não puderam continuar ligados ao projecto. Nesta altura, os hortelões das parcelas individuais continuaram a cultivar a horta. Os membros da parte colectiva realizaram algumas reuniões no Clube Desportivo da Mouraria para decidir o rumo do projecto.

Em meados de 2010, uma das participantes mais activas que se encontrava envolvida no projecto quase desde a sua criação tomou a coordenação do projecto comunitário. De forma a marcar esta mudança, o nome do projecto foi alterado para “Horta do Monte – Projecto Comunitário” e foi criado um horário para os dias de trabalhos colectivos na horta, sob a sua coordenação. Nos últimos dois anos, a horta comunitária tem funcionado nestes moldes.

3. Propriedade do terreno

O terreno onde se localiza a horta pertence à Câmara Municipal de Lisboa. Os terrenos pertencentes ao Quartel da Graça foram também transferidos do exército para o município em 2010, com vista à criação de um parque urbano que englobe toda esta zona. A C.M.L. tem conhecimento da ocupação do terreno por parte do grupo da horta através de uma reunião de apresentação do grupo e do projecto, realizada no início da sua criação. No entanto, nunca foi dada uma autorização formal para a utilização do terreno.

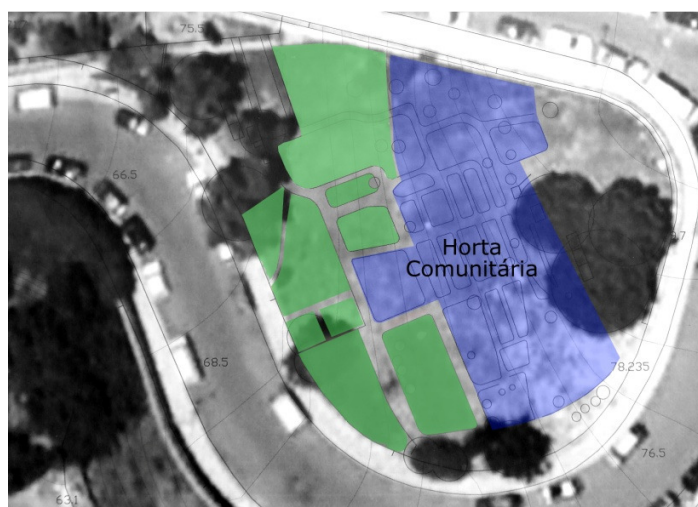
No último ano, o Departamento de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa tem feito contactos com a coordenadora da Horta do Monte no âmbito de um projecto de requalificação do terreno da horta e dos jardins do Quartel para a criação de hortas e de um parque urbano. Este facto traz alguns desafios à horta, nomeadamente ao nível da possibilidade de continuação do projecto comunitário e/ou da sua necessidade de formalização. Durante o período em que ocorreu este estudo os participantes encontravam-se a preparar um projecto escrito formal para apresentar à C.M.L.²⁴ e discutir a possível criação de uma associação que represente o colectivo da Horta do Monte.

24 Segundo a coordenadora, este projecto está a ser escrito pela própria, com a ajuda de vários membros da horta, actuais e antigos. Este documento foi também difundido por e-mail para os participantes da horta, solicitando as suas opiniões e sugestões.

4. Estrutura e utilização do terreno

Como mencionado, no terreno do projecto colectivo Horta do Monte existem também alguns talhões individuais que foram sendo ocupados desde 2007. Como se pode ver no mapa seguinte, o terreno onde está localizado a horta divide-se em:

Figura 3.3: Mapa da Estrutura de Utilização do Terreno na Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

- **Talhões individuais** (a azul na figura): nove talhões no total, de tamanho variável, cultivados por oito pessoas, que ocupam a parte mais baixa, a sudoeste do terreno. No último ano (sobretudo por razões pessoais) a maioria dos hortelões abandonou o cultivo do seu terreno e apenas três continuam activos na sua manutenção. Importa reforçar que estes talhões não são parte do projecto comunitário, apesar de se localizarem no mesmo terreno.

- **Horta Comunitária** (a verde na figura): a horta comunitária ocupa, em termos de cultivo, toda a parte central da horta. A parte superior da horta (localizada no lado direito na figura) é uma zona de lazer, mas é considerada como parte integrante da horta comunitária, uma vez que é limpa e mantida pelos seus participantes.

Estrutura de Cultivo

Nos lotes individuais, cada hortelão é responsável por realizar as suas culturas e mobilizar os seus próprios recursos para o cultivo. A utilização de produtos químicos é opcional, mas desencorajada pela parte comunitária. Os produtos retirados da horta são para o uso pessoal de cada hortelão.

Na parte comunitária, todos os participantes contribuem para o cultivo e a manutenção da

totalidade do espaço. Sendo um terreno inclinado, foram criados vários socalcos e uma estrutura de caminhos e escadas de terra, que delimitam os vários canteiros para cultivo. Existem ainda outras estruturas de cultivo, como uma espiral de plantas aromáticas e um charco com plantas aquáticas (*vide* Figura 3.4).

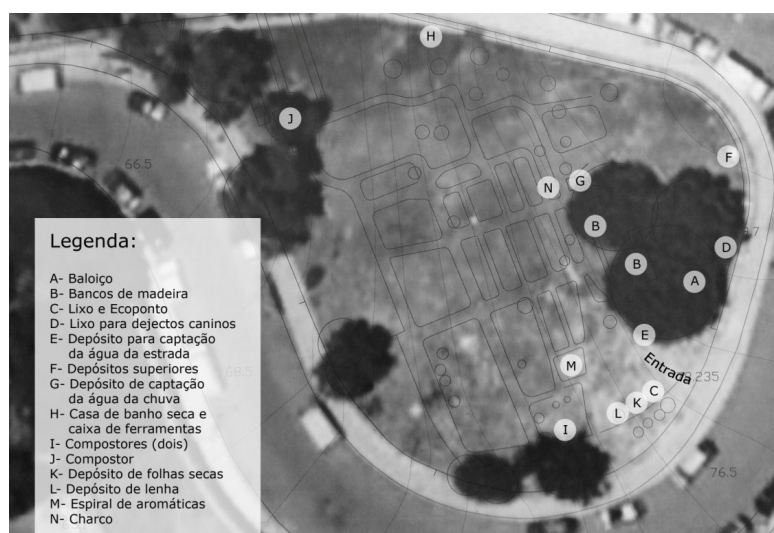
É praticada uma agricultura sem utilização de produtos químicos (um princípio que se manteve desde a criação da horta), baseada em práticas de agricultura biológica, de permacultura e de consorciação de culturas²⁵. São cultivados principalmente produtos hortícolas, leguminosas, plantas aromáticas e medicinais, flores, pequenas árvores de fruto (especialmente pessegueiros) e ainda alguns grãos e cereais (em pequena escala). Todo o cultivo é feito através de ferramentas manuais, não existindo maquinaria na horta.

Para a rega foram criados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água da chuva, sendo que nos meses de Verão são utilizados sistemas que diminuem o consumo de água, como a rega gota-a-gota ou a utilização de potes de barro permeáveis.

O terreno comunitário não se encontra cultivado na sua totalidade ao longo de todo o ano e a dimensão das culturas depende sobretudo das capacidades que os participantes têm em cada época de cultivo para preparar e plantar os canteiros e para a posterior manutenção das plantas; por exemplo, no Verão depende da quantidade de água disponibilizada para as regas.

5. Infra-estruturas e Recursos

Figura 3.4: Mapa da distribuição de infra-estruturas e recursos na Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

²⁵ Técnica agrícola que consiste na junção de várias plantas compatíveis e/ou auxiliares num mesmo canteiro.

Todas as infra-estruturas assinaladas na figura da página anterior pertencem à horta comunitária. Em relação aos hortelões individuais, os recursos que necessitam para cultivar (sementes, ferramentas, fertilizantes, etc.) são sobretudo armazenados fora da horta, não existindo estruturas individuais para esse armazenamento. No entanto, existe um caso em que um hortelão individual partilha os recursos (nomeadamente ferramentas, composto e água) com a parte colectiva. Através da figura, podemos identificar vários tipos de estruturas, nomeadamente:

- **Estruturas de Lazer** – na parte superior da horta (à direita da figura), sob a copa de três pinheiros mansos encontram-se três bancos de madeira e um baloiço construídos pelos participantes da horta, a partir de materiais usados. Estas estruturas criam uma área de lazer para os participantes e para a população em geral. É também nesta área que se realizam as festas da horta, *workshops* e outras actividades. A área conta ainda com dois caixotes do lixo, um ecoponto e um caixote para dejectos caninos. A sua manutenção (despejo dos lixos, limpeza do terreno, etc.) é feita pelos participantes da horta.

- **Estruturas de armazenamento de água** - na horta existem quatro depósitos para o armazenamento de água, com uma capacidade total de 3.500 litros. Um destes depósitos (item G) conta com uma zona superior para a captação de água da chuva e outro deles (item E) está ligado a um sistema de captação e purificação da água da chuva proveniente da via pública. Este é um sistema artesanal feito com materiais usados, ainda em construção, começando a ser utilizado no próximo inverno. A obtenção e gestão da água é uma das questões essenciais da horta, da qual depende a sua sobrevivência, especialmente nos meses de Verão. Durante o inverno é armazenada alguma água da chuva num dos depósitos para utilizam em períodos em que não chove. Nos últimos dois verões (e por vezes pontualmente durante o ano) a horta conta com um fornecimento de água semanal, gratuito, de cerca de 3.500 litros (a capacidade total dos depósitos) por parte da divisão de limpeza urbana da C.M.L. A água destina-se sobretudo à rega da horta colectiva mas é também partilhada com os hortelões individuais quando estes o solicitam.

- **Estruturas de Armazenamento de Materiais** – existem também várias estruturas para guardar materiais e outros recursos necessários ao funcionamento da horta. Para o armazenamento das ferramentas, sementes e outros materiais (fitas, redes, borrachas, utensílios de rega, etc.) foi construída, com madeiras reutilizadas, uma caixa de ferramentas e uma casa de banho ecológica (uma casa de banho seca para criação de composto). Existem na horta três compostores, mantidos com resíduos orgânicos trazidos pelos participantes e por outros habitantes do bairro, que produzem o composto utilizado para a fertilização da horta. Existe ainda um depósito para folhas secas e outro material orgânico proveniente dos jardins da zona e trazido para a horta pela Divisão de Limpeza Urbana; e uma zona para armazenamento de madeiras, recolhidas pelos participantes ou deixadas pela população na horta. Esta madeira é um recurso essencial para a construção das várias infra-estruturas e para o reforço dos

socalcos. Importa ainda mencionar um outro recurso, a serradura, utilizada para cobrir o solo e as culturas e que provém de duas serrações localizadas no bairro da Graça, próximas da horta.

Recursos Financeiros

Apesar de todo o trabalho na horta ser feito de forma voluntária, de grande parte das sementes e plantas serem trazidas pelos participantes e de se procurar trabalhar com materiais usados ou doados, a horta possui algumas necessidades financeiras para a compra de ferramentas, materiais para construções e sementes, entre outros.

Até à data, a Horta do Monte não contou com nenhum apoio financeiro e os seus participantes não têm qualquer obrigação de contribuição financeira para a horta. O dinheiro obtido para suportar as despesas necessárias é assim proveniente principalmente de donativos feitos em eventos ou actividades da horta e em contributos pontuais dos participantes para uma compra específica.

6. Caracterização Institucional

Modelo organizativo

O modelo organizativo da Horta do Monte é apresentado no seu blogue como: “Um grupo não-formal auto-organizado, com uma estrutura aberta a todos que queiram participar e fazer parte. Existe, no entanto, um representante do grupo que coordena as actividades comunitárias na horta, mantendo a comunicação entre os participantes, sendo também o ponto de contacto entre a horta e o público em geral.” (*vide* Blogue Horta do Monte). Desta forma, o grupo de participantes da horta não se encontra ligado a qualquer organização formal.

Organização do trabalho

Dado que o terreno da horta comunitária é na sua totalidade trabalhado e cultivado pelo colectivo, foram criados os “dias da horta”: três dias por semana (actualmente segundas, quartas e sextas das 19h às 21h), em que os participantes se reúnem para cultivar e fazer a manutenção da horta. Este horário é relativamente fixo, mas muda pelo menos duas vezes por ano (correspondendo às horas de sol e maior calor, que dependem das estações do ano), por razões práticas, podendo nestas alturas ser adaptado também às disponibilidades dos participantes mais regulares.

Nos dias da horta existe sempre uma pessoa responsável pela orientação dos trabalhos, que é normalmente a coordenadora da horta ou, na sua ausência, outro participante que se disponibilize para assumir essas tarefas. Os dias da horta são abertos à participação de todos os que queiram colaborar, e a informação sobre eles encontra-se disponível no blogue da horta e numa placa afixada à entrada do

terreno. Nestes dias os participantes realizam actividades ligadas ao cultivo: plantar e semear, mondar ervas daninhas, regar, colher produtos, etc.; mas também outro tipo de tarefas regulares, como recolher e levar o lixo (que é frequente na horta) ou cuidar de caminhos e das estruturas dos canteiros.

Estes horários são a base do trabalho na horta. No entanto, por vezes, por vezes são criados encontros específicos para certas tarefas (sementeiras, construção de mobiliário urbano, etc.). É também frequente a realização de festas da horta (pelo menos duas vezes por ano), palestras, oficinas para crianças ou para adultos, entre outras, sobre agricultura urbana ou outros temas relacionados com a sustentabilidade. A área de lazer da horta é também utilizada por várias pessoas e instituições para convívio, realização de festas, eventos ao ar livre, etc.

Objectivos e Princípios do Projecto

Segundo o esboço de 'projecto' da Horta do Monte (*vide* Anexo C.1), os objectivos do projecto são múltiplos, podendo ser resumidos da seguinte forma:

- Objectivos de promoção de agricultura urbana: aplicar e desenvolver experiências de agricultura biológica e permacultura, reabilitação de um terreno degradado para prática agrícola;
- Objectivos sociais: permitir a contacto directo com a terra e a aprendizagem e experimentação de agricultura; promover contacto intergeracional, redes de vizinhança e redes locais;
- Objectivos ambientais: preservar e promover a biodiversidade; reduzir impacto ambiental das cidades; educar para a sustentabilidade;
- Objectivos económicos: promover a produção e consumo de alimentos locais; fortalecer a economia local.

Nota-se assim que a horta pretende ter uma intervenção local em várias dimensões, definindo-se não só como um espaço de cultivo mas principalmente como uma plataforma urbana de experimentação de técnicas sustentáveis de agricultura e de encontro entre pessoas com interesses semelhantes, com vista à replicação de outros projectos colectivos, não só na área da agricultura urbana.

Regras estabelecidas

O projecto da Horta do Monte tem subjacentes alguns princípios de funcionamento, ou quais, apesar de implícitos nas suas apresentações e comunicações, não se configuram como um conjunto de regras formais. Desta forma, as principais orientações do projecto por nós identificadas são:

- Prática de agricultura orgânica – há uma interdição à utilização de produtos químicos de síntese na parte colectiva da horta. Esta regra é consensual entre a maioria dos participantes, que partilham uma visão de sustentabilidade na área da agricultura, mas exige um processo de adaptação por parte de alguns membros com uma visão agrícola mais tradicional e por parte dos hortelões dos talhões individuais, a quem o princípio se tenta incutir.

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- Produção colectiva e responsabilidade colectiva – apesar de já terem existido parcelas da horta comunitária ao cuidado de participantes específicos, actualmente o cultivo de toda esta área é feito de forma colectiva e procura-se inculcar nos participantes a responsabilidade pela totalidade do espaço, ao nível da sua manutenção.

- Divisão da produção da horta – dado o reduzido volume da produção (derivada sobretudo das más condições do terreno e dos roubos e vandalismo), não existem mecanismos para a divisão destes produtos. Existe uma orientação geral para que a colheita dos produtos maduros seja feita nos dias de trabalho colectivo e distribuída pelos participantes desse dia. Os produtos são também utilizados para almoços comunitários em alguns eventos da horta.

- Abertura à participação e iniciativas – dado o carácter informal da organização da horta não existem requisitos definidos para a adesão de novos participantes. Desta forma, o projecto acolhe qualquer pessoa que queira participar na horta, seja de forma mais regular, pontual ou com um contributo específico em termos de trabalho ou de fornecimento de materiais, desde que útil ao projecto. Assim, é suficiente contactar por e-mail ou aparecer no terreno nos dias definidos para os trabalhos na horta. Da mesma forma, qualquer membro pode terminar a sua colaboração quando entender, pois não existe qualquer compromisso formal entre os participantes e o projecto.

Nas entrevistas realizadas, os participantes da horta mostraram ter conhecimento destes princípios, normalmente transmitidos pela coordenadora à chegada do participante ao projecto. No entanto, a maior parte dos membros considera que se foi familiarizando com eles ao longo do processo de interacção com outros participantes e de integração na horta. Os participantes mostraram não considerar estas questões como regras mas sim como orientações; por exemplo, ao nível do discurso não era utilizada a expressão “quebrar as regras”, mas sim expressões como “fazer algo que vá contra o espírito da horta/ os princípios da horta”.

Liderança do projecto

Tal como já foi apontado, uma participante assumiu a coordenação do projecto desde 2010. A generalidade dos aspectos da organização e do formato da horta (definição de dias de cultivo, delimitação do terreno colectivo, etc.) foram definidos nessa altura pela coordenadora, com base no que era praticado anteriormente mas adaptando-os às necessidades enfrentadas pela horta.

Actualmente a coordenadora assume as seguintes funções:

- Presença na generalidade dos dias de cultivo colectivo ou, estando ausente, garantia da presença de uma pessoa responsável por orientar os trabalhos nesse dia;
- Apresentação da horta e integração de novos participantes;
- Mobilização de recursos (água, folhas secas e serradura, sementes, ferramentas, entre outros), através da solicitação de doações ou da recolha de fundos e compra;

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- Criação de grande parte dos eventos comunitários, especialmente as festas da horta;
- Comunicação via Internet (e-mail e blogue) e gestão do e-mail da horta;
- Representação da horta junto das entidades oficiais (como a Câmara Municipal de Lisboa);
- Coordenação da escrita e do design do projecto da Horta;
- Tomada das principais decisões relativas à horta.
- Gestão dos recursos financeiros da horta

Percebe-se assim que a coordenadora assume um papel central neste projecto.

Formas de comunicação

A comunicação entre os participantes do projecto é feita de várias formas, nomeadamente: Internet, telefónica e presencial.

A Internet é o meio preferencial de comunicação, tanto entre os participantes como para o exterior. A Horta do Monte possui um endereço de e-mail, gerido pela coordenadora, com uma lista de contactos dos participantes mais activos, onde são comunicados assuntos relativos ao funcionamento da horta, tais como o registo dos trabalhos semanais (se bem que de forma não regular), a discussão dos materiais que constituem o projecto escrito em elaboração ou a discussão de problemas específicos. Em segundo lugar, existe uma lista mais alargada de apoiantes da iniciativa que, juntamente com a página do *Facebook* e o blogue da horta, são os meios utilizados para divulgar as actividades da horta à população em geral. É de destacar que o blogue da horta se mantém activo desde a sua criação (apesar da alteração do nome), sendo por isso um importante registo do historial da iniciativa. A comunicação através das plataformas electrónicas é levada a cabo especialmente pela coordenadora, se bem que existam contributos dos outros membros, especialmente através de e-mail.

Por outro lado, existe também uma comunicação mais directa entre os membros ou com a coordenadora, presencialmente ou via telefone, para lidar com as questões operacionais da horta (o que fazer, o que plantar, como fazer, como arranjar recursos para fazer algo, quem vai estar presente, etc.), ou, por vezes, com questões relativas à organização do projecto e à tomada de decisões.

Em relação à comunicação, a generalidade dos participantes considera que é eficaz, especialmente através da Internet, tanto como forma de mobilizar as pessoas para as actividades e eventos da horta como forma de manter actualizados os participantes menos regulares sobre o que se passa na horta. Contudo, a comunicação associada a aspectos de organização interna (planeamento e tomada de decisões) é considerada por alguns membros como deficitária, como veremos adiante.

Relações externas

A Horta do Monte procura e mantém relações informais e pontuais com outras organizações, principalmente da sociedade civil, que se manifestam normalmente na participação dessas organizações

em actividades da horta, na dinamização de actividades próprias no espaço da horta ou na presença de representantes da Horta do Monte nos seus eventos.

Em relação aos poderes públicos, a Horta do Monte é reconhecida pela Câmara Municipal de Lisboa (o que é provado pela consideração do projecto na decisão sobre o futuro do espaço), apesar de não ser oficialmente aceite. É de assinalar o apoio do Departamento de Limpeza Urbana da C.M.L., nomeadamente no fornecimento de água, matéria orgânica e alguns materiais usados. Através de uma reunião realizada com os participantes da horta, a Junta de Freguesia da Graça tem também conhecimento do projecto e mostra interesse em apoiá-lo assim que estiver resolvida a questão legal da ocupação do terreno.

7. Caracterização dos Participantes da Horta

A caracterização dos participantes da Horta do Monte foi feita através de um questionário que pretendia abranger (dada a antiguidade da iniciativa) tanto os participantes actuais como os antigos. O questionário foi difundido por e-mail pela coordenadora do projecto a duas listas de contactos: uma lista com 64 contactos que agrega todos os participantes actuais e uma lista com cerca de 300 contactos onde se incluem os participantes que desde 2007 colaboraram na horta. O questionário esteve disponível electronicamente de 1 a 28 de Julho de 2012, tendo sido obtidas 39 respostas: 38 via e-mail e uma em papel, pois um dos participantes não possui acesso à Internet.

Devido à dificuldade em definir a totalidade dos membros que participam na horta em cada momento (pelo facto de não existir um registo de participação), o questionário não pretende ser representativo de toda a população da horta, mas apenas apontar algumas das suas características. Segundo a coordenadora, dos cerca de 60 contactos da lista principal (que inclui também participantes pontuais e colaboradores da horta em aspectos específicos) cerca de metade estão activamente envolvidos e, destes, cerca de 17 membros frequentam a horta de forma regular. Nos questionários obteve-se 28% de respostas de participantes antigos (que indicaram já não frequentar a horta), sendo que os restantes 72% (correspondendo a 28 participantes) estão actualmente envolvidos. Contudo, para a apresentação dos resultados foi utilizada a totalidade das respostas.

Caracterização pessoal dos participantes

Após a análise dos resultados dos questionários (vide gráficos no Anexo B.1) verifica-se que na Horta do Monte os participantes do sexo feminino correspondem a 64% do total, sendo os restantes 36% do sexo masculino. Em termos de idades, as faixas etárias predominantes são a dos 25 aos 34 anos (44%), dos 35 aos 44 anos (26%) e a dos 15 aos 24 anos (21%), sendo que a idade média é de 33 anos.

Cerca de metade dos participantes é portuguesa (48%) e os restantes têm sobretudo

nacionalidades europeias – francesa (cinco), italiana (quatro) espanhola (três), alemã (dois), belga (um), austríaca (um) e suíça (um) – ou brasileira (três participantes). Entre os participantes com naturalidade portuguesa (dezassete), nenhum é originário da freguesia da Graça e apenas seis são naturais do município de Lisboa. Ao nível das habilitações académicas, 80% dos participantes possui o ensino superior, principalmente ao nível da licenciatura (28% têm a licenciatura completa e 15% estão ainda a completá-la) ou do mestrado ou pós-graduação (31%). Desta forma não é surpreendente que as categorias profissionais predominantes sejam a de “Estudante” (31%), “Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas” (21%) e “Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio” (10%).

Através destes dados observa-se que as pessoas que ao longo do tempo aderiram e participaram nesta iniciativa são predominantemente jovens, muitos ainda em conclusão dos estudos e em metade dos casos estrangeiros.

Distribuição dos participantes por local de residência

Através da análise dos resultados dos questionários (vide Anexo B.1), percebe-se que apenas 38% dos participantes habitam na freguesia da Graça. Dos restantes 62%, 16 pessoas vivem em freguesias limítrofes, ou seja, localizadas no centro de Lisboa e as restantes 8 em freguesias mais distantes, sendo que dois dos participantes habitam num município diferente. Observa-se assim que, apesar da maioria dos participantes residirem próximo da horta, a iniciativa atrai também pessoas mais distantes.

Conhecimentos e/ou experiência anterior dos participantes de agricultura

Segundo os resultados dos questionários, 46% dos participantes não possuía qualquer conhecimento e/ou experiência anterior de agricultura. Em relação aos restantes 54% notou-se, nos questionários e entrevistas, que, de formal geral, têm conhecimentos e/ou experiências pouco extensos.

Metade dos participantes que responderam positivamente (10 respostas em 21) mencionam ter tido contacto com a agricultura através do auxílio na produção em hortas ou quintas familiares (de pais e/ou avós), localizados sobretudo em zonas rurais. Estes contactos ocorreram principalmente durante a infância ou em períodos de visita aos familiares. Os participantes mencionam ter conhecimentos ao nível do reconhecimento das plantas e técnicas agrícolas, mas uma prática pouco consistente no acompanhamento de todo o ciclo de produção agrícola.

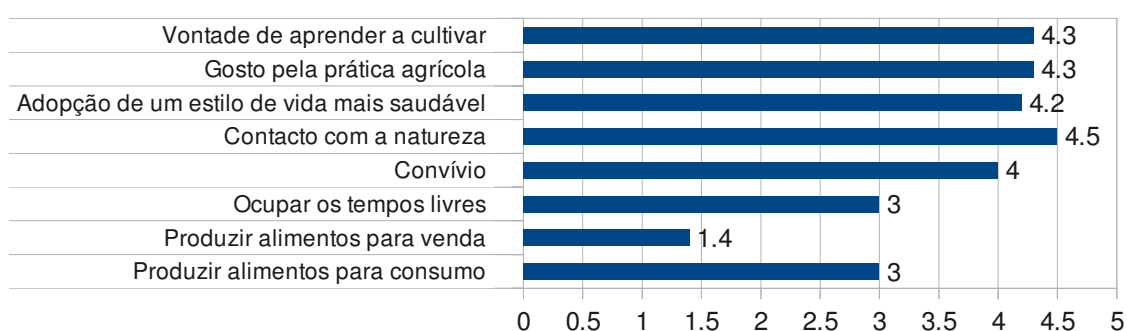
Três dos participantes afirmam já ter tido ou manter hortas de carácter individual, noutros terrenos ou na habitação. Em termos de formação, apenas duas pessoas possuem cursos na área, um deles de jardinagem e outro de permacultura (ao qual o participante adiciona a referência de sete anos de experiência prática). Existe ainda um caso em que a agricultura constituiu a actividade principal do participante ao longo da quase toda a vida. Por fim nota-se também uma incidência de pessoas (três) que tiveram contacto com a agricultura através da participação em quintas de produção biológicas e projectos

de permacultura, por apoiarem amigos envolvidos nesses projectos ou através de voluntariado.

8. Motivos para o Envolvimento

Nos questionários foi solicitado aos participantes para pontuar de 1 a 5 (correspondendo o 1 a “nada importante” e 5 a “muito importante”) as diferentes razões para participar na Horta do Monte. Das respostas dadas, foram obtidas as seguintes médias para cada uma delas:

Gráfico 3.1: Motivos para a participação na Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

Como se pode ver, as quatro primeiras razões foram as mais apontadas, confirmando assim os dados recolhidos através da observação. Em primeiro lugar, muitas pessoas chegam à horta com a intenção de aprender sobre agricultura, (dado que os conhecimentos e/ou experiência na área são escassos), sobretudo numa perspectiva de “experimentar na prática” e “aplicar” os conhecimentos que possam ter adquirido. O gosto pela prática agrícola tem também um importante papel, representando muitas vezes uma ligação ao meio de origem (pessoal ou dos pais e avós) ou expressando-se como uma necessidade que os participantes têm e que procuram satisfazer mesmo vivendo em ambiente urbano.

Igualmente, a adopção de um estilo de vida mais saudável e o contacto com a Natureza são razões fortes, na medida em que a horta se encontra numa zona intra-urbana com grande densidade de edifícios e escassez de espaços verdes. A horta é assim utilizada pelos participantes (e visitantes) como um espaço público que permite o contacto com a Natureza: “é como [se fosse] o meu jardim pessoal”. Seguidamente, o convívio assume também alguma importância na horta. Por um lado, é um aspecto importante para os participantes que habitam no bairro, pois a horta permite conhecer e interagir com outros habitantes da Graça. Por outro lado, alguns participantes mencionam o facto de ser um espaço onde é possível encontrar indivíduos com ideologias semelhantes, nomeadamente ao nível ambiental e da sustentabilidade.

Com um pouco menos de importância surge a ocupação de tempos livres, o que mostra que as

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

situações de desocupação (por exemplo, desempregados ou reformados) não são predominantes na horta. Embora este tipo de lógica possa estar presente nos hortelões dos talhões individuais, a generalidade dos membros do projecto colectivo mostra até dificuldade em conciliar a participação na horta com outras actividades de âmbito profissional e pessoal.

A produção de alimentos, para consumo e especialmente para venda apresentam também pontuações baixas; por um lado porque a produção não é de grande escala e por outro porque os participantes parecem valorizar o aspecto comunitário em detrimento da produção. Os participantes consideram que, se o seu objectivo principal no cultivo fosse a produção de alimentos para consumo, procurariam outro tipo de horta ou local: “A gente não ganha nada com isto” ou “Se tivesse necessidade de cultivar para a sobrevivência não viria aqui”. No entanto, existem alguns participantes que valorizam mais o facto de poder colher os produtos que cultivam, mencionando que muitas vezes há desperdício de produtos por ninguém os aproveitar.

Além destes motivos, alguns membros acrescentaram a importância que dão à participação em projectos comunitários, especialmente por uma questão de ideologia de participação e intervenção autónoma dos cidadãos, sem necessidade de envolvimento das autoridades municipais ou de outras instituições.

Ao analisar as diferentes razões para a participação no projecto nota-se que são expressos motivos sobretudo pessoais como a vontade de aprender sobre agricultura, de “voltar às raízes”, o gosto e a necessidade de ter uma prática agrícola. No entanto, grande parte dos membros não vê a agricultura apenas como um fim em si, mas também como um meio para atingir outros fins, ou seja, para fazer activismo em várias dimensões: melhoria do ambiente, produção alimentar local, requalificação urbana, criação de laços sociais e comunitários, etc.

Através das análises feitas, podem identificar-se quatro perfis tipo de participantes na horta:

- Estudantes, sobretudo estrangeiros, que se encontram em Lisboa por poucos meses e que, neste período, se querem envolver num projecto comunitário (muitas vezes como forma de integração no país onde estão ou como continuação de actividades semelhantes realizadas nos países de origem);
- Jovens de nacionalidade portuguesa, sobretudo estudantes ou pessoas com maior flexibilidade de horários, que querem aprender sobre agricultura e/ou envolver-se num projecto comunitário;
- Activistas ligados ao ambiente, em várias modalidades, que querem aplicar nas suas vidas práticas de sustentabilidade;
- Pessoas de meia-idade ou idosas residentes na zona e que querem participar em iniciativas no seu bairro.

No entanto, esta é apenas uma generalização e simplificação, pois cada participante apresenta uma pluralidade de razões e motivos para participar no projecto.

9. Caracterização da Participação na Horta

Adesão dos participantes à iniciativa e frequência da participação

Através dos resultados dos questionários aplicados aos participantes, foi possível identificar e classificar, por anos, a adesão dos participantes ao projecto da Horta do Monte, como pode ser observado na tabela em baixo:

Tabela 3.1: Ano de adesão dos participantes à Horta do Monte

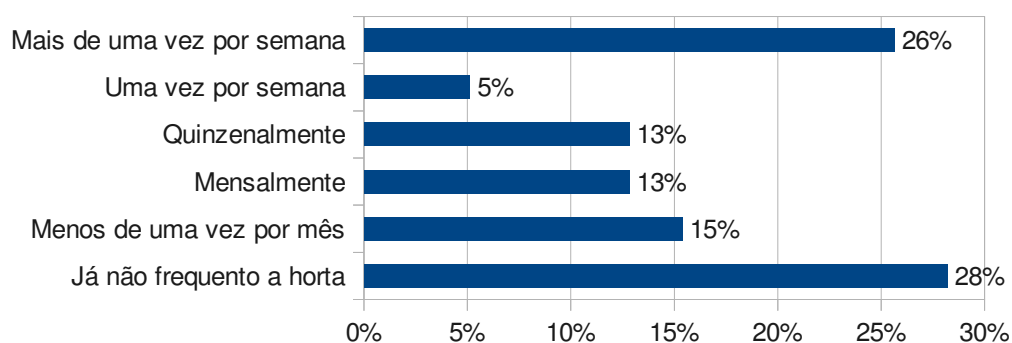
Ano	Nº respostas	Percentagem
2007	3	8%
2008	1	3%
2009	5	13%
2010	5	13%
2011	11	29%
2012	13	34%
Total	38	100%

Fonte: elaboração própria

Percebe-se assim que mais de metade dos participantes da horta (63%) aderiu ao projecto nos últimos dois anos. Todos os participantes entrevistados (que são os mais activos no projecto) aderiram este ano ou no final do ano passado.

Em relação à frequência da participação, existem também diferentes situações, como é possível ver no gráfico em baixo:

Gráfico 3.2: Frequência da participação na Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

É importante notar que quase um terço dos participantes que responderam ao questionário (28%) são antigos participantes que actualmente já não frequentam a horta. Há também uma importante percentagem (15%) que vai menos de uma vez por mês, o que indica que serão participações pontuais, que ocorrem possivelmente em eventos da horta ou actividades específicas.

Nas restantes participações, nota-se uma tendência de pessoas que vão com grande frequência (26% vai mais que uma vez por semana), correspondendo assim aos participantes mais regulares. Os outros participantes frequentam a horta de forma mais pontual, podendo estas respostas corresponder ao perfil de pessoas cuja participação é variável, tornando-se por exemplo mais frequente quando têm mais tempo livre por motivos profissionais. Os participantes entrevistados são participantes regulares (que vêm à horta entre uma e quatro vezes por semana), sendo que aqueles que moram no bairro passam na horta quase diariamente.

Aos participantes que responderam “Já não frequento a horta” foi pedido para indicar quais os motivos de desistência da participação, entre os cinco propostos no questionário (*vide* Anexo B.1). Por um lado, foram bastante apontados os motivos de “Falta de tempo” (12 respostas) e “Incompatibilidade com o trabalho/escola” (7 respostas). De facto, percebe-se que alguns participantes empregados com um horário fixo têm maior dificuldade em frequentar alguns horários da horta e que, entre os estudantes, a participação diminui em algumas alturas, como a época de exames. Por outro lado, a “Mudança de local de residência” contou com 11 respostas, o que confirma o perfil dominante de participantes estrangeiros e estudantes, que normalmente se encontram em Lisboa para estudar por períodos de poucos meses a um ano. Apenas dois participantes mencionaram a participação noutra horta e nenhum deles apontou ter desinteresse pela iniciativa. Apesar disso, um participante acrescentou: “Plantei muitas coisas que foram selvaticamente arrancadas mal cresceram”, mostrando como os roubos e vandalismo frequentes são um factor que pode desmotivar os participantes a investir no projecto.

Os dados acima apresentados corroboram as observações feitas no terreno, notando-se que há um grande fluxo tanto de entrada como de saída dos participantes do projecto. No entanto, nos meses de permanência, há uma tendência a participar com grande frequência. Em contraste, notaram-se também casos de participantes mais antigos ainda ligados ao projecto mas que, na generalidade (e excepto a coordenadora), têm uma presença menos regular e frequente no terreno.

A participação na Horta do Monte é por isso caracterizada pela sua extrema flutuação.

Formas de participação

Além da presença nos dias de cultivo, podem existir várias outras modalidades de colaboração no projecto da Horta do Monte. Nas entrevistas realizadas, os participantes destacaram que existem

essencialmente duas formas de participação no projecto: regular ou esporádica.

No primeiro caso, consideram-se as pessoas que frequentam regularmente a horta e colaboram activamente no seu cultivo e manutenção. Estes participantes formam o 'núcleo duro' da horta, composto por uma média de cinco participantes com uma presença assídua, aos quais se juntam alguns participantes menos assíduos, calculando-se assim que, a cada semana, participem nos trabalhos cerca de 10 a 15 pessoas. Este 'núcleo duro' é também bastante flutuante, pelos mesmos motivos mencionados no ponto anterior, sendo que a coordenadora é a presença mais constante, principalmente nos últimos dois anos.

Para além destes, existem ainda os participantes esporádicos (para os quais não é possível definir um número) que aparecem pontualmente nos dias da horta ou que colaboram de uma forma mais específica, por exemplo as participações na organização das festas da horta (no mercado de trocas, na confecção do almoço comunitário, na dinamização de oficinas, etc.), a participação na escrita do projecto, a dinamização da construção de uma infra-estrutura, entre outras. A generalidade dos participantes reconhece e valoriza este tipo de contributos pontuais, muitas vezes feitos por pessoas com competências específicas, que ajuda a avançar e acrescenta valor ao projecto da horta.

A rotatividade dos participantes e a flutuação do seu número ao longo do tempo são consideradas pela generalidade dos participantes como uma característica negativa e a principal fragilidade da horta. Os participantes apontam que tal traz grandes dificuldades ao nível da organização, pois existem poucos membros totalmente integrados e com conhecimento total do projecto. No entanto, o facto de constantemente aparecerem novos indivíduos interessados e motivados para participar (quer de uma forma pontual, quer de uma forma permanente) é considerado por alguns membros como um ponto forte do projecto, pois chegam permanentemente novas ideias e projectos à horta.

Autonomia e iniciativa dos participantes

Os participantes da Horta do Monte mostram que numa primeira fase, quando começam a participar no projecto comunitário, pretendem sobretudo "ajudar no que for preciso" na manutenção da horta. Desta forma, estão dependentes das orientações do coordenador ou de outros participantes, pois não conhecem o funcionamento da horta nem a disposição dos recursos e, muitas vezes, não têm conhecimentos de agricultura. Também os membros mais antigos e menos frequentes dependem destas orientações quando participam nos dias da horta, por não estarem ao corrente, num determinado momento, do estado da horta e dos trabalhos necessários.

No entanto, os participantes mais integrados e com uma presença mais assídua na horta demonstram ter conhecimento das tarefas que a cada momento é necessário realizar, nomeadamente ao nível da manutenção das culturas (rega, monda de ervas daninhas), da realização de alguns plantios, da manutenção dos caminhos e da realização de pequenos arranjos e obras. Alguns destes elementos

assumem também a coordenação da horta em dias em que o coordenador não pode estar presente.

Apenas dois participantes entrevistados afirmaram ter feito propostas e avançado com os seus próprios projectos na horta (trabalhar um aspecto específico, fazer uma construção ou dinamizar um workshop, por exemplo) para além dos trabalhos de manutenção da horta. Em contraste, observam-se muitos casos de indivíduos que não participam na horta mas que contactam a iniciativa com vista a desenvolver um projecto específico no seu espaço, como foi o caso da construção da casa de ferramentas, dos bancos de madeira e, recentemente, da pintura de um mural. Outros projectos da horta, como a espiral de ervas aromáticas, partem de ideias do grupo, mas são realizados sobretudo por iniciativa da coordenadora.

Os membros consideram que na horta existe a liberdade de cada um tomar iniciativas e propor as suas ideias. No entanto, um dos membros aponta a falta de experiência da maioria dos participantes como o factor impeditivo de mais pessoas tomarem iniciativas ou assumirem papéis de coordenação.

Relações entre os participantes

Apesar da flutuação da participação, os membros que vêm de forma mais frequente conhecem-se entre si. Em alguns casos mencionaram que não conhecem todos os participantes da horta, por possivelmente virem em dias diferentes ou pelo facto de nem todos estarem presentes em eventos comunitários. Todos os participantes mantêm um contacto muito directo com a coordenadora.

A generalidade dos participantes conhece apenas um dos hortelões dos talhões individuais pois, dos que continham activos, é o único que colabora com o projecto comunitário. Mais uma vez, apenas a coordenadora, dada a sua antiguidade, conhece todos os hortelões individuais, sendo o ponto de contacto entre estes e o projecto colectivo.

Ao nível do convívio, os participantes consideram que entre si há contacto sobretudo nos dias da horta e que são criadas amizades. Segundo uma participante, graças ao facto de serem pessoas que partilham alguns objectivos e visões (nomeadamente em relação à ecologia, sustentabilidade, etc.) é frequente a troca de ideias que vão para além dos trabalhos da horta. No entanto, um dos participantes refere que estes contactos são feitos sobretudo no espaço da horta, pois uma vez que nem todos os participantes moram no bairro, e que muitos têm vidas profissionais e pessoais preenchidas, não se criam outras oportunidades de encontro. Por outro lado, alguns participantes apontam o carácter “ambulante” de muitos dos indivíduos que passam pela horta, o que permite a troca de experiências e ideias mas não a construção de laços sociais mais fortes.

10. Gestão da Horta

Processos de tomada de decisão

A generalidade das decisões sobre a horta, especialmente as que envolvem a mobilização de recursos financeiros ou o planeamento, são tomadas pela coordenadora.

Em relação a questões mais operacionais (onde cultivar algo, fazer pequenos arranjos e pequenas construções, por exemplo), alguns participantes regulares sentem ter autonomia para tomar decisões. Para este tipo de decisões afirmam não sentir necessidade de consultar permanentemente a coordenadora, sendo que quem mostra esta autonomia considera ter conhecimento da própria horta e dos “princípios” a ela subjacentes. Apesar disso, mantêm um contacto próximo com a coordenadora e normalmente comunicam os trabalhos realizados. Nota-se que a coordenadora procura, sempre que possível, consultar a opinião dos vários membros, principalmente através do contacto pessoal na horta. Esta consulta é reconhecida, especialmente pelos membros do ‘núcleo duro’ da horta.

Vários membros afirmam que seria importante existirem mais reuniões e/ou encontros regulares entre os membros da horta, para a discussão de problemas e proposta de soluções. Estes participantes reconhecem que o principal obstáculo à realização destas reuniões é a inexistência relativamente permanente de um núcleo central de participantes, pois dada a sua rotatividade, em alguns momentos existe um ‘núcleo duro’ forte e noutros a participação é mais flutuante; ou seja, a presença é irregular e em alguns momentos não há quórum para tomar decisões.

Fluxos de Informação

Tal como em outros aspectos, a informação sobre o que se passa na horta está concentrada na coordenadora. Por exemplo, é ela que tem conhecimento das formas habituais de obtenção dos recursos, de todos os participantes envolvidos na horta ou do desenvolvimento das conversações com a Câmara Municipal.

As falhas de comunicação e a pouca difusão da informação são apontadas como algumas das principais fragilidades da horta. Os participantes mostram que o conhecimento de todos os aspectos relativos à horta vai sendo adquirido através da participação regular. No entanto, dada a pouca continuidade e a constante renovação do colectivo de participantes, existem muito poucas pessoas com conhecimento total do que se passa no projecto.

Assim, alguns participantes consideram que a difusão da informação é um aspecto que poderia ser mais desenvolvido, por exemplo através do blogue ou na manutenção de registos pelos participantes (das tarefas realizadas em cada dia da horta, do que é semeado e colhido, etc.). No entanto, estes participantes reconhecem igualmente que estas medidas exigem trabalho adicional e, na ausência de outras pessoas disponíveis para o fazer, iriam constituir uma responsabilidade acrescida da

coordenadora.

Planeamento da horta e projecto da Câmara Municipal

Os trabalhos na horta actualmente não seguem qualquer plano específico, sendo feitos conforme as disponibilidades materiais e humanas da horta. Por exemplo, as últimas infra-estruturas a serem construídas (os bancos de madeira, a casa de banho seca e a caixa de ferramentas) não foram planeadas, mas sim propostas por pessoas que tinham capacidades para as realizar e que mostraram interesse em fazê-lo no espaço da horta.

No entanto, nos últimos meses surgiu a necessidade de desenvolver um planeamento geral da horta, enquadrado na escrita formal do projecto para ser apresentado à Câmara Municipal de Lisboa. Em relação a este aspecto, os participantes ainda não dispõem de muita informação sobre qual será o projecto da Câmara Municipal para o espaço. Desta forma, a estratégia da coordenadora passa pela apresentação do projecto da horta à C.M.L., como base para negociar a forma de manutenção do projecto. Para tal, nos últimos meses desta pesquisa começaram a realizar-se algumas reuniões entre os participantes para o planeamento da horta, que contam também com contributos de outros simpatizantes do projecto com conhecimentos técnicos, como arquitectos paisagistas. A coordenadora da horta é a principal responsável pela escrita do projecto, mas procura envolver os participantes (tanto actuais como antigos) nesta questão.

Em relação à possível intervenção da Câmara Municipal no espaço, a generalidade dos membros considera que pode ser benéfica se for feito um melhoramento das condições do espaço ou dados outros tipos de apoio; no entanto, não concordam com uma alteração da organização do terreno (nomeadamente a criação de talhões individuais) e consideram que a gestão deve permanecer comunitária, seja através de uma organização formal ou no molde actual.

Percepções sobre a organização da horta

De forma geral os participantes dizem estar satisfeitos com a organização da horta, naquilo que dizem ser a sua base ou pilares essenciais: dias de cultivo, existência de um coordenador, abertura da horta ao exterior, obtenção dos recursos necessários, entre outros aspectos. Consideram que estes elementos já se encontram definidos há algum tempo e são sólidos.

Em relação ao formato organizativo, mostram-se também satisfeitos com a informalidade, espontaneidade e independência da iniciativa; e ainda agradados por participar num projecto que nasce da comunidade e que não necessita de se institucionalizar. No entanto, alguns participantes reconhecem uma necessidade de formalização, devido essencialmente a dois factores: a resolução da questão da ocupação ilegal do terreno, com a Câmara Municipal de Lisboa, e, em menor grau, a inexistência de compromissos formais com os participantes, o que pode contribuir para a sua flutuação.

Desta forma, os participantes consideram como a principal falha ou deficiência da horta não o sistema de organização actual mas sim a falta de participantes mais constantes e envolvidos a médio ou a longo prazo na horta, o que impossibilita a evolução para outros tipos de organização mais estruturados, com a realização de reuniões entre os participantes e a possível criação de uma associação. Em relação à criação formal de uma associação verifica-se que no terreno não existem pessoas suficientes ou com capacidades de a constituir no entanto, existem vários simpatizantes e apoiantes ligados ao projecto, com uma participação menos regular no terreno, mas que mostram interesse em poder constituir uma associação. Um dos participantes mostrou algum receio de apropriação do projecto por parte destes membros, lamentando que não estejam também envolvidos no terreno. A criação de uma associação poderá assim ser um factor de tensão no futuro, caso a formalização avance.

Percepções sobre a liderança

A generalidade dos participantes considera fundamental o trabalho que a coordenadora realiza na horta e reconhecem a sua responsabilidade em assegurar as funções anteriormente descritas. Alguns membros mencionam que a existência actual da horta depende do trabalho e dedicação desta última.

Contudo, vários participantes consideram que deveria existir mais do que um coordenador ou que as tarefas de coordenação deveriam ser repartidas por vários membros, pois consideram que actualmente há demasiado trabalho concentrado numa única pessoa. O desejo expresso de que existam mais reuniões entre os membros da horta encontra-se também relacionado com o alívio das tarefas de coordenação.

No entanto, os principais obstáculos levantados a esta difusão das funções de coordenação prendem-se mais uma vez, do ponto de vista dos participantes, com a falta de pessoas que frequentem a horta de forma consistente, a longo prazo, e que expressem a vontade de assumir essas tarefas.

Em relação à coordenadora, observou-se que assume uma liderança forte, uma vez que possui conhecimento de tudo o que ocorre na horta e é a responsável por praticamente todos os aspectos do projecto. Nota-se ainda que a coordenadora procura consultar os participantes para a tomada de decisões e também delegar tarefas e progressivamente responsabilizar os participantes mais regulares pelo projecto, incitando-os a assumir a coordenação de alguns dias ou tarefas. Esta posição é motivada, por um lado, por um desejo de envolver e integrar as pessoas no projecto e, por outro lado, pela necessidade de auxílio na gestão da horta.

Problemas Identificados

Em relação aos problemas e fragilidades encontrados na horta, os dois aspectos mais focados pelos participantes foram:

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- A irregularidade e imprevisibilidade da participação
- As deficiências de comunicação e de partilha de informação
- A falta de reuniões entre os participantes

Além destes aspectos internos, já discutidos anteriormente, os participantes apontaram ainda dois problemas do foro externo:

- O lixo que é deixado na horta pelos moradores do bairro, que obriga a uma limpeza constante realizada pelos participantes. Alguns participantes mais antigos mencionam que este problema de despejo de lixo e dejectos caninos foi diminuindo desde o início do projecto, mas continua a verificar-se, apesar das placas informativas e caixotes de lixo presentes no terreno.

- Roubos e vandalismo frequente na horta, que impede que os participantes possam usufruir da sua produção. Para alguns membros, este pode ser um factor de abandono da iniciativa. Alguns participantes consideram que a única forma de resolver este problema seria a colocação de uma vedação, mas têm consciência de que tal não é viável dada a ocupação ilegal do terreno ou poder ir contra o princípio de abertura da horta.

- Falta de recursos financeiros, que foi apenas mencionado por um participante como um factor que pode limitar a expansão da horta, mas não um factor impeditivo ao seu funcionamento, pois apenas exige maior imaginação e criatividade na construção do projecto. No entanto, este é um aspecto que preocupa a coordenadora, pela dificuldade em obter recursos financeiros para realizar alguns projectos específicos na horta.

Potenciais Conflitos

Nas entrevistas não foram identificados conflitos explícitos entre os participantes da horta. Alguns membros mencionaram que, visto ser um projecto de natureza comunitária, a maior parte das pessoas envolve-se com “boas intenções” seja para ajudar e contribuir para a construção da horta, não originando à partida situações conflituosas. No entanto, registaram-se algumas diferenças de opinião e factores de tensão, motivados sobretudo pela falta de informação de alguns membros e pela insuficiente comunicação entre eles.

A título de exemplo, alguns participantes mencionaram que, por vezes, os trabalhos de cultivo podem ser mal feitos por parte de participantes sem tanta experiência em agricultura, por vezes danificando as plantas; outras vezes, por falta de registo do que é colhido, os participantes que vão em dias diferentes não têm conhecimento se os produtos foram colhidos por outros participantes ou roubados, principalmente se houver uma colheita excessiva.

Na relação da parte comunitária com os lotes individuais podem existir alguns factores de conflito, essencialmente relacionados com a partilha da água (a parte comunitária utiliza sistemas de rega que procuram minimizar o consumo de água, enquanto que os hortelões individuais regam de forma

convencional) ou a possível utilização de produtos químicos na parte individual, que é condenada pelo colectivo. No entanto, estas tensões passam-se sobretudo entre os hortelões e a coordenadora da horta comunitária, que é o elo de ligação entre as duas partes, sendo que apenas alguns participantes da horta comunitária estão conscientes delas.

Relação da Horta com o bairro

Dado o estado de degradação em que se encontrava o terreno antes da instalação da horta e a criminalidade presente na zona, os participantes (e dois dos hortelões individuais entrevistados) que conheciam este espaço anteriormente consideram que a horta contribuiu para tornar o ambiente da zona mais seguro e esteticamente mais apelativo.

Tal como foi visto anteriormente, os participantes da horta são maioritariamente de fora do bairro ou são habitantes recentes (vivendo aí há poucos meses ou poucos anos). Na altura de criação da horta procurou-se envolver a população do bairro, dando a oportunidade aos habitantes de ocuparem lotes no terreno. Desta forma, a maior parte dos hortelões de lotes individuais são de facto habitantes do bairro.

Contudo, actualmente não existem muitas pessoas do bairro que se envolvam no projecto comunitário, mesmo sendo uma zona onde grande parte dos habitantes tem raízes rurais e contactos com a agricultura. Segundo os participantes, as pessoas do bairro mostram curiosidade e interesse na horta. Especialmente nos últimos meses (em que foram construídos bancos de madeira na parte superior do terreno), notam que muitas pessoas estão a usufruir do espaço como jardim e local de convívio. Segundo foi observado, existem muitos habitantes do bairro e visitantes que passam, fazem perguntas sobre a horta e mostram interesse. Muitas vezes os pais trazem as crianças à horta para passear e existem ainda moradores da zona que colaboram no fornecimento de resíduos orgânicos para o composto. No entanto, estes são contactos sobretudo pontuais.

Os participantes identificaram alguns motivos que podem explicar este pouco envolvimento, nomeadamente: a percepção de um lugar sujo e/ou desordenado, pois a maior parte das construções são feitas com materiais usados e as técnicas de consorciação de culturas fazem com que exista muito mais mistura de plantas num canteiro do que numa horta tradicional; o preconceito em relação aos participantes serem jovens e/ou estrangeiros; a organização comunitária da horta, sendo que os habitantes estão acostumados a lógicas mais individuais, como a divisão por talhões; a natureza da ocupação ilegal da horta; a falta de interesse generalizado na agricultura ou no cultivo dos próprios alimentos, entre outros. Um participante sumariza, dizendo que, por não ter o formato convencional de uma horta, as pessoas consideram a iniciativa positiva mas uma “brincadeira”.

Alguns participantes reconhecem que se a horta fosse dividida em talhões e organizada de forma mais clássica, aquela poderia atrair mais as pessoas do bairro, mas que, paradoxalmente, seria um modelo que não atrairia os participantes actuais da horta e diminuiriam as oportunidades de convívio,

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

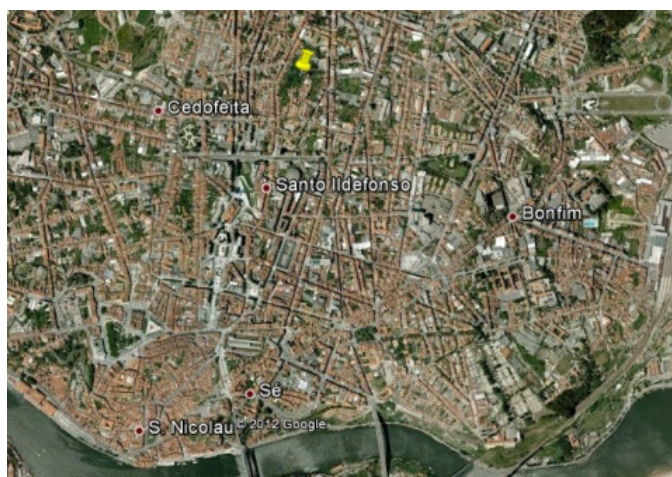
educação e criação de uma comunidade, precisamente o que o modelo actual da horta proporciona.

CAPÍTULO 4 – Caso de Estudo II: Horta Quinta Musas da Fontinha

1. Localização e Contextualização

A Horta Quinta Musas da Fontinha localiza-se numa colina com grande declive, no interior do quarteirão delimitado pela Rua do Bonjardim e pela Rua do Alto da Fontinha. Encontra-se, assim, entre os bairros do Bonjardim e da Fontinha, no centro histórico da cidade do Porto.

Figura 4.1: Mapa da Localização da Horta Q.M.F. na cidade do Porto



Fonte: GoogleMaps

Figura 4.2: Mapa do Terreno da Horta Q.M.F.



Fonte: GoogleMaps

Caracterização do Bairro

Administrativamente, esta área faz parte da freguesia de Santo Ildefonso, uma das 15 freguesias do município do Porto localizada no centro histórico da cidade. Com uma área total de 1,28 km² e uma população de 9.029 pessoas, apresenta uma densidade populacional de 7.054 hab/km²²⁶.

Além das duas ruas já referidas, o terreno da Horta Quinta Musas da Fontinha é também delimitado a oeste pela Ilha do Padeiro. Segundo os participantes da horta, esta ilha era um bairro operário do final do século XIX onde viviam os trabalhadores da Fábrica Social, uma antiga fábrica de chapéus, que acolhe actualmente a Fundação José Rodrigues. As casas que compõem esta ilha encontram-se desabitadas desde a década de 60 do século passado e estão actualmente em ruínas.

A zona da Rua do Bonjardim e da Fontinha corresponde historicamente a bairros operários que conheceram grande vitalidade no início do século passado. Segundo Germano Silva (2007), este foi um local decisivo, nas décadas de 70/80 do século XIX do movimento operário portuense. No entanto, com a deslocação da indústria para áreas periféricas da cidade, esta zona sofre actualmente de degradação urbana e de envelhecimento da população²⁷.

Caracterização do Terreno

A Horta Quinta Musas da Fontinha tem 2.047 m² de área²⁸, situando-se num terreno elevado, composto por várias áreas com diferentes cotas. A entrada para o terreno é feita pela sede do Clube Desportivo Sport Musas e Benfica, localizado no número 998 da Rua do Bonjardim. Existe também uma entrada pelo final da Rua do Alto da Fontinha, mas que actualmente se encontra fechada.

Segundo os participantes da horta, alguns dos terrenos actuais da horta, localizados nas traseiras dos edifícios da Rua do Bonjardim (da sede do Clube Desportivo Sport Musas e Benfica e dos edifícios vizinhos) foram já utilizados como hortas domésticas pelos seus habitantes. No entanto, algumas destas casas ficaram desabitadas ou, noutros casos, os habitantes envelheceram e deixaram de conseguir cultivar os seus quintais (uma vez que os acessos são feitos através de escadas íngremes), pelo que já não eram cultivados há cerca de 30 anos. À data do início do projecto estes terrenos encontravam-se completamente inacessíveis devido ao entulho e ao mato que aí se encontrava.

26 Segundo dados dos censos de 2011 do Instituto Nacional de Estatística, obtidos junto da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso

27 Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a idade média dos habitantes é de 46.54 anos (superior à idade média nacional, que é de 39 anos) e a percentagem de edifícios muito degradados é de 14% - também superior à média do país que se situa nos 2.9%.

28 Medições feitas no site Google Planimeter (*vide* Referências Electrónicas) a partir de mapas disponíveis no GoogleMaps

2. Criação da Iniciativa

Clube Desportivo Sport Musas e Benfica

A iniciativa da horta surgiu inserida numa associação cultural e desportiva, o Sport Musas e Benfica, criado em 1945 com o objectivo de promover o desporto e a cultura no bairro do Bonjardim. Actualmente, mantém-se no campo desportivo, destacando-se a prática de xadrez federado. No entanto, os seus dirigentes admitem que, no início deste século, o clube desportivo passou por um período de menor actividade, pois a maioria dos seus sócios eram idosos, e foi sentida a necessidade de se abrir mais aos jovens. A partir de 2000 começou a acolher projectos autónomos, entre os quais um laboratório de fotografia, o ROMP-Poesia, a Oficina Livre de Fanzines ou o Espaço Musas (*vide* ANEXO C.2).

O Espaço Musas foi criado em 2004, por um grupo de jovens sócios, como uma secção cívica e cultural do Sport Musas e Benfica, funcionando "como um departamento autónomo, dedicado à arte, cultura, lazer e conhecimento" (*vide* Espaço Musas). No âmbito desta secção foram organizadas várias actividades culturais e recreativas, como almoços, projecção de filmes, debates, entre outras.

Início das limpezas no terreno

Na página da rede social *Facebook* da Q.M.F. lê-se: "a Horta do Musas era um projecto que vinha a ser pensado desde 2004 pelo Espaço Musas e que ganhou um novo ânimo em 2011 com o Movimento Terra Solta e muitos outros indivíduos, passando a ser desde 2011: Horta Quinta Musas da Fontinha" (*vide* Referências Electrónicas). Segundo o documento de apresentação do projecto: "a criação da QMF prende-se com o resgate dessa encosta, [onde se localiza o terreno] antes abandonada e transformada em silvado impenetrável e lixeira a céu aberto, para a produção agrícola (...)" (*vide* Anexo C.2).

Segundo os participantes da iniciativa, as limpezas do terreno correspondente ao quintal traseiro do Sport Musas e Benfica começaram em 2009, com um pequeno grupo de cerca de 10 elementos, principalmente sócios do clube desportivo. No decurso de uma dessas limpezas deflagrou um incêndio, que afectou a casa da vizinha. Durante o ano seguinte os sócios do Musas procederam à reconstrução da casa da vizinha e as limpezas do terreno continuaram de forma menos intensa. Nestes dois anos alguns membros do clube desportivo começaram a cultivar uma horta experimental numa pequena parte do terreno, contígua à sede.

No início de 2011, o Movimento Terra Solta tomou conhecimento do espaço e reconheceu o seu potencial para a implementação de uma horta urbana. Este movimento decidiu criar um evento público para a limpeza do espaço. Assistiu-se a uma grande mobilização popular que permitiu, nos dois meses seguintes, limpar a totalidade do quintal do Sport Musas e Benfica, os quintais vizinhos e o restante terreno.

Mobilização para a criação da Horta Quinta Musas da Fontinha

Para mobilizar voluntários para as limpezas do terreno, o Movimento Terra Solta apostou na divulgação através da Internet, nomeadamente na rede social *Facebook*, em blogues e por e-mail. No primeiro dia de limpeza, 15 de Janeiro de 2011, colaboraram cerca de 50 pessoas. Estes eventos continuaram nos sábados seguintes, mantendo um número médio de meia centena de participantes.

Os sábados na horta eram compostos não só pelas limpezas do terreno mas também por almoços comunitários e outros momentos de convívio – pintura de murais, espaços para as crianças, entre outros. Alguns vizinhos da sede do clube desportivo começaram também a participar nas limpezas do terreno, que incluíam os seus quintais.

A comunicação e mobilização continuaram a ser realizadas principalmente pela Internet, tendo sido criada uma lista de contactos de e-mail de 150 pessoas que vinham participar.

Criação da Horta Quinta Musas da Fontinha

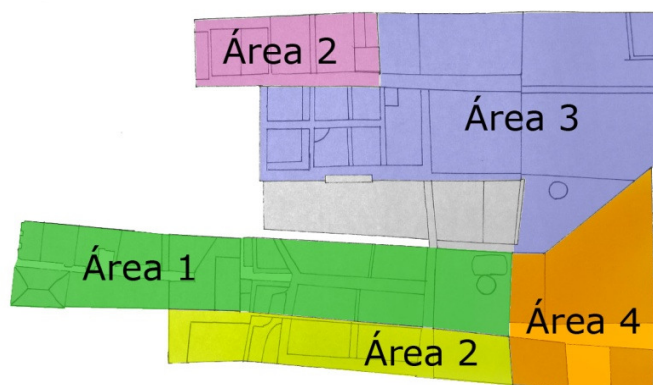
Ao fim de duas semanas de limpezas, realizou-se, a 26 de Janeiro de 2011, uma assembleia para decidir como utilizar o terreno e criar a Horta Quinta Musas da Fontinha. Esta era uma assembleia autónoma (apesar de se realizar na sede do clube desportivo Sport Musas e Benfica), composta por todos os participantes das limpezas colectivas com interesse em integrar o projecto da futura horta.

Segundo a direcção do clube desportivo, a dimensão da mobilização que surgiu em torno da iniciativa foi completamente inesperada, pelo que não existia qualquer plano definido sobre que tipo de horta seria criada, uma vez que seria necessário integrar as ideias e aspirações de todas as pessoas que se mostravam interessadas em participar. O Movimento Terra Solta, responsável pela mobilização, tinha algumas ideias sobre o possível funcionamento da horta, que foram discutidas na assembleia, a par de outras ideias e projectos apresentados pelos membros. Os participantes mencionam que existiam vários indivíduos com conhecimentos técnicos nas áreas de agricultura, construção, ambiente e outras, que forneceram as suas opiniões especializadas. A partir destas discussões, que segundo os membros foram bastante participadas, foi-se definindo o projecto da Horta Quinta Musas da Fontinha: as formas de utilização do terreno, o seu formato organizativo, os seus objectivos, etc.

3. Propriedade dos terrenos

O terreno onde se localiza a Horta Quinta Musas da Fontinha é composto por várias parcelas, com dois regimes de propriedade distintos: pública e privada. Foram identificadas quatro situações diferentes, assinaladas na figura da página seguinte:

Figura 4.3: Mapa de Regimes de propriedade do terreno da Horta Q.M.F.



Fonte: elaboração própria

- Área 1 – terreno pertencente ao quintal do edifício onde está sediado o Sport Lisboa e Musas. Este terreno está sob o regime de arrendamento, juntamente com a sede do clube desportivo.
- Área 2 – terrenos que correspondem a quintais dos edifícios vizinhos da Rua do Bonjardim. Estes terrenos foram cedidos pelos proprietários, através de acordo verbal, à Quinta Musas da Fontinha, para integrarem a horta.
- Área 3 – terrenos pertencentes à Câmara Municipal do Porto, arrendados ao Sport Lisboa e Musas, segundo um contrato de arrendamento de terrenos para uso agrícola. Este contrato tem a duração de um ano, renovável por igual período, podendo também ser revogado pela Câmara, com um aviso prévio de dois meses, o que, segundo a direcção do Sport Musas e Benfica, torna a situação muito precária.
- Área 4 – propriedade desconhecida até ao momento

A área a cinzento na figura corresponde ao quintal da vizinha e a sua família, vizinhos do clube desportivo. Este terreno não faz parte da horta; no entanto, os seus proprietários colaboram com o projecto desde o momento inicial e participam também nas assembleias da horta.

Processo Judicial

A Área 1, correspondente ao quintal adjacente ao Sport Musas e Benfica, encontra-se actualmente implicada num processo judicial interposto pelo senhorio do imóvel e do terreno contra o clube desportivo. Na base deste processo está a acusação, por parte do senhorio, de que o contrato de arrendamento celebrado inclui apenas o imóvel e não o terreno correspondente ao quintal.

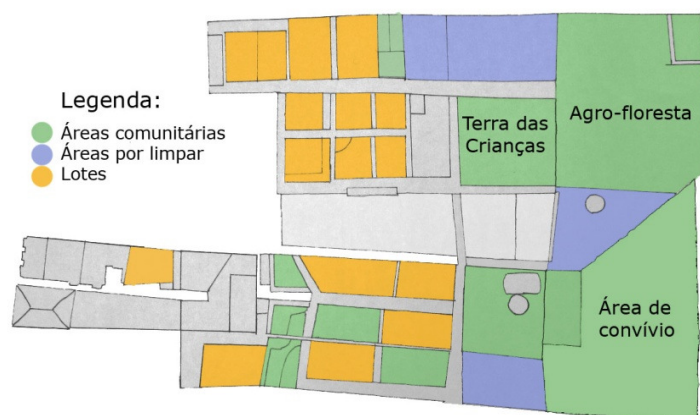
Segundo o site do Espaço Musas (*vide Referências Bibliográficas*), “sem qualquer razão válida que o justificasse, para além da eventual especulação imobiliária, o Musas está ameaçado por uma acção de

despejo focalizada nas acusações de ter abandonado toda a prática desportiva – que fundamentava o arrendamento do prédio onde tem a sua sede – de ter construído a casa para um sem-abrigo e de ter ocupado ilegalmente o logradouro nas traseiras da sua sede (onde se instalou a Quinta Musas da Fontinha) e aí destruído plantas e objectos.” A Horta Quinta Musas da Fontinha necessita por isso de se defender nesta acção judicial, sendo que isto impõe desafios em termos de recursos financeiros e ameaça o futuro da horta.

4. Estrutura e Utilização do Terreno

Na figura em baixo pode ver-se a disposição dos diferentes tipos de áreas da horta:

Figura 4.4: Mapa da Estrutura de Utilização do Terreno na Horta Q.M.F.



Fonte: elaboração própria

A Horta Quinta Musas da Fontinha organizou-se através do emparcelamento do terreno em lotes, apoiados por algumas estruturas e espaços colectivos.

Os lotes têm aproximadamente 25m² (embora variem com a configuração do terreno) e foram atribuídos aos participantes da Quinta à medida que os terrenos foram sendo limpos. Dado existirem demasiadas pessoas interessadas para a dimensão do terreno disponível, cada lote foi partilhado por duas ou três pessoas, tendo-se tido a preocupação de juntar pessoas com afinidade entre si para partilhar cada lote. Actualmente existem 16 lotes individuais e uma estufa de hidropónicos, com 18m². Cada participante é responsável pelo cultivo e manutenção do seu lote e pode usufruir dos produtos que aí cultive. Os lotes são atribuídos durante um ano, após o qual há uma renovação, excepto se os membros desistirem da sua participação na quinta ou em casos em que o lote se encontre em visível

estado de abandono. Nos meses em que decorreu este estudo estava a ser feito um levantamento dos participantes que pretendiam continuar com o seu lote ou cedê-lo.

Para além dos lotes, existem ainda outras zonas de utilização colectiva, nomeadamente:

- **Miradouros e Lote de Aromáticas** – Local onde são plantadas algumas ervas aromáticas e medicinais. Estas áreas foram criadas e são mantidas por um grupo específico de participantes, mas todos podem contribuir para a sua manutenção e usufruir das suas plantas.

- **Horta Colectiva** – constituída por um lote junto à entrada da horta e pequenos espaços localizados à entrada do terreno, na zona do poço, na área de convívio, etc. Estes terrenos são de uso colectivo, e os produtos hortícolas aí produzidos são distribuídos pelos participantes que colaboram nestes locais (pois não possuem um lote individual) ou destinados à realização dos almoços comunitários. Estes pequenos espaços encontram-se tanto à entrada do terreno como junto do poço e do charco ou da área de convívio.

- **Terra das Crianças** – este espaço foi dinamizado, desde o início da horta até meados de 2011 por duas participantes, servindo para realizar actividades educacionais com as crianças que frequentavam a horta, principalmente aos sábados (os dias comunitários). Com a partida das voluntárias para o estrangeiro o espaço está agora expectante, mas possui algum mobiliário (mesas e cadeiras de jardim), sendo utilizado por vezes como local de encontro e convívio.

- **Área de Convívio** – uma área que actualmente está a ser limpa e melhorada, mas que funciona já como espaço de convívio e futuramente poderá acolher algumas actividades da horta.

- **Agro-floresta** – este é um projecto que partiu de um grupo de cerca de seis participantes. Consiste no cultivo de árvores e plantas comestíveis e decorativas, segundo princípios de permacultura, procurando criar um ecossistema que elimine a necessidade de rega. Metade do espaço está já em utilização e obteve produção este ano, enquanto o restante (localizado a norte) ainda se encontra em fase de limpeza e descontaminação do solo. É uma parte comunitária, mantida de forma mais regular por estes seis participantes, auxiliados pontualmente por outros membros. Os produtos obtidos são divididos pelos participantes que colaboram e servem para os almoços comunitários.

Por fim, existem algumas áreas expectantes ou em fase de limpeza e descontaminação do solo, não sendo ainda utilizadas para cultivo, mas para outros fins, como depósito de lenha ou para a instalação de um minhocário.

Modalidades de Agricultura Presentes

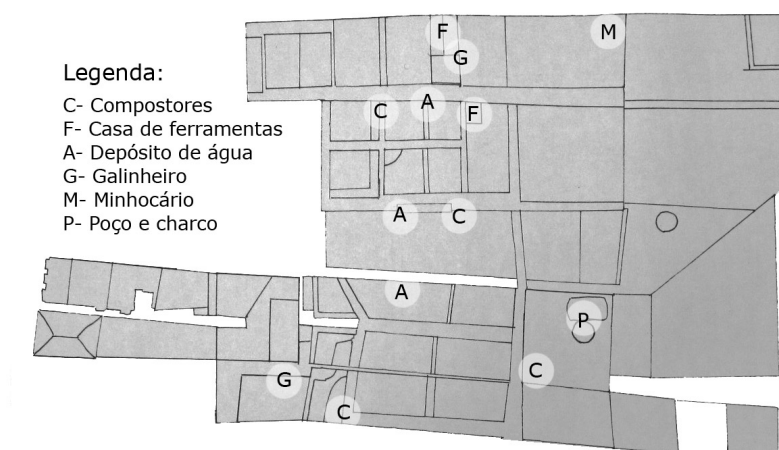
Na Horta Quinta Musas da Fontinha existe o princípio da não utilização de produtos químicos, mesmo nos lotes individuais. Em cada lote os participantes cultivam o que querem, sendo que, na maior parte dos casos, são cultivados produtos hortícolas para consumo próprio. A generalidade dos membros pratica agricultura biológica ou técnicas de permacultura.

Na parte da agro-floresta é utilizada a permacultura. Neste espaço encontram-se, para além de produtos hortícolas, algumas pequenas árvores de fruto (plantadas em 2011). Num dos lotes encontra-se uma estufa onde é praticado o cultivo através da hidroponia²⁹.

Na quinta existem ainda algumas experiências de criação de animais, nomeadamente galinhas. Existem três galinheiros no espaço: um localizado no interior de um lote individual, o segundo é um galinheiro comunitário partilhado por cinco membros da horta e o terceiro galinheiro é particular e está instalado no terreno da vizinha, onde existem dois espaços pertencentes a participantes da horta comunitária.

5. Infra-estruturas e Recursos

Figura 4.5: Mapa da distribuição de infra-estruturas e recursos na Horta Q.M.F.



Fonte: elaboração própria

Na figura estão representadas as principais infra-estruturas comunitárias de apoio aos lotes individuais e partes comuns, nomeadamente:

- **Compostores** – existem quatro compostores no terreno, feitos ou trazidos pelos participantes. Os membros são responsáveis por trazer os seus resíduos orgânicos para alimentar os compostores, cujo composto é posteriormente aproveitado para o cultivo nos lotes.

- **Minhocário** – é um projecto comunitário que consiste na compostagem através da utilização de minhocas. Funciona também com os resíduos trazidos pelos participantes, produzindo composto posteriormente utilizado nas culturas.

²⁹ Uma técnica agrícola que consiste no cultivo de plantas sem a utilização de solo, normalmente em tabuleiros com água, alimentadas por uma solução de nutrientes necessários ao desenvolvimento das plantas.

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- **Casas de ferramentas** – existem dois espaços no terreno onde são armazenadas as ferramentas utilizadas por todos os participantes para o cultivo. Estas ferramentas são contributos de vários membros da horta, principalmente da fase inicial do projecto. Os participantes podem utilizá-las, tendo como responsabilidade guardá-las nestes locais após o fim dos trabalhos.

- **Depósitos de água** – existem três depósitos de água no local para fornecer água a várias hortas, cada um deles servindo entre 4 a 7 talhões. Estes depósitos são enchidos com água da rede pública, proveniente da sede do clube desportivo. Os métodos de rega utilizados em cada lote ficam ao critério dos seus detentores. A água é a única despesa obrigatória que os participantes com lotes individuais têm de suportar. Segundo os dirigentes, não é fiscalizado o gasto individual de cada lote, mas é feita uma divisão do consumo total pelos participantes dos lotes, dependendo da área de cada lote. Nestas contas fica incluída a água que é utilizada nas partes comunitárias, sendo o seu custo dividido por todos os membros com lotes individuais.

- **Poço e Charco** – no terreno existe ainda um poço tapado por entulho. Ao lado foi criado um charco experimental, por um participante que fazia uma tese na área. Esta zona está também a aguardar desenvolvimento.

- **Galinheiro Comunitário** – esta ideia esteve presente desde o início da iniciativa, mas foi criado em definitivo apenas este ano, por um grupo de cinco participantes que fazem a sua gestão. Cada um destes participantes é responsável por alimentar as galinhas num dos dias da semana, sendo que ao fim de semana se revezam. Os ovos são depois divididos pelos cinco.

Na horta, a estufa de hidropónicos é a única estrutura com necessidade de fornecimento eléctrico. Como o seu consumo não é considerado significativo para ser feita uma distinção dos outros gastos da sede do clube desportivo, o custo é suportado pela organização.

É importante salientar que esta horta beneficia de um edifício de apoio, a sede do clube desportivo Sport Musas e Benfica. É na sede que são realizadas as assembleias da horta e feitos os almoços comunitários. Este espaço acolhe também um banco de sementes (que estava a ser criado nos últimos meses em que decorreu a pesquisa) que permite armazenar as sementes colhidas na horta para serem utilizadas nos anos seguintes.

Por fim, embora tal não constitua um recurso, é necessário referir a “Universidade Livre Quinta Musas da Fontinha” (*vide* Referências Electrónicas), um projecto de um grupo de participantes que consiste na realização de palestras, encontros e outras actividades na horta relacionados com a partilha e difusão de saberes na área de agricultura e de outras áreas associadas (alimentação, sustentabilidade ambiental, etc.).

Recursos Financeiros

A Horta Quinta Musas da Fontinha é um projecto criado e mantido com muito poucos recursos

financeiros. Não existiu um grande investimento inicial, pois o projecto sempre contou com doações, por parte dos próprios participantes ou por simpatizantes, dos recursos necessários: ferramentas, sementes, materiais, entre outros.

Os participantes com lotes individuais têm de ser sócios do clube desportivo. No entanto, como as quotas são voluntárias, não há a obrigatoriedade de contribuir financeiramente para o projecto. O dinheiro das quotas é utilizado por isso para suportar algumas despesas do clube desportivo, como a electricidade ou o arrendamento da sede. Nos almoços comunitários são feitos donativos, também opcionais, para comprar os produtos que não se podem obter na horta (cereais, azeite, entre outros). Durante as actividades podem ser recebidas doações e contributos.

Para a defesa do processo judicial é necessário mobilizar alguns recursos adicionais, o que é feito através da realização de jantares e concertos de solidariedade para com a Quinta Musas da Fontinha, normalmente promovidos em parceria com outras organizações ou associações culturais.

6. Caracterização Institucional

Modelo organizativo

A Horta Quinta Musas da Fontinha configura-se como um projecto autónomo mas sob a alçada do Sport Musas e Benfica. O clube desportivo é a estrutura institucional por detrás do projecto e os participantes com lotes individuais têm de se tornar sócios da organização. Se bem que funcionando de forma autónoma, foi criado um mecanismo específico (uma assembleia da Horta QMF) para a tomada de decisões e para a gestão da iniciativa. Estas assembleias, distintas das assembleias-gerais do clube desportivo, estão abertas a todos os participantes da horta. No entanto, nos últimos meses, devido à pouca participação nas assembleias-gerais (e maior participação nas assembleias da horta) e ao facto de muitos dos participantes da horta estarem também envolvidos noutras actividades da associação, os dois tipos de assembleia fundiram-se.

A frequência das assembleias varia, sendo que inicialmente eram semanais e actualmente mensais ou quinzenais. Também o dia e horário da assembleia foram alterados, realizando-se agora aos sábados. Os dirigentes do clube desportivo salientam que a frequência e os dias e horários das assembleias estão em permanente adaptação, conforme a disponibilidade dos membros, sendo decididos pela própria assembleia. Actualmente, ponderam realizar duas assembleias por mês, uma durante a semana e outra ao sábado.

Organização dos Trabalhos

Nos lotes individuais cada participante cultiva a sua horta nos dias e horários para si mais convenientes. Os participantes dos espaços colectivos definem entre si a forma de manutenção da horta,

sendo que se nota a existência de dois grupos: um que trata da manutenção da agro-floresta e outro do lote comunitário à entrada da quinta. Os sábados são normalmente os dias de trabalho colectivo na horta, onde podem ser realizadas tarefas colectivas como limpezas do terreno, pequenas construções, manutenção de caminhos, entre outras.

No início do projecto foram também criados alguns grupos de trabalho para tratar de questões específicas que era necessário resolver, nomeadamente: gestão da água, plantações comuns, gestão de sementes, actividades culturais, terra das crianças, melhoramentos, universidade QMF, agro-floresta, “pão rebelde” e comunicação. No entanto, actualmente a maior parte dos grupos está inactiva ou reúne-se de forma pontual para tratar questões específicas. Além disso, quando é necessário realizar alguma tarefa, é criado um grupo de participantes que se voluntariam para tal, tanto nas assembleias como por e-mail.

Objectivos do Projecto

“O projecto Quinta Musas da Fontinha é uma experiência social comunitária traduzida na forma de uma horta urbana que se pretende aberta e que se expressa em algumas vertentes essenciais: 1) ao nível da prática agrícola assenta numa ideia base de sustentabilidade (e preservação dos recursos do planeta, comprometida na sua responsabilidade ecológica, caminhando no sentido dos princípios da permacultura e da agricultura biológica;); 2) ao nível organizacional, por sua vez, assenta numa perspectiva de fomentar os contributos individuais e a autonomia dos seus participantes, em respeito da sua inserção numa prática de cooperação activa e na decisão horizontal e por consenso, potenciada pela operacionalização das suas experiências através da criação de grupos de trabalho responsáveis e na assunção das suas limitações, e por isso mesmo, disponível para a correcção dos seus erros e a evolução do seu trabalho, prezando a formação e a auto-aprendizagem dos seus participantes, e sendo um projecto vivo e em andamento; 3) ao nível comunitário, preza a sua inserção no meio em que se encontra, pretendendo uma relação de entendimento e cooperação com os seus vizinhos na comunidade local e o alargamento dessa cooperação, estendendo o entendimento da sua actividade além da mera prática agrícola, pela reflexão sobre o seu papel e o dos seus participantes no mundo que partilhamos, através de todas as formas, incluindo a aprendizagem organizada e o debate, a cultura e a arte.

O projecto Quinta Musas da Fontinha combate o consumo irresponsável e opõe-se à mercantilização da vida, procurando que as suas escolhas limitem ao indispensável o recurso ao dinheiro nas suas actividades. Não pretende, de forma alguma, constituir-se em qualquer forma de negócio, mas num projecto onde a sustentabilidade seja o foco principal da sua actividade, proporcionando uma experiência que vai muito para além da simples gestão da atribuição de lotes.” (*vide* ANEXO C.2).

O projecto mostra assim ter uma multiplicidade de objectivos e princípios subjacentes: sustentabilidade urbana, promoção do espírito comunitário e processos de tomada de decisão por

consenso sem hierarquias. É um projecto que vai para além da prática de agricultura urbana, constituindo-se principalmente como uma experiência de organização e gestão comunitárias.

Regras estabelecidas

No início do projecto foi definido um conjunto de princípios básicos para a organização da horta e a conduta dos participantes, nomeadamente:

- “Os participantes devem ser associados do Sport Musas e Benfica ou da sua secção cultural Espaço Musas.
- As propostas comuns e/ou acções que digam respeito à "Quinta Musas da Fontinha", na globalidade, têm de ser discutidas em Assembleia e decididas por consenso.
- As técnicas agrícolas que os associados podem realizar têm de respeitar os conceitos da Agricultura Biológica, da Biodinâmica ou da Permacultura;
- Cada associado deve alimentar o composto com resíduos orgânicos trazidos de casa;
- Cada associado tem de colaborar na limpeza do seu lote e dos espaços comuns;
- A “Quinta Musas da Fontinha” promoverá regularmente formações, oficinas, concertos, festas, feiras e outros eventos com vista a ampliar a divulgação, partilhar conhecimento, criar momentos de convívio e angariar fundos para as despesas;
- As ferramentas deixadas para uso comum pelos participantes têm de ser mantidas e conservadas em bom estado pelos utilizadores;
- Em sessões de trabalho comunitário as ferramentas têm de ser abandonadas no ponto de encontro definido e, no final, serem guardadas no local definido;

O espaço interior do Espaço Musas tem de ser mantido e limpo pelos participantes.” (vide Wikispace Quinta Musas da Fontinha).

Segundo a direcção do clube desportivo, estas regras configuram-se sobretudo como um conjunto de princípios que os participantes interiorizam e respeitam, por partilharem os ideais do projecto e graças aos laços de proximidade que criam com os outros participantes. Assim, o cumprimento das regras não é fiscalizado. Contudo, quando existe algum problema ele é discutido em assembleia.

Os participantes entrevistados que entraram no projecto após a sua criação referem que, quando aderiram à horta lhes foi explicado o projecto e a forma como funcionava, mas que não lhes foi transmitido ou imposto um conjunto rígido de regras.

Adesão de novos membros

Segundo os participantes, existem muitos curiosos que abordam o projecto da horta pois desejam obter um lote para cultivar. No entanto, como a generalidade dos participantes reconhece “este não é um

projecto de atribuição de lotes”. Segundo os dirigentes do clube desportivo, uma pessoa interessada em cultivar na Q.M.F. tem primeiro de se inserir no projecto colectivo e de se “inserir na comunidade”. Assim, é necessário que esteja presente nas tarefas colectivas e que comece por ajudar no cultivo dos espaços comuns, contribuindo para o desenvolvimento do projecto. Quando é feita a redistribuição de lotes, os que estiverem livres são atribuídos às pessoas que se encontram em lista de espera.

Segundo um participante, esta é a melhor forma de envolver as pessoas no projecto, pois de outra maneira (por exemplo, se lhes fosse atribuído logo um lote à sua chegada) existiam menos ligações com o colectivo e mais facilmente haveria desistência do projecto ou abandono dos lotes. Além disto, segundo os dirigentes do clube desportivo, procura-se trabalhar e incutir nos participantes (novos e antigos) os princípios comunitários, tendo em atenção os interesses, motivações e projectos pessoais com que cada pessoa se envolve no projecto da horta.

Liderança do projecto

Segundo os dirigentes do clube desportivo e os participantes, um dos princípios base do projecto é a horizontalidade na tomada de decisões e a não existência de hierarquias entre os participantes. Desta forma, não são definidos dirigentes, coordenadores ou líderes do projecto.

Existem contudo três membros do projecto com presença nos órgãos directivos do Clube Desportivo Sport Musas e Benfica. Oficialmente não é feita distinção entre estes membros e os restantes, mas nota-se que os primeiros têm um grande ‘peso institucional’ na iniciativa, pela sua antiguidade (no clube desportivo e na horta), pelas tarefas que assumem e pelo conhecimento que têm de todo o projecto. Estes membros são frequentemente os responsáveis por acolher e informar novos membros ou pessoas exteriores do funcionamento do projecto e por fazer a sua representação externa.

Além disso, existem também alguns participantes bastante activos, quer na organização da horta quer na dinamização de outras actividades do clube desportivo, que podem assumir posições de liderança em algumas iniciativas ou tarefas. Os participantes reconhecem o trabalho desempenhado por estes elementos mais dinâmicos e, de formal geral, respeitam as suas opiniões e contributos.

Formas de comunicação

A forma de comunicação preferencial entre os participantes é o e-mail, por onde passam todas as informações de eventos, convocatórias para as Assembleias, actas das assembleias e outros assuntos específicos, como problemas que surjam na horta ou trabalhos que seja necessário realizar. A generalidade dos membros tem acesso ao e-mail e mostra que esta é uma ferramenta essencial para a comunicação da horta. Para além dos e-mails entre o grupo da horta, os membros entram em contacto pessoal através de telefonemas ou e-mails pessoais (ou para pequenos grupos) para gerir questões específicas, como por exemplo o grupo do galinheiro.

A horta também tem um grupo privado no Facebook, onde divulga informações sobre os eventos realizados na horta e na associação Musas. Este instrumento foi especialmente importante no início da iniciativa, para a mobilização de pessoas para as limpezas do terreno.

Além do e-mail, o contacto pessoal na horta, principalmente nos dias comunitários, é também mencionado pelos participantes como uma forma de trocar opiniões e informações. Todos os membros entrevistados mostraram-se satisfeitos com a comunicação, considerando-a suficiente e não excessiva.

Relações externas

A horta Musas da Fontinha procura afirmar-se como um projecto autónomo, independente de organizações privadas ou públicas. Nesta perspectiva, são criadas e fomentadas relações especialmente com outras organizações da sociedade civil. Na criação do projecto foi fulcral o apoio do Movimento Terra Solta³⁰ na mobilização dos participantes. Existem mesmo alguns lotes atribuídos a participantes que representam outras instituições, como a Livraria Gato Vadio, a Casa da Horta ou o próprio Movimento Terra Solta.

Outras associações ou movimentos (como a associação Colher para Semear ou o colectivo Pão Rebelde, entre outras) colaboram também na realização de eventos na horta, tais como workshops e palestras. Para a angariação de fundos para o processo judicial foram também organizados eventos de solidariedade noutras organizações do Porto (a Casa Viva e a Casa da Horta) e de Lisboa (a associação “Na Barbuda”). Esporadicamente há ainda visitas de escolas da zona ao espaço da horta.

Em relação às entidades públicas, a Horta Quinta Musas da Fontinha contacta com a divisão do património da Câmara Municipal do Porto a propósito do arrendamento de parte do terreno da horta. No entanto, a nível político ainda não foram desenvolvidas relações com a C.M.P. ou com a Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, nem foi obtido qualquer apoio por parte destas entidades. Segundo os dirigentes da iniciativa, o desenvolvimento destas relações institucionais está dependente da resolução das questões legais pendentes.

7. Caracterização dos Participantes da Horta

Para proceder à caracterização da população da Horta Quinta Musas da Fontinha foram aplicados questionários aos seus participantes. Estes questionários foram difundidos por uma lista de e-mail de 118 contactos que incluem os participantes que continuam a manter interesse em participar nas actividades da horta, independentemente da sua presença mais ou menos regular e do facto de terem ou não um lote atribuído. Além disso, foram facultados aos dirigentes do clube desportivo alguns questionários em papel,

30 À data um grupo informal, que apenas se constituiu como associação no final de 2011

para os participantes sem acesso ao e-mail. Entre os dias 18 de Junho e 31 de Julho de 2012 foram obtidas 39 respostas: 29 por via electrónica e as restantes 10 em papel.

Como não foi possível definir o número exacto de participantes (que é estimado pelos dirigentes do clube desportivo em cerca de 80 pessoas), os resultados dos questionários não pretendem ser representativos da totalidade dos membros que colaboram ou que já colaboraram no projecto. No entanto, permitem retirar algumas conclusões sobre a composição dos participantes. É ainda de destacar que apenas um dos participantes que respondeu ao questionário afirma já não frequentar a horta. Desta forma, os resultados dizem sobretudo respeito aos participantes que actualmente compõem o projecto.

Caracterização pessoal dos participantes

Os dados obtidos através dos questionários (vide Anexo B.2) permitem perceber que existem mais participantes do sexo masculino (62%) que do sexo feminino (39%).

Em termos de idades, a faixa etária predominante é a dos 25 aos 34 anos de idade (36%), seguindo-se as faixas etárias dos 35 aos 44 anos (26%) e dos 45 aos 54 anos (18%). As duas faixas etárias seguintes (dos 55 aos 64 e dos 65 aos 74) apresentam também percentagens importantes de 8% cada, o que contribui para elevar a idade média dos participantes para os 40 anos.

A quase totalidade dos participantes é de nacionalidade Portuguesa, exceptuando dois casos: um de nacionalidade alemã e outro de nacionalidade letã. Em termos de naturalidade, dois participantes nasceram na freguesia de Santo Ildefonso, enquanto, entre os restantes, há uma grande incidência de pessoas (17 respostas) que nasceram em freguesias do município do Porto, sendo por isso uma população de origem predominantemente urbana.

Quanto às qualificações académicas, 74% dos inquiridos possui o ensino superior, a maioria ao nível da licenciatura (36%). Em termos profissionais, há uma grande distribuição pelas várias categorias, sendo que predominam os “Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio” (18%), e os “Desempregados” e “Estudantes” (15% cada). É importante notar ainda a existência de percentagens significativas de “Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas” e de “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, com 13% das respostas cada.

A partir desta descrição percebe-se que a população da Horta Quinta Musas da Fontinha tem uma grande diversidade, nomeadamente ao nível de idade, das habilitações académicas e da situação profissional. Estes dados são confirmados na apresentação do projecto, que “reúne pessoas de várias gerações e com diferentes profissões, procurando o convívio e troca de experiências em torno do gosto pela terra e pelas plantas.” (vide Facebook Horta Quinta Musas da Fontinha), e pelas percepções dos próprios participantes. Nas entrevistas realizadas, a diversidade de indivíduos em termos de idade, situação económica e contextos sociais é apontada por muitos participantes como um dos pontos fortes do projecto e uma das razões para terem aderido. Segundo estas opiniões, é uma característica que

oferece oportunidades de partilha de diferentes ideias e experiências, num ambiente diverso mas onde todos se tratam de forma não hierárquica.

Distribuição dos participantes por local de residência

Segundo os resultados dos questionários (Ver Anexo X) apenas 31% dos participantes vive na freguesia de Santo Ildefonso. Das restantes 27 respostas, resulta que onze habitam em freguesias limítrofes, nove habitam noutras freguesias do concelho do Porto e apenas sete vivem noutros concelhos. Estes dados mostram que a generalidade dos participantes habita a uma distância relativamente curta da horta.

Nas entrevistas realizadas, os participantes mostraram partilhar desta percepção e alguns consideram que no início da iniciativa existiam mais indivíduos a viver a maior distância da horta. No entanto, dada a necessidade de deslocação frequente à horta para fazer a sua manutenção (especialmente para os participantes com lotes próprios) tornou-se insustentável para muitos dos membros mais distantes manter a sua participação na iniciativa.

Conhecimentos e/ou experiência anterior dos participantes de agricultura

Segundo os resultados dos questionários, 56% dos participantes afirma já ter conhecimentos e/ou experiência em agricultura antes de participar na horta. Após a análise das respostas verifica-se que os participantes mostram conhecimentos e experiência muito variados.

Assim, existem três pessoas com conhecimentos profissionais (uma licenciatura em agricultura sustentável, um curso de zootecnia e uma formação profissional) e uma que menciona trabalhos em quintas biológicas e convencionais. Um participante, reformado, indica ter vivido da agricultura num meio rural. Três pessoas referem ter tido ou manter hortas pessoais (rurais ou urbanas), outras três fazem agricultura em casa (vasos, varandas) e duas pessoas já participaram em hortas comunitárias. Existe também uma incidência de pessoas (seis) que mencionam ter contacto com a agricultura pela participação, especialmente durante a infância, em hortas familiares de pais ou avós residentes em áreas rurais.

Nas entrevistas os participantes reconhecem que, especialmente no início da iniciativa, existiam muitas pessoas com conhecimentos em certas áreas específicas (permacultura, hidroponia, plantas aromáticas e medicinais, construção, captação de água, entre outras) que deram contributos decisivos para a criação da horta.

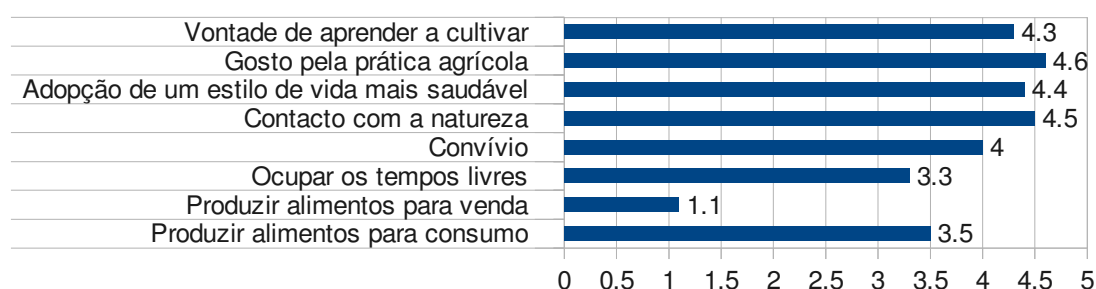
8. Motivos para o envolvimento

Nas entrevistas realizadas, os participantes envolvidos desde o início do projecto indicam que

quando aderiram à iniciativa queriam principalmente “ajudar no que fosse preciso” nas limpezas do espaço. Estes participantes mencionam que apenas posteriormente, quando começou a ser definida a organização da horta, é que ponderaram se iriam continuar a sua participação e solicitar a atribuição de um lote. Assim, nota-se que grande parte das pessoas se mobilizou essencialmente para contribuir para um projecto colectivo que promovia a reabilitação de um espaço urbano para fins agrícolas, independentemente de irem ou não usufruir dele no futuro. Esta consideração confirma a existência de vários indivíduos com experiência em organizações e/ou trabalho voluntário de cariz ambiental ou que já tinham participado noutros projectos colectivos ou experiências de permacultura. Com a horta já constituída e em funcionamento, observam-se outros motivos para as pessoas aderirem ou continuar a participar na iniciativa.

Nos questionários foi pedido aos participantes para classificarem de 1 a 5 (sendo 1 nada importante e 5 muito importante) várias (possíveis) razões para a sua participação na iniciativa. O gráfico em baixo mostra os resultados obtidos:

Gráfico 4.1: Motivos para a participação na Horta Q.M.F.



Fonte: elaboração própria

Tal como se pode ver no gráfico, as razões predominantes são em primeiro lugar o “gosto pela prática agrícola” (4.6), associado à “vontade de aprender a cultivar” (4.3), o que evidencia por um lado que existem muitas pessoas com pouca ou nenhuma experiência de agricultura e, por outro, que as pessoas que já tinham experiência continuavam a necessitar de espaços dentro da cidade onde a pudessem experimentar. Por outro lado, a adopção de um estilo mais saudável (4.4) e um maior contacto com a Natureza (4.5) têm também bastante importância para os participantes, mostrando que a horta se configura como uma actividade saudável e positiva que realizam para o seu bem-estar. Como menciona um participante, a horta pode representar “um factor de equilíbrio para a vida das pessoas”, proporcionando o contacto com a Natureza num bairro onde não existem muitos jardins ou parques públicos. No entanto, a “ocupação dos tempos livres” surge com menor importância (3.5) e nas

entrevistas foi um aspecto mencionado apenas por alguns participantes, todos eles desempregados ou reformados. É de salientar que, em relação a estas questões, os participantes utilizaram no seu discurso expressões como “sentir-me útil”, “sentir-me realizado”, “enriquecimento pessoal” ou “pequenos prazeres da vida”.

O “Convívio” revelou ser também um factor de relevo (4) nestes resultados. Nas entrevistas nota-se também que é uma motivação bastante forte, especialmente para os participantes mais próximos ou que participam de forma mais frequente na iniciativa.

Em termos de produção, é dada mais importância à produção de alimentos para consumo (3.5) do que para venda (1.1). Isto mostra que, apesar da produção hortícola ser a principal componente deste projecto, não é o principal motivo para o envolvimento dos participantes numa horta comunitária. Segundo estes, o reduzido espaço de cada lote e a pouca experiência da generalidade dos participantes não permitem um grande volume de produção, e assim os lotes são vistos essencialmente como uma oportunidade de experimentação e aprendizagem individual, que ao mesmo tempo permitem a obtenção de alguns produtos para consumo dos participantes.

Sendo que a generalidade dos indivíduos mostra ter uma multiplicidade de razões subjacentes à sua adesão e dada a diversidade dos participantes (comprovada na sua caracterização no ponto 4.7), não é possível estabelecer perfis tipo dos participantes. No entanto, é útil notar que parecem existir quatro concepções diferentes (embora complementares) para a adesão dos membros ao projecto.

Em primeiro lugar, notou-se que existem vários membros para quem a participação nesta iniciativa envolve uma espécie de activismo, tanto ambiental como social, de experimentação prática de alternativas aos modelos económicos e sociais vigentes. Segundo os participantes, trata-se de uma experiência, sobretudo para “mostrar que é possível” realizar agricultura urbana no centro do Porto, reabilitar um terreno degradado e poluído, criar uma iniciativa auto-organizada e auto-gerida, entre outros aspectos.

Nas entrevistas percebeu-se também que muitos indivíduos aderiram à Horta QMF pela oportunidade que a iniciativa apresentava de realizar projectos pessoais (em termos agrícolas e não só) dos participantes, na medida em que fornecia um espaço onde estes eram possíveis e possibilitava o encontro de pessoas com interesses e/ou capacidades semelhantes com quem os projectos pudessem ser realizados. Exemplos destes projectos são a estufa de hidropónicos, a agro-floresta, o “pão rebelde” (que não se concretizou pela impossibilidade legal de construir um forno) e a terra das crianças, entre outros.

Por outro lado, existem indivíduos que chegaram ao projecto com o objectivo mais simples de lhes ser atribuído um lote onde pudessem cultivar a sua horta. E, por fim, encontraram-se alguns participantes que foram envolvidos de forma natural e quase “involuntária”, por se encontrarem próximos da horta

(como é o caso dos vizinhos do projecto) ou por serem levados por amigos a participar.

Nestes últimos dois casos observa-se, de forma geral, que as práticas comunitárias não eram um aspecto interiorizado pelos participantes e nota-se da sua parte um processo de progressiva adaptação e envolvimento no projecto. No entanto, dada a diversidade de situações, esta é apenas uma aproximação às diferentes concepções dos participantes, sendo que na realidade existem muitos pontos de ligação entre elas.

9. Caracterização da Participação na Horta

Adesão dos participantes à iniciativa

As respostas dos questionários à pergunta “Quando começou a participar na Horta Quinta Musas da Fontinha?” (uma pergunta de escrita livre) foram classificadas segundo os anos de adesão (*vide* Anexo B.2). As várias respostas “desde o início da iniciativa” foram consideradas como adesões no ano de 2011, pois foi esta a altura do arranque oficial do projecto.

Desta forma, das 34 respostas válidas, um participante aderiu em 2009 e outros cinco em 2010. Deduz-se por isso que estes sejam participantes que já se encontravam envolvidos nas primeiras limpezas do terreno e que já estivessem ligados ao clube desportivo. A grande maioria dos participantes (24 respostas) aderiu em 2011, sendo que, destes, 21 respostas correspondem aos primeiros três meses do ano, ou seja, aos meses de grande mobilização de pessoas para as limpezas e da criação da horta. Por fim, existem três participantes que aderiram no último semestre de 2011 e quatro em 2012, o que mostra que continuam a existir novas adesões, se bem que a um ritmo muito menor.

Existem ainda algumas pessoas envolvidas no projecto em diferentes moldes. Por exemplo, o clube desportivo, como instituição de utilidade pública, pode receber indivíduos condenados a trabalho comunitário. Nos últimos meses, um residente do bairro solicitou fazer trabalho comunitário na Horta QMF, estando a colaborar especialmente na limpeza do terreno da área de lazer e na sua plantação e embelezamento. Devido a este sucesso, a horta poderá vir a receber mais pessoas nestes moldes.

Nota-se assim que existiu de facto uma grande mobilização em 2011 que, segundo os participantes, foi fulcral para a reabilitação do espaço e a criação da horta. Um participante menciona que este foi o “big bang” inicial de que a horta necessitava. Posteriormente, a participação foi começando a diminuir mas a ficar mais estável, com as pessoas a quem foram atribuídos lotes e outras que se mantiveram ligadas aos projectos comunitários.

A diminuição do número de participantes deveu-se a vários factores, apontados nas entrevistas por alguns participantes e pelos dirigentes do clube desportivo. Em primeiro lugar, como se observou

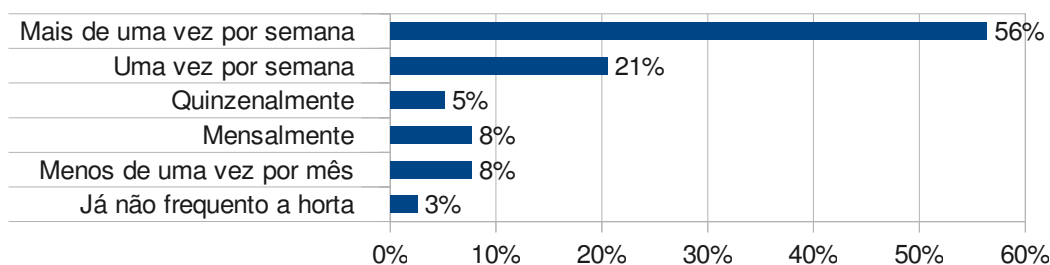
anteriormente, muitos dos membros que aderiram inicialmente na recuperação do terreno não tinham necessariamente interesse em manter aí uma horta. Além disso, existiram muitos casos de impossibilidade de continuação, por mudança de residência dos participantes (muitos membros saíram do país ou envolveram-se noutros projectos pessoais e profissionais noutras zonas), por falta de disponibilidade para participar regularmente ou por residirem a grandes distâncias da horta, sendo mais difícil a deslocação regular à horta. Em segundo lugar, foram identificados alguns motivos relacionados com a forma como foi definida a organização da horta. Através das entrevistas realizadas foi possível perceber que, por um lado, existiam pessoas com algum descrédito em relação à iniciativa por não estarem definidos os responsáveis e por não gostarem do “espírito de improviso, caótico e com poucas regras” que imperava nesta fase. Por outro lado, algumas pessoas afastaram-se quando estas regras começaram a ser definidas, quando se começou a identificar os proprietários dos terrenos e a celebrar contratos de arrendamento com a Câmara Municipal, ou seja, quando a iniciativa se começou a ‘institucionalizar’. Neste sentido, os dirigentes do clube desportivo consideram que as pessoas que permanecerem foram aquelas que conseguiram lidar com o aspecto caótico inicial e participar na criação das regras e da forma de organização da horta, continuando a identificar-se com a iniciativa. Dos participantes actuais, a maioria esteve presente em todo o processo e nota-se que se sentem parte activa da construção da horta.

Nas entrevistas percebe-se que a maioria dos participantes sente nostalgia em relação a esse período de intensa actividade e movimento na horta. No entanto, o facto de alguns membros reconhecerem este processo de diminuição e estabilização da participação é algo natural neste tipo de iniciativas, pois a criação do projecto exigia um esforço muito maior do que a sua manutenção. Segundo um participante: “antes havia 100 pessoas, agora há 10, mas antes também havia trabalho para 100, agora há para 10”.

Frequência da participação

A frequência com que os participantes vão à horta apresenta-se da seguinte forma:

Gráfico 4.2: Frequência da participação na Horta do Q.M.F.



Fonte: elaboração própria

Através dos dados do gráfico da página anterior podemos observar que, de forma geral, existe uma grande assiduidade dos participantes, pois 56% afirma frequentar a horta mais do que uma vez por semana e 21% uma vez por semana. Nas entrevistas, os participantes mencionaram que a manutenção de um lote exige uma ida frequente à horta, especialmente nos meses de Verão, em que é necessário regar as plantas praticamente todos os dias. Um participante afirmou que, mesmo sendo necessário ir à horta uma vez por semana para fazer a manutenção das culturas, vai com maior frequência para conviver com os outros participantes.

Nas observações feitas no terreno calculou-se que, durante a semana, passem diariamente pela horta pelo menos cinco pessoas, especialmente ao final da tarde, para realizar a manutenção dos lotes próprios ou da agro-floresta. Aos sábados, que é o dia comunitário, com almoço e reunião, as presenças flutuam entre os 10 e os 20 participantes.

Formas de Participação

Em relação à participação na horta, dos 118 contactos da lista de e-mail, os participantes estimam que realmente estejam envolvidas regularmente cerca de 40 pessoas na horta (tendo em conta que existem 16 lotes, cada um dividido por dois ou três participantes, aos quais se juntam os participantes das partes colectivas); e que, se forem contabilizadas as pessoas com uma participação mais esporádica e os familiares e/ou amigos dos participantes com lotes atribuídos (que vêm por vezes colaborar na sua manutenção), o número rondará os 80 indivíduos envolvidos.

Os resultados dos questionários mostraram que a maior parte dos participantes (69%) possui um lote próprio, enquanto os restantes 31% trabalham na parte comunitária. No entanto, mesmo dentro destas duas categorias existem algumas diferenças em termos de participação. Podem por isso ser distinguidas, neste aspecto, quatro situações:

- Participantes que têm lotes próprios e que frequentam a horta sobretudo para realizar a manutenção do seu lote, não participando em assembleias ou eventos comunitários.
- Participantes com lotes próprios que têm uma participação assídua nas assembleias e eventos comunitários
- Participantes que cultivam as partes colectivas (da agro-floresta ou do lote comunitário) e estão presentes nas assembleias e eventos comunitários
- Participantes que cultivam nas partes colectivas (especialmente na agro-floresta) ou outros participantes menos regulares que se envolvem em eventos e trabalhos comunitários, mas que não têm uma presença assídua nas assembleias. Neste caso, nota-se que os participantes da agro-floresta têm a preocupação que exista um ou dois membros a representar o grupo na assembleia.

Os participantes indicam que, entre os 40 participantes envolvidos, existe um núcleo de 15 a 20

pessoas mais frequentes, tanto dos lotes individuais como das partes comunitárias, que têm também uma presença assídua em reuniões, dias comunitários e outros eventos da horta.

Relações entre os participantes

Os participantes presentes desde o início da iniciativa afirmam ter conhecimento praticamente da totalidade dos membros da horta, até porque no início a presença nos dias de limpeza e nas assembleias era mais assídua. Os membros que aderiram posteriormente conhecem principalmente as pessoas mais envolvidas nos dias e actividades comunitárias.

Entre os participantes mais presentes neste tipo de eventos, o convívio e a identidade colectiva são mais fortes. Os almoços, eventos e mesmo as assembleias proporcionam oportunidades de contacto e de criação de relações entre os membros da QMF, assim como com outros membros do clube desportivo. Na zona da agro-floresta, especialmente na área de lazer, também é frequente o encontro e convívio, sobretudo entre os participantes mais jovens.

É também importante destacar as relações de cooperação que se estabeleceram com a vizinha do projecto e a sua família, que têm a sua horta no mesmo terreno da Q.M.F. Além de partilharem sementes, um galinheiro e outros recursos agrícolas, convivem com os participantes na horta e participam nos almoços, reuniões e outras actividades.

Alguns membros mencionam que a horta é um espaço único de interação, pois a população da cidade que não conhece a iniciativa não tem ideia da existência de tal espaço na cidade do Porto (uma vez que não é visível da rua) e, dada a sua “exclusividade”, criam-se laços comunitários mais fortes. Este facto é relevante se se tiver em conta que, antes da criação da horta, a maioria dos participantes não se conhecia entre si e grande parte não conhecia o espaço nem o Sport Musas e Benfica.

10. Gestão da Horta

Processos de tomada de decisão

Todos os participantes concordam que a totalidade das decisões sobre a horta é tomada nas assembleias: “tudo o que passa no Musas passa na Assembleia”. As decisões são tomadas por consenso, ou seja, quando alguém faz uma proposta ela é aceite e concretizada desde que não exista objecção por parte de qualquer um dos membros. Desta forma, raramente é necessária uma votação, privilegiando-se a negociação entre os participantes. Segundo os dirigentes do clube desportivo, as decisões são tomadas através do “diálogo, consenso e compromisso entre todos”.

A partir do momento em que um participante mostre interesse em colaborar na horta e participe nos dias colectivos (aos sábados) ou em outros trabalhos, pode ter presença na assembleia, mesmo que

não seja sócio do clube desportivo. Dado que existe igual poder de decisão por parte de todos os membros, há virtualmente a possibilidade de controlo ou bloqueio da assembleia por parte de novos participantes. Contudo, segundo os dirigentes do clube desportivo, nunca aconteceu uma situação semelhante. Além disso, os membros mencionam que é dado um maior reconhecimento às opiniões dos participantes que fazem parte da horta há mais tempo, ou, em casos específicos, a pessoas que tenham conhecimentos técnicos sobre o assunto que esteja a ser discutido. Para os dirigentes do clube desportivo, esta forma de organização “é mais fácil do que parece à partida”. Os participantes consideram que existe liberdade para haver divergências de opinião e que na generalidade das questões se consegue negociar e ultrapassar essas divergências. Além disso, mencionam frequentemente que esta forma de organização e gestão é uma experiência, em constante adaptação.

Em relação aos assuntos discutidos em assembleia, estes dizem respeito a todos os aspectos da horta. Segundo os dirigentes do clube desportivo, nas assembleias iniciais eram discutidos essencialmente assuntos relacionados com a definição do projecto, sendo que estas assembleias eram mais participadas, com mais intervenções. Actualmente, como a generalidade dos aspectos da horta já funciona “por inércia”, os assuntos discutidos têm essencialmente a ver com a sua gestão e manutenção. Além disso, os dirigentes do clube desportivo dizem ironicamente que se estão a “contaminar” as assembleias da horta com questões gerais do clube desportivo, dada a sobreposição de muitos assuntos – por exemplo, a questão do processo judicial ou o facto de muitos membros da horta organizarem actividades ou tomarem iniciativas no grupo desportivo ou iniciativas do grupo desportivo no espaço da horta. Através da observação de uma das assembleias foi possível perceber que os assuntos discutidos se relacionam sobretudo com problemas que surgem na horta, trabalhos pendentes, proposta de projectos ou eventos (tanto no âmbito da horta como do clube desportivo) ou partilha de informação sobre o decorrer desses projectos, entre outros.

Apesar disto, alguns participantes consideram que não é necessário discutir em assembleia todas as questões. Por exemplo, aspectos práticos relacionados com os trabalhos de cultivo nos espaços colectivos ou na realização de alguns eventos, como visitas ou oficinas, não têm obrigatoriamente de ser discutidos em assembleia. Segundo estes participantes, “não é preciso pedir autorização se se conhecer o espírito da iniciativa”, pois à partida não existem oposições a tais actividades. No entanto, quando se trata de actividades e eventos, estes são comunicados a todos os participantes por e-mail.

Actualmente as assembleias contam com uma presença média de 10 a 15 participantes.

Percepções sobre a diminuição da participação nas assembleias

Todos os participantes que frequentam as assembleias as consideram muito importantes para tomada de decisões, sendo que um dos participantes mencionou que também é importante para a criação de vínculos, relações e compromissos entre as pessoas.

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

No entanto, para além da diminuição do número global de participantes da horta, nos últimos meses observa-se uma diminuição também da participação nas assembleias e nos trabalhos colectivos da horta. A direcção do clube desportivo e os restantes participantes mostram-se preocupados com esta situação, que foi inclusivamente abordada na assembleia que tivemos a oportunidade de observar. Nas entrevistas, os dirigentes do clube desportivo avançaram algumas razões para a diminuição da participação nas assembleias e no projecto de uma forma geral, nomeadamente:

- A acta é sempre enviada por e-mail e assim as pessoas que não estão presentes têm também conhecimento do que foi discutido;

- A troca do dia da assembleia para os sábados (mais favorável para uns participantes mas menos para outros);

- Um certo conforto com a forma como o projecto está a decorrer e o facto de já não existirem tantas decisões a tomar ou tarefas a realizar;

- O processo judicial contra o clube desportivo pode ter desmotivado muitos participantes.

Os restantes participantes apontaram ainda outras razões neste âmbito, entre as quais:

- O facto de não serem estabelecidos objectivos concretos para o trabalho comunitário, que nos últimos meses tem consistido apenas na limpeza dos caminhos;

- A necessidade e actual falta de mais “pessoas-âncora” que dinamizem e mobilizem os outros participantes para a realização de actividades;

- No presente ano a produção agrícola foi má, devido às condições climáticas, o que pode ter desmotivado alguns participantes a cuidar do seu lote.

Por outro lado, os participantes regulares que não frequentam habitualmente as assembleias apontam três tipos de motivos para o seu não envolvimento: a indisponibilidade por motivos pessoais ou profissionais para comparecer; a duração excessiva das assembleias e das discussões e a falta de objectividade de alguns participantes, o que impede algumas tomadas de decisão; e, por último, por concordarem com a forma como a horta está a ser gerida, não identificarem nenhum problema que tenha de ser discutido em assembleia ou por não terem propostas a apresentar. Alguns dos participantes das assembleias concordam com estes aspectos e entendem as suas razões, mas consideram que não os desmotiva a participar pois consideram acima de tudo que as assembleias são importantes para a gestão da horta.

Actualmente estão a ser procuradas novas estratégias para reanimar a participação, se bem que alguns membros reconheçam que este tipo de problema não ocorre apenas na Horta Quinta Musas da Fontinha, sendo normal na maior parte das situações de associativismo.

Percepções sobre o modelo de organização do terreno

Os participantes mostram que no início existiu muita discussão sobre a organização do terreno, ou

seja, se deveria ser feita uma comunitária na totalidade ou dividida em talhões. Segundo um dos impulsionadores do projecto, esta solução foi preferida por se ter consciência de que muitas pessoas necessitavam do seu espaço individual, para aprender sobre agricultura através da realização de experiências ou para realizar os seus projectos, sendo que uma horta totalmente comunitária não iria favorecer a integração de pessoas mais velhas e/ou do bairro menos familiarizadas com as lógicas comunitárias. Para um dos participantes, a lógica mista de lotes individuais e partes de cultivo comunitário está associada a uma ideia de “liberdade” de cada participante para decidir o que quer da horta e para participar da forma que para si faz mais sentido. Assim, existem pessoas com projectos mais comunitários e abertos e outras cujo objectivo passa sobretudo por experimentar por si próprio e produzir alimentos para o seu consumo.

A maior parte dos membros sente-se confortável com esta forma de organização do terreno e considera ser a mais apropriada para um projecto do género. Um participante mencionou preferir que toda a horta fosse comunitária, mas percebe que as pessoas não estejam preparadas para essa forma de organização. Nota-se assim que o modelo misto da horta permite integrar num espaço comunitário pessoas com diferentes interesses e concepções do que deve ser uma horta urbana.

No entanto, a falta de participação discutida anteriormente é também associada pelos participantes como à falta de “espírito comunitário”, sendo que alguns participantes propõem o aprofundamento dos aspectos comunitários, como por exemplo a partilha e troca de produtos entre os participantes ou a criação de momentos de partilha de experiências sobre agricultura. Vários participantes com lotes individuais que participam de forma mais activa mostram que, mesmo trabalhando individualmente no seu lote, os aspectos comunitários são determinantes para a sua participação na iniciativa.

Planos e projectos para a horta

Segundo os dirigentes do clube desportivo, o projecto da horta tenta integrar as iniciativas e projectos pessoais dos participantes, desde que estes não sejam contrários aos seus princípios e que tenham em conta as limitações existentes (por exemplo, não é possível a construção de infra-estruturas com telhado, pois são consideradas edifícios e estão sujeitas ao pagamentos de imposto), ou seja, “desde que faça sentido para o projecto e para as pessoas”. Desta forma, não existe um planeamento geral para o futuro desenvolvimento da horta e as novas iniciativas partem sobretudo de propostas dos participantes. Como ainda existem espaços do terreno actual por limpar, os próximos projectos da horta passarão sobretudo por encontrar formas de utilizar esses espaços ou pela criação de eventos e outras actividades na horta.

Os participantes entrevistados mostraram estar ou ter estado envolvidos em muitos aspectos que vão para além do cultivo dos lotes, como a participação em construções, na terra das crianças ou no lote das aromáticas (especialmente no início), ou na realização dos almoços comunitários e na dinamização

de actividades e eventos da horta. A maioria dos membros mostrou ser activa na proposta de novos projectos e eventos, que frequentemente levam a assembleia. Percebe-se que as novas propostas são apresentadas em assembleia não só por questões de organização da horta, mas também para obter apoio e conseguir mobilizar os participantes necessários para a sua realização. Em relação aos participantes da agro-floresta, os seus objectivos mais próximos são limpar e cultivar o resto da área destinada a este projecto e finalizar a limpeza da área de lazer.

Nota-se assim que os participantes se sentem confortáveis com a dimensão da iniciativa e não encontram necessidade de expandir o espaço muito para além dos seus limites actuais, preferindo divulgar a iniciativa para que possa ser replicada por outras pessoas, noutros locais. Apesar disto, todos os participantes concordam que ainda há muito trabalho a fazer para o melhoramento do projecto e a necessidade de um trabalho contínuo de envolvimento da comunidade.

Percepções sobre a divulgação e comunicação externa

Um dos organizadores da iniciativa considera que a horta pode estar um pouco fechada sobre si própria, correndo o risco de estagnar. Segundo este, é fundamental ir aceitando novas pessoas e tendo novos projectos. Tal como já foi discutido anteriormente, o facto de já não existirem tantas oportunidades de participação atrai menos novos participantes.

Em relação a esta questão, muitos participantes têm uma posição pouco favorável quanto à difusão da iniciativa, especialmente nos meios de comunicação social, pois consideram que essa divulgação prejudicou a horta, por exemplo ao atrair a atenção do proprietário do imóvel, que moveu o processo judicial. Segundo um dos participantes, este tipo de divulgação mediática pode atrair principalmente pessoas curiosas, que queiram participar e desenvolver projectos no espaço da horta, mas que se encontrem mais afastadas da iniciativa e não dêem continuidade aos seus projectos.

Os participantes consideram por isso que a divulgação da iniciativa tem de acontecer de uma forma não mediática, mas essencialmente pessoal, e que, ao invés de atrair muitas pessoas, é preferível atrair pessoas mais próximas e, por outro lado, ajudar outras pessoas a criar outros projectos semelhantes, através da criação de ligações com outros indivíduos e projectos.

Problemas identificados e alterações propostas

Os participantes identificaram alguns dos problemas actuais da horta e alguns aspectos que consideram poder ser melhorados. É de salientar que as respostas foram muito diversas entre si, mostrando que as pessoas dão prioridades muito distintas às várias componentes do projecto. As questões mencionadas, por um ou mais participantes, foram:

- A falta de participação e presença nas actividades colectivas, ou seja, de “espírito comunitário”;
- A menor criação de novas actividades ou projectos, principalmente comparativamente ao início

da iniciativa, que advém da falta de mais pessoas com capacidade de mobilização;

- Relacionada com a questão anterior, alguns membros gostariam que a horta estivesse aberta ao exterior, nomeadamente através da abertura da porta da quinta, por exemplo aos sábados, o que não é possível devido ao processo judicial;

- Problemas de falta de limpeza e manutenção dos caminhos e espaços colectivos, associados à diminuição dos trabalhos de limpeza;

- Os custos com a água, que foram considerados por um dos participantes como algo excessivos nos meses de Verão. Este participante gostaria que fossem procuradas novas soluções para obter este recurso. Em dois momentos foram já registados problemas com o gasto excessivo de água, tendo sido discutidos em assembleia;

- A vontade de reabilitar mais alguns terrenos (assinalados na Figura 4.4 como zonas por limpar), para a criação de mais lotes ou outros projectos e a vontade de dar novas funções a espaços agora expectantes ou pouco utilizados, principalmente nos casos da terra das crianças e da zona do poço;

- O abandono ou falta de manutenção de alguns lotes. Alguns membros consideram que o processo de redistribuição de lotes a outros participantes poderia ser mais facilitado, para evitar a existência de zonas não cuidadas e abandonadas na horta e, por outro lado, por existirem pessoas à espera de lhes ser atribuído um lote.

É de notar que a generalidade destas questões foi já referida anteriormente, mostrando assim que são efectivamente tópicos de discussão actual dentro do projecto.

Potenciais conflitos

Além dos problemas mencionados, que podem suscitar diferentes opiniões, não foram encontrados outros conflitos entre os participantes da horta. No entanto, os participantes mencionam sobretudo a existência de discussões de opinião e confrontos de concepções. Em primeiro lugar, existem na horta diversas concepções de individual/comunitário. Por um lado, existem participantes considerados “individualistas”, na medida em que apenas cuidam do lote que lhes foi atribuído e não contribuem para a manutenção ou dinamização do espaço colectivo. Segundo um dos participantes, estas pessoas têm ainda um “sentido de propriedade” muito forte. Por outro lado, existem indivíduos com vontade de experimentar uma horta totalmente comunitária, na utilização do terreno e na divisão dos produtos. Da mesma forma, existem muitos membros que consideram ser necessário aprofundar o “espírito comunitário” da horta. Este confronto de opiniões é perceptível em muitos casos, mas os participantes reconhecem que geralmente se consegue um equilíbrio entre estas posições e existem também muitos participantes que detêm o seu lote mas o entendem como uma parte do colectivo.

Em segundo lugar, nota-se uma diferença de opinião em questões que não podem ser realizadas por ultrapassarem os limites legais. Estas divergências manifestaram-se sobretudo no início do projecto,

por exemplo em relação ao arrendamento dos terrenos à Câmara Municipal do Porto ou ao impedimento legal de construir edifícios com telhado, o que colocou de parte projectos como a construção de um forno comunitário. Actualmente, a questão do processo judicial obriga ainda mais a que se cumpram todos os requisitos legais e impede, por exemplo, que a horta se encontre aberta ao público. Em regra, a generalidade dos membros considera que as divergências conseguem ser ultrapassadas através do diálogo e que contribuem para o enriquecimento do projecto.

Relação entre a horta e o bairro e impactos da iniciativa

Os participantes entrevistados consideram que no início do projecto existia alguma desconfiança por parte dos vizinhos em relação ao que se passaria no terreno da horta. Subitamente, estes começaram a ver muitos indivíduos, sobretudo jovens, a entrar no clube desportivo e muito lixo e entulho a sair, sem saber exactamente o que se estaria a passar. Apesar de continuarem a existir habitantes do local que não conhecem a iniciativa, muitas pessoas já foram visitar a horta e a sua aceitação no bairro é agora muito maior.

Os dirigentes do clube desportivo consideram que os impactos externos da horta se encontram sobretudo ao nível local. Devido a esta iniciativa, mais habitantes próximos se envolveram nas actividades não só da horta como do clube desportivo, o qual ganhou um novo fôlego. Além disso, os participantes consideram que a horta deu maior movimento à rua e que é importante existir no bairro uma comunidade focada em construir algo de positivo. No entanto, alguns elementos lamentam o facto de a horta suscitar maior interesse a pessoas mais distantes do que aos habitantes do bairro.

Os participantes, de forma geral, não vêem tantos impactos da iniciativa a um nível mais alargado. No entanto, alguns membros organizadores consideram que é importante especialmente por poder inspirar (e já ter inspirado) a criação de outras hortas e projectos de agricultura urbana; fortalecer ligações com outras organizações e movimentos cívicos do Porto; ter sido um grande fenómeno de voluntariado e acção popular do Porto e por mostrar um exemplo na prática de auto-organização da população.

Ao nível interno, os participantes consideram que foi possível levar a cabo um processo de organização comunitária e criar um grupo que de facto se encontra responsável pela iniciativa e que construiu um sentido de comunidade entre os seus elementos.

CAPÍTULO 5 – Síntese Comparativa dos Casos de Estudo

Depois de termos realizado a análise de cada um dos casos de estudo, nos seus diversos aspectos e dimensões, importa fazer algumas considerações relativas à comparação das suas principais características, relacionando-as com a temática central deste estudo: a participação. Para tal, serão analisados os seus pontos comuns bem como as principais diferenças entre os dois projectos, de forma a perceber os vários factores que promovem ou inibem a participação dos respectivos membros. Previamente, é necessário mencionar que, neste tipo de iniciativas, nos podemos referir à participação de duas formas: a primeira consiste na participação no cultivo e manutenção da horta, enquanto a segunda está relacionada com a participação na gestão da iniciativa, através da dinamização de actividades, da responsabilização pessoal por alguns aspectos da horta e da participação nas tomadas de decisão. Assim, para estabelecer a relação com o conceito de Desenvolvimento Participativo, salientamos sobretudo esta última dimensão da participação.

Tanto a Horta do Monte e a Horta Quinta Musas da Fontinha são hortas intra-urbanas, localizadas nos centros históricos das suas cidades. Nas zonas em que se encontram, confrontam-se com problemas semelhantes, como o envelhecimento da população, a degradação de edifícios ou a falta de espaços verdes. As hortas localizam-se em terrenos com relativamente pouca dimensão, com potencial para se tornarem espaços para usufruto público, mas que se encontravam anteriormente em estado de degradação e abandono. Os dois projectos têm assim uma forte componente de revitalização urbana.

Podemos também verificar que as duas iniciativas têm objectivos muito semelhantes. Nos dois casos, a agricultura urbana é encarada como uma forma de promover outros objectivos, especialmente ao nível comunitário: sustentabilidade urbana, autonomia dos indivíduos, relações de vizinhança e inter-geracionais, entre outros. Em ambas as hortas estes objectivos são reconhecidos e partilhados pela generalidade dos participantes. De facto, como se observou na composição dos participantes, nas duas hortas a maioria é de origem urbana (embora com raízes rurais) e tem conhecimentos e/ou experiência em agricultura muito limitados. Assim, estas hortas representam uma oportunidade para pessoas que, vivendo na cidade, procuram lógicas que associadas ao campo: contacto com a terra, equilíbrio, natureza, produção de comida, etc.; aspectos que podem ser expectáveis noutras iniciativas de agricultura urbana. No entanto, para grande parte dos membros, estas razões do foro pessoal são conjugadas com preocupações comunitárias e com a vontade de participar num projecto que possa envolver e intervir na comunidade em que se insere. Desta forma, encontramos em ambos os casos muitos participantes activistas em várias áreas (mas sobretudo ambiental), algumas pessoas com experiência em projectos comunitários e também uma grande parte de indivíduos já ligados a outros

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

projectos de agricultura biológica, principalmente através da permacultura. Para estas pessoas (que não representam a totalidade mas são a maioria dos participantes das hortas), a prática de agricultura numa horta comunitária é uma forma de promover uma vida mais sustentável, para si e para a sua comunidade.

Ainda em relação às grandes semelhanças encontradas entre as duas iniciativas, pode-se realçar a pouca utilização de recursos financeiros para a criação e manutenção das hortas. De facto, os dois projectos contam sobretudo com contributos (financeiros e em géneros) dos seus participantes e de outras pessoas ou instituições que apoiam os projectos, como, por exemplo, a doação de água pelo Departamento de Limpeza Urbana à Horta do Monte. Apenas a Horta Quinta Musas da Fontinha, por utilizar água da rede pública, tem uma despesa fixa, que é partilhada entre os seus membros. Há ainda que destacar a grande componente de reutilização de materiais e de recolha e preservação de sementes, que permitem diminuir os custos do cultivo e da construção de infra-estruturas. Em ambas as hortas se considera que, embora o projecto pudesse beneficiar com um maior apoio financeiro, este não é um factor essencial para o seu funcionamento. Além disso, valoriza-se o facto de as hortas não dependerem de financiamento externo para a sua existência, permitindo que sejam independentes e totalmente controladas pelos próprios participantes.

O factor decisivo para o sucesso destes projectos parece ser sobretudo os recursos humanos. As questões relativas aos participantes adquirem por isso redobrada importância. Ambas as iniciativas foram criadas a partir de um grupo de indivíduos mobilizados em torno de objectivos centrais que serviram posteriormente de base às regras da horta. No entanto, estas mobilizações decorreram de forma algo distinta. Na Horta do Monte, a iniciativa começou com um pequeno grupo de indivíduos, aos quais se foram gradualmente juntando outros apoiantes. Podemos considerar que ao longo da sua existência existe uma contínua atracção e mobilização de pessoas, o que permitiu a construção gradual da horta tal como esta se encontra no momento. Neste caso existe sobretudo um fluxo contínuo de novos participantes a aderir e outros a deixar a iniciativa.

Por outro lado, na Horta Quinta Musas da Fontinha a mobilização ocorreu de uma forma acelerada, atraindo vários tipos de indivíduos, com uma multiplicidade de objectivos. Pelas razões exploradas anteriormente, muitos destes participantes foram-se afastando do projecto e nota-se que actualmente a participação se cristaliza num grupo de indivíduos que se tornaram mais regulares na horta. Assim, em relação aos participantes, as preocupações em ambos os casos são muito distintas: na Horta do Monte a principal fragilidade é a falta de continuidade dos participantes e na Horta Quinta Musas da Fontinha a sua diminuição e possível estagnação.

O tipo de participantes presente nas duas iniciativas é também distinto. Apesar da diversidade de situações encontradas, na Horta do Monte os participantes são sobretudo jovens e grande parte estrangeiros e estudantes. Por outro lado, na Horta Quinta Musas da Fontinha a população encontra-se muito mais distribuída pelas diferentes idades e categorias profissionais é sobretudo portuguesa. Sendo

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

que não é possível identificar todos os factores que influenciam a atracção de diferentes tipos de indivíduos, consideramos que tal pode ter alguma ligação com as especificidades da cidade onde se encontram. Para além disso, as distintas formas de organização dos dois projectos parecem atrair pessoas com características diferentes.

Uma das principais diferenças entre as hortas que tem grande influência sobre todas as questões que dizem respeito ao funcionamento da iniciativa é o modelo de divisão do terreno. O cultivo comunitário ou a divisão por lotes, além de implicarem a organização do terreno, espelham também um confronto de concepções (individuais e comunitárias) e de visões do que deverá ser uma horta urbana comunitária. Na opinião dos participantes das duas iniciativas, as lógicas comunitárias não têm actualmente grande expressão na sociedade portuguesa e na área da agricultura urbana apenas recentemente começaram a ser exploradas, especialmente pelos jovens. Os participantes destacam frequentemente o carácter experimental destas duas iniciativas, não só em termos de agricultura, mas também em termos de organização e gestão comunitária.

Na Horta Quinta Musas da Fontinha adoptou-se um modelo misto para a divisão do terreno. De uma forma bastante geral, pode-se considerar que para os participantes mais velhos é importante ter um lote próprio para cuidar, fazer experiências e obter os resultados do seu trabalho; e que os participantes mais jovens estão mais abertos a experimentar lógicas comunitárias. Assim, a generalidade dos participantes considera que esta é a melhor forma de organizar uma horta comunitária, pois permite acolher as diversas concepções. Nota-se também que existe um processo contínuo de adaptação e educação dos participantes na adopção de uma visão comunitária.

Pelo contrário, na Horta do Monte, o modelo totalmente comunitário de organização do terreno poderá ser um factor que atrai especialmente participantes mais jovens, existindo maior homogeneidade na concepção do que deve ser uma horta comunitária. Assim, neste caso, o perfil dos participantes mais velhos com visões mais tradicionais de agricultura encontra-se sobretudo fora do projecto comunitário, ou seja, nos participantes que cultivam talhões individuais no mesmo terreno.

As diferentes formas de organização do terreno podem ainda estar relacionadas com a frequência com que os participantes vão à horta e com o trabalho que aí realizam. Numa horta de cultivo comunitário, como na Horta do Monte, a manutenção do terreno não depende de um só indivíduo, mas de todo o colectivo; assim, se um membro não se puder deslocar à horta com tanta frequência, existem outros participantes que continuam a sua manutenção. Simultaneamente, nesta horta existe uma posição de valorização de quaisquer contributos, quer sejam consistentes ou representem apenas um dia de trabalho na horta. Desta forma, pode-se considerar que a participação neste caso é mais flexível, permitindo acomodar participantes com um carácter mais intermitente (por exemplo, estudantes que não estão presentes em épocas de exames) ou temporário. Os dias de cultivo na horta favorecem também a participação pontual de indivíduos que pretendem experimentar e contribuir para o projecto, mesmo não

tendo disponibilidade regular para tomar a seu cargo uma horta. Desta forma, a Horta do Monte, pela sua estrutura, oferece mais oportunidades de participação a pessoas com diferentes tipos de disponibilidade e objectivos. Por outro lado, estes factores podem significar que existe um menor compromisso e grau de responsabilização dos participantes em face do projecto.

No caso da Horta Quinta Musas da Fontinha, a atribuição de lotes implica uma maior responsabilização por parte dos participantes em fazer a manutenção na horta. No entanto, isto não significa que estes participantes se envolvam nas questões de gestão e na tomada de decisões. Por outro lado, os participantes que colaboram no espaço colectivo são igualmente incentivados a frequentar as assembleias e a envolver-se nos aspectos de gestão da iniciativa. Assim, a participação neste caso é mais regular e durável do que no outro exemplo. No entanto, a adesão de novos participantes ou a colaboração pontual no projecto ocorrem em menor grau, o que é um factor de preocupação neste projecto.

Por fim, pode ser analisada a participação, considerando-se as estruturas criadas para a tomada de decisões sobre a horta. Em primeiro lugar, nota-se que o facto de existir ou não uma organização formal para o enquadramento da iniciativa não é um aspecto decisivo para a forma como ela é organizada ou como se manifesta a participação dos membros. O aspecto central é sobretudo a criação ou não de 'estruturas de governo'.

Na Horta do Monte não existem normalmente reuniões regulares para a tomada de decisões (embora nos últimos meses do estudo se tenham intensificado as reuniões de planeamento do projecto), o que é um aspecto negativo salientado pelos participantes. Desta forma, a organização da horta está sobretudo a cargo da coordenadora do projecto, o que implica a existência de uma liderança forte, apesar de inclusiva, pois procura o envolvimento dos participantes na organização do projecto, também como forma de partilhar as responsabilidades de coordenação. Percebe-se que, à medida que os participantes frequentam a horta com mais regularidade, começam a ganhar maior autonomia e a participar nas tomadas de decisões; no entanto, este núcleo de participantes regulares é também muito variável. Convém notar ainda que os participantes e a coordenadora consideram que este é o modelo possível (e não o desejável), pois está associado à falta de regularidade e à flutuação do grupo de participantes, que não permite uma organização mais forte do colectivo.

Na Horta Quinta Musas da Fontinha, pelo contrário, existem as assembleias da horta como mecanismo definido e regular para a tomada de decisões. Apesar dos problemas e limitações mencionados anteriormente, os participantes encontram-se satisfeitos com esta estrutura, considerando que é o melhor modelo para a gestão de um projecto comunitário. Desta forma, há maior participação na negociação e na tomada de decisões. Existe um maior número de participantes a fazer propostas e a assumir a responsabilidade pelos vários aspectos da iniciativa, notando-se assim que neste projecto as lideranças são mais difusas.

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

Por fim, ao analisar as relações que se estabelecem entre os participantes e com o ambiente exterior da horta, é possível perceber de que forma se manifesta o sentido de comunidade nestes projectos. A Horta do Monte localiza-se num terreno aberto, junto à via pública e sem vedações, com vista sobre a cidade de Lisboa. Como tal, existe muito maior interacção entre os habitantes do bairro (ou visitantes) com o espaço da horta. Esta horta tem por isso maior potencial para se tornar um local de encontro e convívio entre os habitantes do bairro. No entanto, esta característica corresponde também a uma das suas principais fragilidades: a vulnerabilidade a roubos e vandalismo, que ocorrem com bastante frequência. Por outro lado, em relação ao colectivo de participantes, também existem oportunidades de convívio, especialmente através de eventos e festas na horta. No entanto, factores como a flutuação dos membros ou o facto de frequentarem a horta em dias diferentes, não permite a criação de um grupo com tanta coesão, como se observa no segundo caso.

Em contrapartida, a Horta Quinta Musas da Fontinha está localizada num espaço em parte privado e que não é acessível a partir da via pública. Desta forma, a própria existência da horta é desconhecida por grande parte dos habitantes do bairro e é por isso um espaço de interacção mais restrito, que serve sobretudo os seus participantes. Apesar disso, também nesta horta se realizam actividades em vários âmbitos, tanto enquadradas no projecto da horta como no clube desportivo, que atraem outros apoiantes ou curiosos. Por outro lado, nesta iniciativa observou-se que o núcleo de membros que estão mais envolvidos na gestão da horta constitui um grupo mais coeso. Existe um maior convívio quotidiano entre os membros (sobretudo os que residem mais perto) ou aos sábados nos almoços comunitários, há ainda maior presença de famílias, etc.

Desta forma, podemos considerar que a Horta QMF proporciona sobretudo um local de encontro aos seus participantes, criando por isso uma comunidade interna muito mais forte, enquanto a Horta do Monte funciona sobretudo como local público de lazer, ao serviço da comunidade mais alargada do bairro.

Após a análise destes aspectos, é possível fazer uma síntese da forma como se manifesta a participação em cada um deles.

Na Horta do Monte, devido à sua maior exposição, há mais facilidade e flexibilidade na adesão ao projecto, proporcionando o envolvimento de um maior número de participantes. Por outro lado, existe uma menor regularidade e responsabilização dos participantes pelo projecto, que se encontra por isso dependente da coordenação de um indivíduo. Assim, existe uma menor representatividade nos processos de tomada de decisão e na gestão da iniciativa.

Na Horta Quinta Musas da Fontinha existe um núcleo maior de participantes activos nas questões de organização e gestão da iniciativa. Consequentemente há maior representatividade na tomada de decisões e estes participantes estabelecem vínculos mais fortes com o projecto. No entanto, existe o

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

perigo de desvalorização dos aspectos comunitários, associada à pouca entrada de novos participantes ou ao desinteresse de alguns membros em envolver-se nas questões organizativas.

CONCLUSÃO

A presente dissertação tem como finalidade responder à questão “de que forma as hortas urbanas de iniciativa comunitária contribuem para a participação dos seus membros no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades?”, através da análise dos dois casos de estudo apresentados.

Tendo em conta a reduzida dimensão de ambas as iniciativas, que agregam também um número reduzido de participantes, não é possível fazer a generalização dos seus possíveis impactos em todo um bairro. No entanto, foram encontrados, nos dois casos, verdadeiros contributos para o desenvolvimento destas zonas. Em primeiro lugar, estas hortas permitiram a reabilitação de espaços degradados, colocando-os ao serviço da comunidade local, sob a forma de “jardins comestíveis”. Constituem também plataformas de experimentação e aprendizagem, tanto em termos de agricultura como dos saberes a ela associados, sobretudo através das actividades que promovem. São locais de convívio entre os participantes da horta e permitem o fortalecimento de laços sociais. Nestes projectos são valorizados e incentivados os contributos individuais, permitindo a aquisição de novas competências. Por último, existem ligações destes projectos a outras organizações da sociedade civil, o que potencia a criação de redes de iniciativas comunitárias.

Estas dinâmicas de desenvolvimento apenas são possíveis pela participação empenhada dos seus membros nos projectos. Ambos os colectivos de participantes foram os responsáveis pela reabilitação dos espaços e pela mobilização dos recursos que permitem às hortas funcionar. Os participantes estão continuamente a negociar entre si e a tomar as decisões relativamente aos problemas que surgem e às formas de expansão e aprofundamento das iniciativas; o que é permitido pelo desenvolvimento e aplicação de capacidades de negociação e de liderança. Nos dois projectos observa-se uma procura activa (patente nos objectivos do projecto e nas posições das lideranças) em envolver e responsabilizar os participantes. Por último, são também os membros que assumem a representação externa da iniciativa, dialogando com as entidades públicas para a sua defesa e promoção.

Assim, a participação empenhada dos membros é o factor essencial para a própria existência destas hortas. Consideramos por isso que, pela sua forma de organização e funcionamento, estas iniciativas podem representar verdadeiros exemplos de desenvolvimento participativo, com base nos próprios cidadãos, que beneficia tanto (e sobretudo) as pessoas que se envolvem na iniciativa como a comunidade local onde se inserem.

No entanto, como está patente nas opiniões dos participantes e das lideranças, estes são projectos experimentais de organização e gestão comunitária, que são constantemente repensados em função dos objectivos que pretendem atingir e das limitações encontradas. Além disso, a sua existência é

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

relativamente recente (comparada com outras hortas urbanas comunitárias encontradas na literatura internacional), pelo que não poderão ser feitas considerações sobre a sustentabilidade das suas formas de organização, a longo prazo.

Actualmente as principais dificuldades que estes dois projectos encontram relacionam-se sobretudo com factores externos. Na Horta do Monte, um projecto municipal poderá obrigar a uma reformulação total do projecto; nos próximos meses assistir-se-á à forma como será feita (ou não) a integração de uma iniciativa cidadã no planeamento urbano formal. No caso da Horta Quinta Musa da Fontinha, a principal ameaça à sua existência advém do processo judicial actualmente em curso. Em nosso entender, dada a notoriedade destes projectos em termos de iniciativas comunitárias de agricultura urbana no nosso país, é importante que continuem a existir, por três razões principais: em primeiro lugar, para continuar a contribuir para o fortalecimento das respectivas comunidades; em segundo lugar, para servir de exemplo e continuar a inspirar outras iniciativas do género que têm surgido sobretudo nos últimos dois anos; e, por fim, para mostrar que as iniciativas de agricultura comunitária, geridas de forma autónoma, têm lugar no contexto português.

Pretendemos assim que o presente estudo, baseado na análise detalhada de dois casos, possa contribuir tanto para a área dos estudos do desenvolvimento como para os estudos sobre agricultura urbana. Para além disso, gostaríamos de sublinhar alguns aspectos de pesquisa que cremos ser importante desenvolver no futuro:

- A análise das relações entre as entidades públicas e todas as formas de agricultura urbana ‘ilegal’ (ocpação ilegal de terrenos), comunitárias ou não, e do seu enquadramento nas estratégias de agricultura urbana dos municípios;
- A análise das várias formas em que a agricultura urbana pode contribuir para o desenvolvimento dos seus praticantes;
- O recenseamento e a análise comparativa das hortas urbanas de iniciativa comunitária existentes no país;
- A análise comparativa (nacional e internacional) das diferentes formas de organização e gestão de hortas comunitárias.

É, por fim, de salientar que, no contexto português, a crescente expressão da agricultura urbana começa a justificar a intensificação dos estudos nesta área. Logo, as análises acima referidas, que não esgotam todas as possibilidades de pesquisa, constituem apenas sugestões para o avanço do conhecimento da forma como a agricultura urbana está e pode influenciar a vida e a interacção social nas cidades contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Artigos Científicos

- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? - Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp.35-70.
- Gaventa, John e Camilo Valderrama (1999), “Participation, Citizenship and Local Governance”, comunicação apresentada no workshop *Strengthening participation in local governance*, (Online), Institute of Development Studies, 21 a 24 de Junho de 1999, s.l. Disponível em: <http://www.uv.es/~fernandm/Gaventa,%20Valderrama.pdf>
- Bailkey, Martin, Joanna Wilbers e René van Veenhuizen (2007), “Building Communities through Urban Agriculture”, *Urban Agriculture Magazine*, (Online), 18, Leusden, RUAF Foundation. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/1441>
- Blumer, Herbert (1995), “Social Movements”, em Stanford M. Lyman (ed.), *Social movements: critiques, concepts, case-studies*, London, MacMillan.
- Boulianne, Manon (1999), “Agriculture Urbaine, Rapports Sociaux et Citoyenneté: le cas du jardinage biologique communautaire au Québec et au Mexique”, (Online), *Urban Agriculture Notes*, Vacouver, CityFarmer – Canada's Office for Urban Agriculture. Disponível em: <http://www.cityfarmer.org/manon.html>
- Bourque, Martin (2001), “Thematic Paper 5 – Policy Options for Urban Agriculture”, em Nico Bakker, Marielle Dubbeling, Sabine Guendel, Ulrich Sabel-Koschella e Henk de Zeeuw (eds.), *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing, Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/60>
- Deelstra, Tjeerd e Herbert Girardet (2001), “Thematic Paper 2 – Urban Agriculture and Sustainable Cities”, em Nico Bakker, Marielle Dubbeling, Sabine Guendel, Ulrich Sabel-Koschella e Henk de Zeeuw (eds.), *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing, Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/56>
- Deelstra, Tjeerd, Donald Boyd e Maaïke van den Biggelaar (2001), “Multifunctional Land Use: an opportunity for promoting Urban Agriculture in Europe”, *Urban Agriculture Magazine*, (Online), 4, Leusden, RUAF Foundation. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/183>
- Firth, Chris e David Pearson (2010), “Analysing the “community” aspects of community gardens in the

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- United Kingdom”, comunicação apresentada na *Community Garden Conference: promoting sustainability, health and inclusion in the city*, (Online), Universidade de Canberra, 7 e 8 de Outubro de 2010, Canberra. Disponível em: <http://www.canberra.edu.au/communitygardens/conference-proceedings>
- Diani, Mario (1992), “The Concept of Social Movement”, *Sociological Review*, (Online), 40 (1). Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x/abstract>
- Fainstein, Susan e Clifford Hirst (1995), “Urban Social Movements”, em David Judge, Gerry Stoker e Harold Wolman (eds.), *Theories of urban politics*. London, Sage Publications.
- Fragoso, António (2005), “Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual”, *Revista Portuguesa de Educação*, (Online), 18. Disponível em: <http://www.libsearch.com/view/1225129>
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Participação e Acção Colectiva: Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril, Principia Editora.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento: Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher.
- Icaza, Ana Mercedes (2009), “Movimento Social”, em Antonio Cattani et al. (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- Jacobi, Petra, Axel W. Drescher e Jörg Amend (2000), “Urban Agriculture – Justification and Planning Guidelines”, (Online), *Urban Agriculture Notes*, Vacouver, CityFarmer – Canada’s Office for Urban Agriculture. Disponível em <http://www.cityfarmer.org/uajustification.html>
- Jennings, Rey (2000), “Participatory Development as New Paradigm: The Transition of Development Professionalism”, comunicação apresentada na conferência *Community Based Reintegration and Rehabilitation in Post-Conflict Settings*, (Online), Outubro de 2000, Washington, D.C. Disponível em: http://transition.usaid.gov/our_work/cross-cutting_programs/transition_initiatives/pubs/ptdv1000.pdf
- McAdam, Doug e David A. Snow (1997) *Social movements: readings on their emergence, mobilization, and dynamics*, Los Angeles, Roxbury Publishing.
- Mougeot, Luc J.A. (1994), “Urban Food Production: Evolution, Official Support and Significance”, (Online), *Urban Agriculture Notes*, Vacouver, CityFarmer – Canada’s Office for Urban Agriculture. Disponível em: <http://www.cityfarmer.org/lucTOC26.html>
- Mougeot, Luc J.A. (2000a), “Urban Agriculture: concept and definition”, *Urban Agriculture Magazine*, (Online), 1, Leusden, RUAF Foundation. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/105>

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- Mougeot, Luc J.A (2000b), “Urban Agriculture Definition, Presence, Potentials and Risks” em Nico Bakker, Marielle Dubbeling, Sabine Guendel, Ulrich Sabel-Koschella e Henk de Zeeuw (eds.), *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, Feldafing, Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/55>
- Mougeot, Luc J.A. (2005), *Agropolis - The Social, Political, and Environmental Dimensions of Urban Agriculture*, (Livro Electrónico), Ottawa, International Development Research Centre. Disponível em: <http://www.idrc.ca/EN/Resources/Publications/Pages/IDRCBookDetails.aspx?PublicationID=187>
- Mougeot, Luc J.A. (2006), *Growing better Cities: Urban Agriculture for Sustainable Development*, (Livro Electrónico), Ottawa, International Development Research Centre. Disponível em: <http://www.idrc.ca/EN/Resources/Publications/Pages/IDRCBookDetails.aspx?PublicationID=327>
- Nunes, Débora (2006), “Participation Populaire”, em Jean-Louis Laville e Antonio David Cattani (coord.), *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Pearson, David e Kai Hodgkin (2010) “The role of community gardens in urban agriculture”, comunicação apresentada na *Community Garden Conference: promoting sustainability, health and inclusion in the city*, (Online), Universidade de Canberra, 7 e 8 de Outubro de 2010, Canberra. Disponível em: <http://www.canberra.edu.au/communitygardens/conference-proceedings>
- Pruijt, Hans (2007) “Urban Movements” em George Ritzer (ed), *Blackwell Encyclopedia of Sociology*, (Online), Malden, Blackwell. Disponível em: <http://repub.eur.nl/res/pub/19231/Urban%20Movements%20preprint.pdf>
- Rahnema, Majid (1992), “Participation”, em Wolfgang Sachs (org.), *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, London: Zed Books
- Sachs, Wolfgang (1992) (ed.), *The Development Dictionary: a guide to knowledge as power*, London, Zed Books.
- Silva, Germano (2007), “As tradições operárias do bairro da fontinha”, *Jornal de Notícias*, (Online), 22 de Julho de 2007. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=702097
- Smit, Jac, Joe Nasr e Annu Ratta (2001) *Urban Agriculture – Foods, Jobs and Sustainable Cities*, 2ª Edição, (Livro Electrónico), s.l., United Nations Development Programme. Disponível em: <http://jacsmiit.com/book.html>
- Smit, Jac (2002), “Community-Based Urban Agriculture as History and Future”, (Online), *Urban Agriculture Notes*, Vacouver, CityFarmer – Canada's Office for Urban Agriculture. Disponível em

<http://www.cityfarmer.org/comutybased.html>

Smit, Jac e Martin Bailkey (2006), "Urban Agriculture and the Building of Communities", em René van Veenhuizen, *Cities Farming for the Future – Urban Agriculture for Green and Productive Cities*, (Livro Electrónico), Ottawa, IDRC. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/961>

Snow, David, Sarah Soule e Hanspeter Kriesi (2004), *The Blackwell Companion to Social Movements*, Malden, Blackwell Publishing.

Veenhuizen, René van (2006), *Cities Farming for the Future – Urban Agriculture for Green and Productive Cities*, (Livro Electrónico), Ottawa, IDRC. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/961>

Wang, Diane (2006), *A study of community gardens as catalysts for positive social change*, Environmental Studies Program, Chicago, University of Chicago. Disponível em:

<http://www.csu.edu/cerc/documents/CommunityGardensasCatalystsPositiveSocialChange.pdf>

Zeeuw, Henk (2004), "The Development of Urban Agriculture; some lessons learnt", comunicação apresentada na conferência internacional *Urban Agriculture, Agro-tourism and City Region Development*, (Online), realizada em Pequim, 10 a 14 de Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/1128>

Referências Electrónicas

American Community Garden Association - <http://www.communitygarden.org/about-acga/>

Blogue GAIA - <http://gaia.org.pt/node/14470>

Blogue Horta do Monte – Projecto Comunitário - <http://hortadomonte.blogspot.pt/>

Espaço Musas - <http://musas.pegada.net/>

Facebook Horta Quinta Musas da Fontinha -

<https://www.facebook.com/hortaquintamusasdafontinha?ref=ts>

Google Planimeter - <http://www.acme.com/planimeter/>

Hortas do Ingote - <https://sites.google.com/site/projecto5nove/home/hortas-do-ingote>

Hortas de Cascais - <http://www.hortasdecascais.org/conteudo.php?m=2>

NYC Parks - <http://www.nycgovparks.org/about/history/community-gardens/movement>

Universidade Livre Quinta Musas da Fontinha - <http://univlivre.blogspot.pt/>

Wikispace Quinta Musas da Fontinha - <http://quintamusasdafontinha.wikispaces.com/>

ANEXOS

Anexo A – Guiões

Anexo A.1 – Guiões dos Questionários

Questionário aos Participantes da Horta do Monte

Este questionário tem como objectivo recolher informação para a caracterização dos participantes da Horta do Monte, no âmbito da dissertação final da mestranda Flávia Santos, com o tema “Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária – Participação e Desenvolvimento: dois casos de estudo”.

Responda ao questionário seleccionando a resposta que considerar mais adequada. Sempre que escolher a opção "outro", por favor especifique no campo em branco. Em caso de incerteza tente responder o mais aproximadamente possível.

Caracterização Pessoal

1. Sexo

☐ Feminino

☐ Masculino

2. Idade

☐ Menos de 15 anos

☐ 15 a 24 anos

☐ 25 a 34 anos

☐ 35 a 44 anos

☐ 45 a 54 anos

☐ 55 a 64 anos

☐ 65 a 74 anos

☐ 75 a 84 anos

☐ 85 anos ou mais

3. Nacionalidade

☐ Portuguesa

☐ Outra: _____

4. Freguesia de Residência

☐ Graça

☐ Outra: _____

5. Freguesia de Nascimento

☐ Graça

☐ Outra: _____

6. Escolaridade

☐ Analfabeto

☐ Sabe ler e escrever

☐ Ensino Básico – 1º Ciclo (4º ano incompleto)

☐ Ensino Básico – 1º Ciclo (4º ano completo)

☐ Ensino Básico – 2º Ciclo (6ºano incompleto)

☐ Ensino Básico – 2º Ciclo (6ºano completo)

☐ Ensino Básico – 3º Ciclo (9ºano incompleto)

☐ Ensino Básico – 3º Ciclo (9ºano completo)

☐ Ensino Secundário (12º ano incompleto)

☐ Ensino Secundário (12º ano completo)

☐ Curso Médio

☐ Bacharelato

☐ Licenciatura completa

☐ Licenciatura Incompleta

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outra. Qual? _____

7. Situação laboral

☐ Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas

☐ Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

- ☐ Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
- ☐ Pessoal dos Serviços e Vendedores
- ☐ Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
- ☐ Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
- ☐ Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
- ☐ Trabalhadores não Qualificados
- ☐ Membros das Forças Armadas
- ☐ Estudante
- ☐ Desempregado
- ☐ Reformado
- ☐ Doméstica

8. Já tinha conhecimentos e/ou experiência de agricultura antes de participar nesta horta?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Especifique esses conhecimentos/experiência:

Participação na Horta

10. Quando começou a participar na Horta do Monte?

11. Com que frequência vai à horta?

- ☐ mais de uma vez por semana
- ☐ 1 vez por semana
- ☐ quinzenalmente
- ☐ mensalmente

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

___ menos de uma vez por mês

___ já não frequenta a horta

12. Se actualmente já não frequenta a horta, indique o(s) motivo(s):

___ Falta de tempo

___ Incompatibilidade com o trabalho/escola

___ Mudança de local de residência

___ Desinteresse

___ Participação noutra horta

___ Outro. Qual? _____

14. Dos seguintes itens, qual/quais o/a motiva a participar na Horta do Monte?

(classifique de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante)

	1	2	3	4	5
Produzir alimentos para consumo					
Produzir alimentos para venda					
Ocupar os tempos livres					
Convívio					
Contacto com a Natureza					
Adoptar um estilo de vida mais saudável					
Gosto pela prática agrícola					
Vontade de aprender a cultivar					

Questionário aos Participantes da Horta Quinta Musas da Fontinha

Este questionário tem como objectivo recolher informação para a caracterização dos participantes da Horta Quinta Musas da Fontinha, no âmbito da dissertação final da mestranda Flávia Santos, com o tema "Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária – Participação e Desenvolvimento: dois casos de estudo".

Responda ao questionário seleccionando a resposta que considerar mais adequada. Sempre que escolher a opção "outro", por favor especifique no campo em branco. Em caso de incerteza tente responder o mais aproximadamente possível.

Caracterização Pessoal

1. Sexo

☐ Feminino

☐ Masculino

2. Idade

☐ Menos de 15 anos

☐ 15 a 24 anos

☐ 25 a 34 anos

☐ 35 a 44 anos

☐ 45 a 54 anos

☐ 55 a 64 anos

☐ 65 a 74 anos

☐ 75 a 84 anos

☐ 85 anos ou mais

3. Nacionalidade

☐ Portuguesa

☐ Outra: _____

4. Freguesia de Residência

☐ Santo Idelfonso

☐ Outra: _____

5. Freguesia de Nascimento

- ☐ Santo Idelfonso
☐ Outra: _____

6. Escolaridade

- ☐ Analfabeto
☐ Sabe ler e escrever
☐ Ensino Básico – 1º Ciclo (4º ano incompleto)
☐ Ensino Básico – 1º Ciclo (4º ano completo)
☐ Ensino Básico – 2º Ciclo (6ºano incompleto)
☐ Ensino Básico – 2º Ciclo (6ºano completo)
☐ Ensino Básico – 3º Ciclo (9ºano incompleto)
☐ Ensino Básico – 3º Ciclo (9ºano completo)
☐ Ensino Secundário (12º ano incompleto)
☐ Ensino Secundário (12º ano completo)
☐ Curso Médio
☐ Bacharelato
☐ Licenciatura completa
☐ Licenciatura Incompleta
☐ Mestrado
☐ Doutoramento
☐ Outra. Qual? _____

7. Situação laboral

- ☐ Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas
☐ Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas
☐ Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
☐ Pessoal dos Serviços e Vendedores
☐ Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas
☐ Operários, Artífices e Trabalhadores Similares
☐ Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem
☐ Trabalhadores não Qualificados
☐ Membros das Forças Armadas
☐ Estudante
☐ Desempregado

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

☐ Reformado

☐ Doméstica

8. Já tinha conhecimentos e/ou experiência de agricultura antes de participar nesta horta?

☐ Sim

☐ Não

9. Especifique esses conhecimentos/experiência:

Participação na Horta

10. Quando começou a participar na Horta Quinta Musas da Fontinha?

11. Com que frequência vai à horta?

☐ mais de uma vez por semana

☐ 1 vez por semana

☐ quinzenalmente

☐ mensalmente

☐ menos de uma vez por mês

☐ já não frequenta a horta

12. Se actualmente já não frequenta a horta, indique o(s) motivo(s):

☐ Falta de tempo

☐ Incompatibilidade com o trabalho/escola

☐ Mudança de local de residência

☐ Desinteresse

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

___ Participação noutra horta

___ Outro. Qual? _____

13. Tem a seu cargo um lote próprio/partilhado?

___ Sim

___ Não

14. Dos seguintes itens, qual/quais o/a motiva a participar na Horta Quinta Musas da Fontinha?

(classifique de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante)

	1	2	3	4	5
Produzir alimentos para consumo					
Produzir alimentos para venda					
Ocupar os tempos livres					
Convívio					
Contacto com a Natureza					
Adoptar um estilo de vida mais saudável					
Gosto pela prática agrícola					
Vontade de aprender a cultivar					

Anexo A.2 – Guiões das Entrevistas

Guião de Entrevista aos participantes da Horta do Monte

Identificar: Nome, Idade, Local de Nascimento, Local de Residência, Profissão

1- Como teve conhecimento da Horta do Monte?

- Quando?
- Como se envolveu?

2 – Quais as razões para participar neste projecto?

- Já tinha conhecimentos/experiência anteriores de agricultura? De que tipo?
- Já tinha participado noutras hortas urbanas?

3 – Com que frequência vem e que tarefas realiza na horta?

- Quando vem à horta, tem ideia do trabalho que é necessário fazer ou solicita orientação do coordenador para iniciar as tarefas?
- Além do cultivo, tem outro tipo de tarefas no terreno ou na organização da horta?
- Costuma propôr ideias ou planos que tem para a horta?
- Como são recebidos?

4 – Quantas pessoas estima que participem actualmente?

- Conhece todos os participantes actuais da horta?
- Conhece as pessoas que cultivam os espaços não colectivos da horta?
- Que relações têm com as pessoas destas diferentes partes da horta?
- Discutem opiniões, ideias ou problemas da horta?

5 – Que meios utilizam para comunicar entre os participantes da horta?

- Mantém-se a par do que é comunicado?
- A comunicação é suficiente/insuficiente/excessiva?
- Acha que a comunicação é eficaz para todos os membros?
- O que acha que deveria ser alterado na forma de comunicação entre os participantes?

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

6 – O que sente em relação à forma de organização da horta?

- Conhece as regras de funcionamento?
- Se não, por que razão?
- Está a par das decisões que é necessário tomar?
- De que forma são tomadas?
- Participa nelas?
- É importante que haja coordenador? Em que sentido?
- O que gostaria de alterar na forma de organização e tomada de decisões?

7 – O que seria para si uma horta urbana ideal?

- Tendo em conta esse ideal, o que mudaria nesta horta?

[em termos de cultivos, de organização do espaço, de organização das pessoas, de estratégia]

- De que forma poderiam ser postas em prática essas alterações?

8 – Tem conhecimento do projecto da C.M.L. para este espaço? Se sim, o que propõe que seja feito?

- Qual é o seu papel nesse processo?

9 – Considera ter adquirido alguns conhecimentos ou capacidades na horta?

- De que tipo? [várias dimensões: prática de agricultura; sociais e humanas; competências de organização; competências de liderança; etc...]

10 – Qual o papel que esta horta tem no bairro onde está?

- Qual o envolvimento da população do bairro na iniciativa?
- Quais os impactos da horta?

Guião de Entrevista aos hortelões individuais na Horta do Monte

Identificar: Nome, Idade, Local de Nascimento, Local de Residência, Profissão

1 – Como começou a cultivar esta horta?

- Há quanto tempo?
- Sempre cultivou neste espaço?
- O terreno sofreu alterações nos limites e área? Quais?
- Sempre cultivou sozinho ou esteve associado a outras pessoas?
- Com que frequência vem à horta?

2 – Por que razões decidiu cultivar este terreno?

- Já tinha conhecimentos/experiência anteriores de agricultura? De que tipo?
- Já tinha participado noutras hortas urbanas?

3 – Que recursos precisa para cultivar e de que forma os obtém?

[água, sementes, ferramentas, composto, fertilizantes]

- Como são armazenados? Na horta ou noutro espaço?
- Partilha alguns recursos com a parte colectiva? Como funciona essa divisão/partilha?

4 – Qual a sua relação com os outros participantes da horta?

- Conhece todos os participantes? (das partes individuais e do espaço colectivo)
- Costuma encontrá-los quando está na horta?
- Costuma falar com eles?
- Costuma colaborar e trabalhar com eles?

5 – Conhece como funciona o projecto colectivo que se encontra na parte superior do terreno?

- Está em contacto com as pessoas que fazem parte do projecto?
- Costumam tomar decisões em conjunto em relação à horta?

6 – O que seria para si uma horta urbana ideal?

- Tendo em conta esse ideal, o que mudaria nesta horta?

[em termos de cultivos, de organização do espaço, de organização das pessoas, de estratégia]

- De que forma poderiam ser postas em prática essas alterações?

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

7 – Tem conhecimento do projecto da Câmara para este terreno?

- Caso o projecto avance, tem interesse em manter a horta?
- Consideraria integrar-se no projecto colectivo?

8 – Qual o papel que esta horta tem no bairro onde está?

- Qual o envolvimento da população do bairro na iniciativa?
- Quais os impactos da horta?

Guião de Entrevista aos participantes da Horta Quinta Musas da Fontinha

Identificar: Nome, Idade, Local de Nascimento, Local de Residência, Profissão

1- Como teve conhecimento da Horta Quinta Musas da Fontinha?

- Quando?
- Como se envolveu?

2 – Quais as razões para participar neste projecto?

- Já tinha conhecimentos/experiência anteriores de agricultura? De que tipo?
- Já tinha participado noutras hortas urbanas?

3 – Com que frequência vem e que tarefas realiza na horta?

- Tem um lote atribuído e/ou trabalha nos espaços comuns?
- Além do cultivo, tem outro tipo de tarefas no terreno ou na organização da horta?
- Costuma propor ideias ou planos que tem para a horta?
- Como são recebidos?

4 – Quantas pessoas estima que participem actualmente?

- Conhece todos os participantes actuais da horta?
- Que relações tem com os outros participantes?
- Discutem opiniões, ideias ou problemas da horta?

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

5 – Que meios utilizam para comunicar entre os participantes da horta?

- Mantém-se a par do que é comunicado?
- A comunicação é suficiente/insuficiente/excessiva?
- Acha que a comunicação é eficaz para todos os membros?
- O que acha que deveria ser alterado na forma de comunicação entre os participantes?

6 – O que sente em relação à forma de organização da horta?

- Conhece as regras de funcionamento?
- Se não, por que razão?
- Costuma participar nas assembleias e reuniões da horta?
- Se não, por que razão?
- Está a par das decisões que é necessário tomar?
- De que forma são tomadas?
- Participa nelas?
- O que gostaria de alterar na forma de organização e tomada de decisões?

7 – O que seria para si uma horta urbana ideal?

- Tendo em conta esse ideal, o que mudaria nesta horta?

[em termos de cultivos, de organização do espaço, de organização das pessoas, de estratégia]

- De que forma poderiam ser postas em prática essas alterações?

8 – Considera ter adquirido alguns conhecimentos ou capacidades na horta?

- De que tipo?

[várias dimensões: prática de agricultura; sociais e humanas; competências de organização; competências de liderança; etc...]

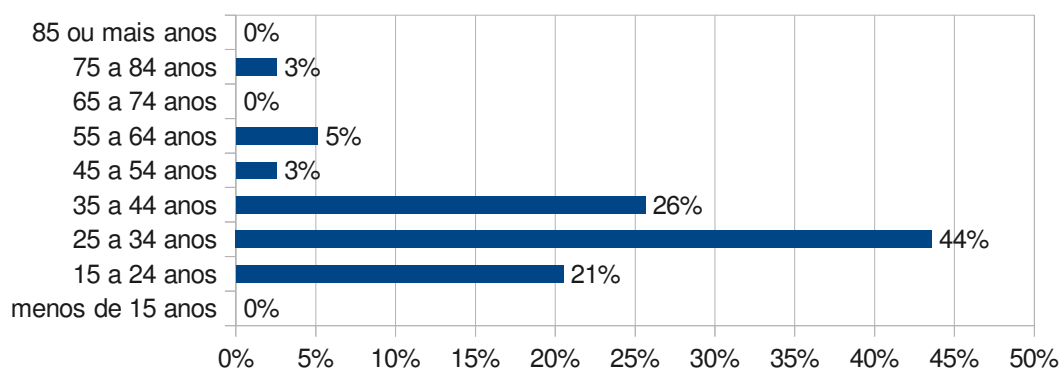
9 – Qual o papel de esta horta tem no bairro onde está?

- Qual o envolvimento da população do bairro na iniciativa?
- Quais os impactos da horta?

Anexo B – Resultados dos Questionários

Anexo B.1 – Resultados dos Questionários aos participantes da Horta do Monte

Caracterização dos participantes por faixa etária - Horta do Monte

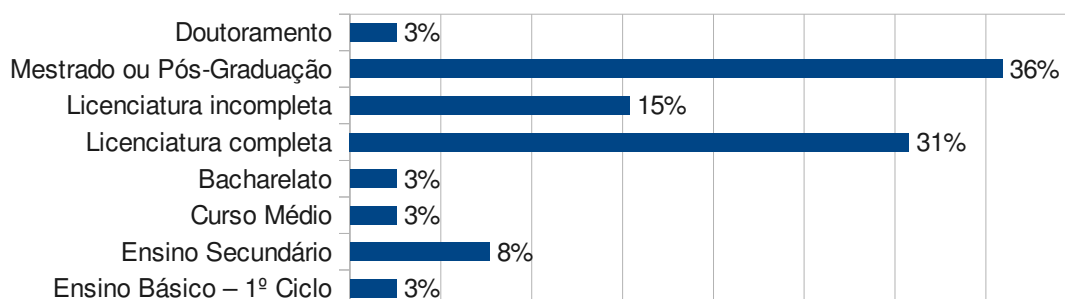


Fonte: elaboração própria

Distribuição dos participantes por naturalidade – Horta do Monte		
Lisboa	Portugal	Estrangeiro
Arroios	Santarém	Alemanha (3)
Campo Grande (2)	Évora	Angola
Campo Pequeno	Braga	Austria
Lumiar	Leiria	Bélgica
S. Domingos de Benfica	Paranhos	Brasil (3)
S. Jorge de Arroios (4)	Guarda	Colômbia
S. Sebastião da Pedreira		Espanha (3)
		França (4)
		Itália (4)
		Moçambique
11	6	22

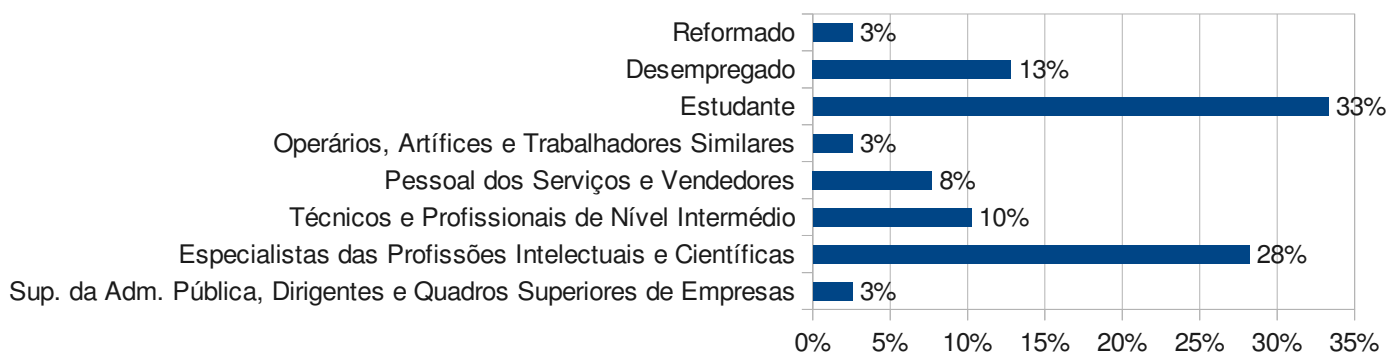
Fonte: elaboração própria

Caracterização dos participantes por escolaridade - Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

Caracterização dos Participantes por Situação Profissional - Horta do Monte



Fonte: elaboração própria

Distribuição dos participantes por freguesia de residência – Horta do Monte		
Freguesia da Horta	Freguesias Limítrofes	Freguesias Distantes
Graça (11)	Penha da França	s. francisco xavier
	Santo Estevão	Corroios
	sao vincente de fora	Lumiar
	São Miguel	Arraiolos
	Pena (2)	Loures
	Anjos (5)	Charneca
	s.paulo	Santa Maria dos Olivais
	Santa Catarina (2)	Alvalde
	Castelo	
	São José	
	11	16
		8

Fonte: elaboração própria

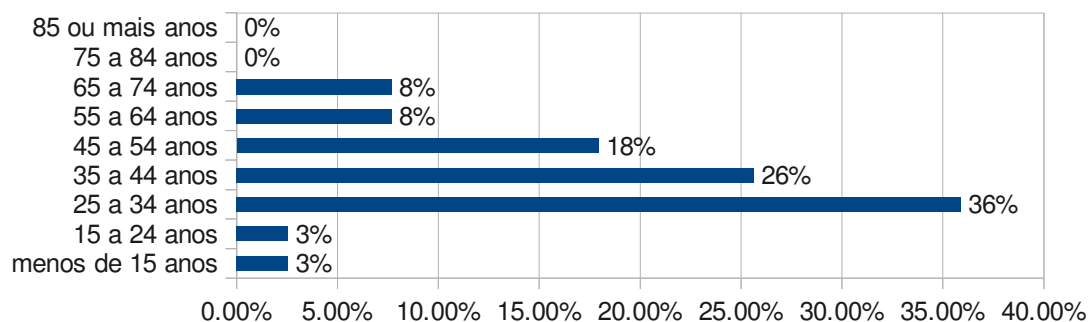
Motivos de desistência dos participantes – Horta do Monte

Motivo	Nº de respostas
Falta de tempo	12
Incompatibilidade com o trabalho/escola	7
Mudança de local de residência	11
Desinteresse	0
Participação noutra horta	2
Total	32

Fonte: elaboração própria

Anexo B.2 – Resultados dos Questionários aos participantes da Horta Quinta Musas da Fontinha

Caracterização dos participantes por faixa etária - Horta QMF



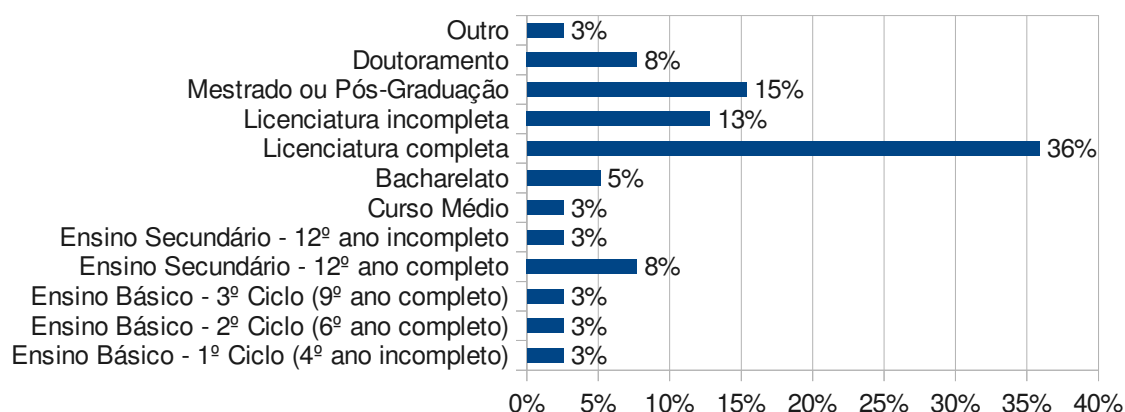
Fonte: elaboração própria

Distribuição dos participantes por naturalidade – Horta QMF

Porto	Grande Porto	Portugal	Estrangeiro
Bonfim	Mafamude	Arcos Valdevez	Cabo Verde
Campanhã	Matosinhos	Braga (2)	Alemahna
Cedofeita (4)	V N Gaia	Bragança (4)	Letonia
Miragaia (3)		Chaves	Angola
Ramalde (3)		Fundão	Moçambique
Paranhos (3)		Leiria	
Massarelos (2)		Sintra	
		Viseu	
17	3	12	5

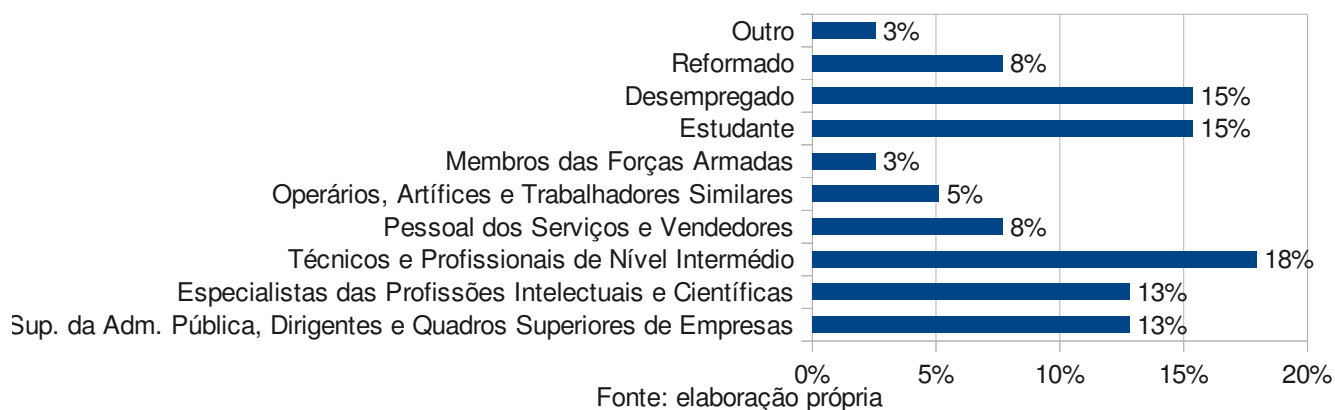
Fonte: elaboração própria

Caracterização dos participantes por nível de escolaridade - Horta QMF



Fonte: elaboração própria

Caracterização dos participantes por situação profissional - Horta QMF



Fonte: elaboração própria

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

Distribuição dos participantes por freguesia de residência – Horta Q.M.F.		
Freguesias Limítrofes	Freguesias Porto	Outros concelhos
Cedofeita (3)	Foz do Douro	Ermesinde
Bonfim (5)	Ramalde	Gondomar – Foz do Sousa
Paranhos (3)	Campanhã	Maia (2)
	Lordelo do Ouro (3)	Matosinhos
	Massarelos	Vila Nova de Gaia (2)
	São Nicolau	
	Carvalhido (bairro)	
11	9	7

Fonte: elaboração própria

Ano de Adesão dos Participantes à Horta Q.M.F.	
2009	1
2010	5
2011	24
2012	4
Total	34

Fonte: elaboração própria

Anexo C – Documentos dos projectos

Anexo C.1 – Ensaio de 'Projecto' da Horta do Monte

VISÃO

Prática de cultivo segundo os princípios éticos da Permacultura:

- Cuidar da terra - sem químicos, nem sementes transgénicas;
- Cuidar das pessoas - relações de proximidade, partilha de conhecimentos, interajuda;
- Partilha do excedente - os produtos destinam-se primeiramente à elaboração de refeições gratuitas da cozinha comunitária, também são partilhados pelo grupo dinamizador regular e simbolicamente pelos participantes pontuais.

Todos os participantes concordam que mais importante que o produto é o “processo”, ou seja, o meio através do qual caminhamos para um objectivo comum (visão). Como tal, o grupo definiu:

- Espírito de equipa;
- Interajuda;
- Partilha;
- Respeito;
- Amizade;
- Alegria;
- Ser atento e cuidar do outro;
- Trabalhar sempre colectivamente (duas pessoas mínimo);
- Ouvir com atenção as opiniões com base na experiência de cada um;
- Juntos caminhamos para um interesse comum (visão) e não um interesse pessoal;
- As pessoas do grupo dinamizador devem integrar e orientar os participantes de modo a que estes tenham um sentimento de pertença;
- O coordenador deve estar atento às opiniões de cada elemento do grupo dinamizador;
- Todos somos responsáveis pela horta como um todo incluindo a parte do cultivo individual;
- Quando há uma crítica tem que haver também a apresentação de uma proposta alternativa ou então um esforço para encontrar uma solução em conjunto.

OBJECTIVOS

- Horta comunitária de cultivo colectivo aberta à participação de todos.
- Dinamizar a vida local através da prática de horticultura / permacultura e de actividades que

Hortas Urbanas de Iniciativa Comunitária: Participação e Desenvolvimento

promovam estilos de vida mais sustentáveis.

- Contribuir para uma economia local mais sustentável e fortalecer redes de contacto locais.
- Com base nas relações humanas, levar ao envolvimento de cada vez mais pessoas na criação de novos projectos de responsabilidade social.
- Valorizar o aspecto de identidade cultural que caracteriza o fenómeno espontâneo das hortas urbanas num contexto comunitário mais alargado dentro duma perspectiva actual de ecologia social.
- Restabelecer o contacto directo com a terra possibilitando a produção local e o acesso a alimentos frescos, sendo também uma forma de praticar actividade ao ar livre.
- Proporcionar relações de proximidade entre as pessoas, fortalecendo laços e criando espaços intergeracionais onde a partilha de conhecimentos aconteça.
- Preservar e potenciar a biodiversidade, tanto de plantas espontâneas como cultivadas, dando primazia às espécies autóctones.
- Contribuir para a valorização e propagação das sementes tradicionais.
- Encontrar soluções de cultivo sustentáveis através de técnicas criativas, de modo a estabelecer um ecossistema favorável ao crescimento saudável das plantas.
- Desenvolver acções de carácter educacional e experimental promovendo a transmissão de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e técnicas adaptadas às necessidades e recursos.
- Contribuir para reduzir o impacto ambiental: poluição atmosférica, menos combustíveis fósseis, menor emissão de gases com efeito de estufa, minimizando os efeitos das alterações climáticas.

Anexo C.2 – Documento de apresentação da Horta Quinta Musas da Fontinha

APRESENTAÇÃO DA QUINTA MUSAS DA FONTINHA

Quem somos

O projeto Quinta Musas da Fontinha é uma experiência social comunitária traduzida na forma de uma horta urbana que se pretende aberta e que se expressa em algumas vertentes essenciais:

- ao nível da prática agrícola assenta numa ideia-base de sustentabilidade e preservação dos recursos do planeta, comprometida na sua responsabilidade ecológica, caminhando no sentido dos princípios da permacultura e da agricultura biológica;

- ao nível organizacional, por sua vez, assenta numa perspetiva de fomentar os contributos individuais e a autonomia dos seus participantes, em respeito da sua inserção numa prática de cooperação ativa e na decisão horizontal e por consenso, potenciada pela operacionalização das suas experiências através da criação de grupos de trabalho responsáveis e na assunção das suas limitações, e por isso mesmo, disponível para a correção dos seus erros e a evolução do seu trabalho, prezando a formação e a auto-aprendizagem dos seus participantes, e sendo um projeto vivo e em andamento;

- ao nível comunitário, preza a sua inserção no meio em que se encontra, pretendendo uma relação de entendimento e cooperação com os seus vizinhos na comunidade local e o alargamento dessa cooperação, estendendo o entendimento da sua atividade além da mera prática agrícola, pela reflexão sobre o seu papel e o dos seus participantes no mundo que partilhamos, através de todas as formas, incluindo a aprendizagem organizada e o debate, a cultura e a arte.

O projeto Quinta Musas da Fontinha combate o consumo irresponsável e opõe-se à mercantilização da vida, procurando que as suas escolhas limitem ao indispensável o recurso ao dinheiro nas suas atividades. Não pretende, de forma alguma, constituir-se em qualquer forma de negócio, mas um projeto onde a sustentabilidade seja o foco principal da sua atividade, proporcionando uma experiência que vai muito para além da simples gestão da atribuição de lotes.

Como funcionamos

Do ponto de vista da sua concretização a Quinta Musas da Fontinha criou-se e cresceu com base nos contributos dos seus participantes que nela viram uma forma de ajudar a levar à prática os seus projetos, inseridos na ótica dos seus pressupostos básicos. Dentro dela surgiram assim vários projetos já concretizados, tais como a Estufa Hidropónica, o Banco de Sementes, a Universidade Livre Quinta Musas da Fontinha, a Agro-floresta, o Galinheiro, os Miradouros das Aromáticas, ou ainda a concretizar, como o Forno do Pão, a Horta Pedagógica Infantil, a Horta das Tintureiras, a Biblioteca da Quinta.

Para melhor operacionalização do trabalho criaram-se também grupos específicos, com tarefas relacionadas com os projetos referidos, ou ainda outras decorrentes de necessidades do funcionamento

da quinta, tais como a gestão da água, tarefas rotineiras (almoço comunitário e limpezas) ou de modelação do espaço (plantações comuns, melhoramentos) e ainda atividades culturais e de comunicação.

A quinta organizou-se com base num parcelamento em talhões de cerca de 25 m² e numa distribuição com autonomia e responsabilidade individual, familiar ou de grupo, por cada um deles. Para uma melhor identificação, cada talhão foi identificado com o nome de uma fruta (estando já criadas, depois de arroteada a terra, as hortas Ameixa, Figo, Maçã, Romã, Pêssego, Uva, Tangerina, Limão, Laranja, Ananás, Diospiro, Melancia, Melão, Meloa, Açai e Cereja), e sendo o trabalho comunitário suscetível de proporcionar a criação de mais hortas de cultivo.

De onde vimos

Do ponto de vista geográfico, histórico e institucional, a Quinta Musas da Fontinha (QMF) é um projeto autónomo do Espaço Musas – secção cívica e cultural do Sport Musas e Benfica (tal como a Biblioteca Pública, o Laboratório de Fotografia, o ROMP - Poesia, ou a Oficina Livre de Fanzines).

O Sport Musas e Benfica é uma associação desportiva e recreativa com cerca de 50 anos de existência, localizada na zona da Bonjardim, Porto, e conhecida abreviadamente como Musas. Todos os participantes da QMF são associados do Musas ou enquadrados por estes. Neste momento o Musas tem activa uma equipa de xadrez e está inscrita na Federação Portuguesa de Xadrez, participando em provas de nível distrital.

A sede do Musas é na Rua do Bonjardim no número 998, ocupando a Quinta a encosta a montante (donde se avista o mar), situada entre as zonas do Bonjardim e da Fontinha.

A criação da QMF prende-se com o resgate dessa encosta, antes abandonada e transformada em silvado impenetrável e lixeira a céu aberto, para a produção agrícola, projeto iniciado por alguns associados do Musas e do GAIA, ainda antes da criação formal da Quinta Musas da Fontinha.

Esta surgiu na sequência da prática de cooperação e abertura sempre defendida pelo Musas (como o foram as colaborações com o GAIA, ou a Associação José Afonso, e como são os laços com a Casa da Horta, o Gato Vadio ou a Es.Col.A.), e resultou do grande impulso que lhe foi dado, no princípio de 2011, com a colaboração da então associação informal Terra Solta.

A quinta mantém uma postura aberta de cooperação e espera a visita de todos os que se revejam no seu projeto e aceitem a sua forma de organização, estando disponível para os acolher, sempre numa base de responsabilidade individual e de contributo para um projeto comum.